



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

2013

13

2011

2013



RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
2013

013

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Atividades apresentado à Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, que comporá a prestação de contas anual do Governador, conforme estabelecem os incisos XVII, do Artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, os incisos V e XV, do artigo 138, da Resolução nº 38/90 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, alterado pela Emenda Regimental nº 24, de 08/07/2008, o artigo 90 do Decreto nº 32.598/2010 de 15/12/2010 – Normas de Planejamento, Orçamento e Finanças Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e o art. 8º da Lei Nº 4.742/2011, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

ABAR	Associação Brasileira de Agências de Regulação.
ADASA	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.
ACI	Assessoria de Comunicação e Imprensa.
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
AP	Audiência Pública.
APP	Área de Proteção Permanente.
ARCE	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
ATTR	Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem.
BAR	Base de Ativos Regulatória.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BR	Brasil.
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.
CBH	Comitês de Bacias Hidrográficas.
CEB	Companhia Energética de Brasília.
CEBGÁS	Companhia Brasileira de Gás.
COI	Controle Interno.
COHI	Coordenação de Informações Hidrológicas.
CTRS	Central de Tratamento de Resíduos Sólidos.
DC	Diretoria Colegiada.
DF	Distrito Federal.
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal.
DRE	Diretoria Regional de Ensino.
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto.
FR	Fluviógrafo.
FUNAP	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.
GAB	Gabinete.
GDF	Governo do Distrito Federal.
GNV	Gás Natural Veicular.
IAQR	Indicador ADASA de qualidade regulatória
IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal.
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IEEA	Indicador da Eficácia de Educação Ambiental
IES	Índice de Envolvimento Social
IQT	Índice de Qualidade Técnica
ISA-F	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas.
ISO	Organização Internacional para Padronização.
JUR	Serviço Jurídico
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
MBA	Master of Business Administration.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital.
OUV	Ouvidoria.
P	Pluviométrica.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PAD	Project Appraisal Document.
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PDRSU	Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito Federal.
PGIRH	Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal.
PPA	Plano Plurianual.
Pr	Pluviógrafo.
PRODOC	Projeto de Cooperação Técnica Internacional ADASA/UNESCO.
Q	Qualidade de água.
RCD	Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos.
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.
RTP	Revisão Tarifária Periódica.

SAE	Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto.
SAF	Superintendência de Administração e Finanças.
SAG	Sistema de Acompanhamento Governamental.
SAM	Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação.
SDE	Superintendência de Drenagem Urbana, Gás e Energia.
SEDEST	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda.
SEDHAB	Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano.
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal.
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
SGE	Secretaria Geral.
SIGGO	Sistema Integrado de Gestão Governamental.
SIRH	Sistema de Informações dos Recursos Hídricos.
SISAGUA	Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.
SEF	Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira.
SLU	Serviço de Limpeza Urbana.
SPE	Superintendência de Planejamento e Programas Especiais
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos.
SRS	Superintendência de Resíduos Sólidos.
STI	Serviço de Tecnologia da Informação e comunicação.
TAC	Termo Compromisso de Ajustamento de Conduta.
TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal.
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília.
TFS	Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento.
TFU	Taxa de Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos.
UAG	Unidade de Administração Geral.
UH's	Unidades Hidrológicas.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projeto.
UM	Unidade de medida
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UO	Unidade Orçamentária.

Lista: Figuras, Gráficos, Tabelas, Quadro e Mapas

Lista de Figuras

Figura 1 – Tela de Acesso ao SISÁGUA.....	30
Figura 2 – Visitas aos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do DF.....	31
Figura 3 – Cartilha Qualidade da Água.....	31
Figura 4 - Atividades integrantes dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.	38
Figura 5 - Lixão da Estrutural.....	40
Figura 6 - Área de abrangência do Consórcio Público de Manejo de Resíduos Sólidos e Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás.....	42
Figura 7 - Assembleia de instalação do CORSAP – DF/GO.....	43
Figura 8 - Reunião preparatória realizada na Região Administrativa de Sobradinho/DF.	46
Figura 9 - Usina de Transbordo e Triagem do SLU – Ceilândia.....	49
Figura 10 - Usina de Transbordo e Triagem do SLU – L2 Sul.....	50
Figura 11 - Lixão da Estrutural – catadores.....	51
Figura 12 - Gestão da drenagem urbana no DF.	52
Figura 13 - Situação da rede de macrodrenagem pluvial.....	53
Figura 14 - Gasoduto Brasil Central.	56
Figura 15 - Estrutura de chegada de bacia de retenção de águas pluviais (Bacia 01 – Setor Noroeste) - DF.	58
Figura 16- Estrutura de saída de bacia de retenção de águas pluviais (Bacia 04- Taquari BR 020)- DF.....	59
Figura 17 - Lançamento de águas pluviais no Lago Paranoá – Centro Olímpico da Universidade de Brasília – UnB.....	60
Figura 18 - estruturas do sistema de distribuição de gás canalizado.	61
Figura 19 – Apresentação sobre a proposta de Enquadramento dos Corpos Hídricos.....	72
Figura 20 - Divisão das UH's na região do Distrito Federal, conforme – PGIRH, 2013.....	75
Figura 21: Poços de coleta de água da rede subterrânea, DF – 2013.....	81
Figura 22: Evolução do IQA nas estações da Bacia do Rio Preto, DF – 2013.....	81
Figura 23: faixas de Índice de Qualidade de Água (IQA) encontrados no Distrito Federal de 2009 a 2013.....	83
Figura 24: Localização das estações de monitoramento que irão compor o PNQA – DF, 2013.....	84
Figura 25 - Par de poços da rede de monitoramento das águas subterrâneas do DF.....	86
Figura 26 - Faixas de valores de cloreto encontradas para os poços profundos e rasos da rede de monitoramento da ADASA, 2013.....	87
Figura 27 - Faixas de valores de cloreto encontradas para os poços profundos e rasos da rede de monitoramento da ADASA, 2013.....	87
Figura 28 - Imagens dos plantios.....	96
Figura 29 - Entidades parceiras do Projeto.....	97
Figura 30 – Primeiras mudas no Projeto Produtor de Água – chácara nº 86, N.R.Pipiripau.....	100
Figura 31 – Imagens Projeto ADASA na Escola.....	102
Figura 32 - Semana Mundial da Água - 2013.....	111
Figura 33 - Semana Lago Limpo – 2013.....	112
Figura 34 - Semana Lago Limpo – 2013.....	112
Figura 35 - Semana Lago Limpo – 2013.....	113
Figura 36 - ADASA na Escola – Materiais Publicitários ADASA – 2013.....	113
Figura 37 - Projeto Descoberto Coberto – Materiais Publicitários ADASA – 2013.....	114
Figura 38 - Projeto Produtor de Água – Materiais Publicitários ADASA – 2013.....	115
Figura 39 - Projeto Produtor de Água – Materiais Publicitários ADASA – 2013.....	115

Figura 40 - VIII – Congresso Brasileiro de Regulação – ABAR – 2013.....	116
Figura 41 - XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos – 2013	116
Figura 42 – Macroprioridades estabelecidas pelo GDF.....	119
Figura 43 – Mapa Estratégico da ADASA – Atualizado – 2013	120

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Monitoramento da Qualidade da água, em relação à quantidade de amostras	28
Gráfico 2 - Monitoramento da Qualidade da água por quantidade de análises	29
Gráfico 3 - Monitoramento da Qualidade da água, resultados das análises	29
Gráfico 4 – Número de Individualizações - 2006 - 2013 - DF.	33
Gráfico 5 – Número de Unidades Dispensadas de Individualização - 2006 - 2013 - DF.....	33
Gráfico 6 – Cronograma Atualizado de Reajustes e Revisões Tarifárias da CAESB	65
Gráfico 7 – Percentuais de reajustes da tarifa de água e esgoto por ano - 2006 - 2013 - DF.	66
Gráfico 8 – Número de outorgas emitidas por mês em 2013 - DF.	72
Gráfico 9 – Número de outorgas emitidas por ano, 2005 - 2013 - DF.	73
Gráfico 10 – Critérios avaliados para concessão de outorga por UH - DF.....	76
Gráfico 11 - “vazão média mensal” x “pluviosidade acumulada mensal”, Estação Contagem VC201, DF, 2013.....	85
Gráfico 12 - “vazão mínima observada” e “vazão remanescente” UH Contagem, DF, 2013.	85
Gráfico 13 - Acompanhamento das cotas do lago Paranoá, por níveis mensais, DF- 2013.	89
Gráfico 14 - Comparação de atendimento de denúncias oriundas do SAM, ADASA - 2011, 2012 e 2013.....	91
Gráfico 15 - Atos de fiscalização de recursos hídricos – 2013.....	92
Gráfico 16 - Histórico das fiscalizações de recursos hídricos, DF - 2006/2013.....	92
Gráfico 17 - Histórico dos atendimentos SAM/ADASA, DF 2013.....	94
Gráfico 18 - Histórico de alunos alcançados DF até 2013.....	103
Gráfico 19 - Histórico de escolas visitadas DF até 2013.	103
Gráfico 20 - Atendimentos por canal, em percentual, ADASA – 2013.....	107
Gráfico 21 - Atendimentos por tipo de Demanda, em percentual, ADASA – 2013.....	109

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Força de Trabalho – ADASA, 2013.	20
Tabela 2 - Execução Orçamentária e Financeira Brasília Sustentável – ADASA, 2013.....	21
Tabela 3 - Indicador – Brasília Sustentável – 2013.	21
Tabela 4 – Indicadores – Brasília Sustentável II – 2013.....	22
Tabela 5- Execução Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento Institucional do Estado – ADASA, 2013.....	23
Tabela 6 – Indicadores – Aperfeiçoamento Institucional do Estado – 2013.	24
Tabela 7 – ETE’s e ETA’s avaliadas	25
Tabela 8 - Número de Individualizações por ano e RA - 2006 - 2013 - DF.....	32
Tabela 9 - Custo Médio dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana no Município de Porto Alegre - RS, Ano 2012.....	48
Tabela 10 - Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos no DF, Ano de 2012.	48
Tabela 11 - Bacias de Detenção no Distrito Federal, por região.	53
Tabela 12 - Execução Orçamentária e Financeira Meio Ambiente e Recursos Hídricos – ADASA, 2013.....	68

Tabela 13 – Indicadores – Meio Ambiente e Recursos Hídricos – 2013.....	69
Tabela 14 - Disponibilidade hídrica do Domínio Poroso, 2013, DF.	79
Tabela 15 - Disponibilidade hídrica do Domínio Fraturado, 2013, DF.	79
Tabela 16 - Estações de monitoramento das águas superficiais do DF	84
Tabela 17: Número de atendimentos realizados por mês, SAM/ADASA, DF - 2013.	93
Tabela 18 – Indicadores – Educação Ambiental Hídrica, ADASA – 2013.....	94
Tabela 19 - Escolas visitadas de março a junho, DF – 2013.	101
Tabela 20 - Escolas visitadas de setembro a novembro, DF – 2013.....	102
Tabela 21 - Execução Orçamentária e Financeira Programa de Gestão e Manutenção – ADASA, 2013.....	104
Tabela 22: Participação de servidores em eventos de capacitação	105
Tabela 23: Concessão de benefícios por tipo, ADASA - 2013.....	106
Tabela 24 - Quantitativo por forma de atendimento	108
Tabela 25 - Quantitativo tipo de demanda	108
Tabela 26 - Dados de participações por Audiência Pública, ADASA - 2013	109
Tabela 27 - Execução Orçamentária e Financeira, Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania	117
Tabela 28 - Execução Orçamentária e Financeira, Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania	117
Tabela 29: Realização Física – ADASA, 2013.....	118

Lista de Quadro

Quadro 1 – Elementos constituintes do sistema de avaliação de ETE’s e ETA’s no DF	26
Quadro 2 - Pontos de concessão de outorga para captação por caminhões-pipa, autorizados pela ADASA, DF - 2013.	70

Lista de Mapas

Mapa 1 – Mapa com a espacialização dos pontos de captações	71
Mapa 2 - Mapa Hidrográfico do DF, 2013.	74
Mapa 3 - Pontos de captações superficiais outorgados pela ADASA até 2013 - DF.	76
Mapa 4 – Pontos de captações subterrâneas outorgados pela ADASA até 2013 - DF.	77
Mapa 5 – Reservas hídricas do DF – Domínio Poroso 2013.....	78
Mapa 6 – Reservas hídricas do DF – Domínio Fraturado - 2013.	78
Mapa 7: Qualidade de água do Distrito Federal no período de seca (abril a setembro), ano 2013. ..	82
Mapa 8: Qualidade de água do Distrito Federal no período de chuva (outubro a março), ano 2013.	82
Mapa 9 - Disponibilidade hídrica do DF, 2013.	86
Mapa 10 - Enquadramento de corpos hídricos do DF contendo as contribuições dos Comitês de Bacias, DF – 2013.....	88
Mapa 11 – Áreas de plantios realizados.....	96
Mapa 12 – Localização da bacia do Ribeirão Pípiripau em relação aos limites do DF.....	98

Equipe Técnica Responsável pela elaboração deste relatório:

Coordenação da elaboração: Superintendência de Planejamento e Programas Especiais – SPE.

APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

Eduardo Costa Carvalho
Elen Dânia Silva dos Santos
Silvo Gois de Alcântara
César Augusto Cunha Campos
Débora Tolentino Luzzi Diniz
Cristina de Saboya Gouveia Santos
Cássio Leandro Cossenzo
Rogério Castor Cunha Matos
Carolinne Isabella Dias Gomes
Cláudia Regina da Silva
Samira lasbeck de Oliveira Soares

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Urbano Medeiros Fernandes
Camila Aida Campos
Pablo Armando Serradourada Santos
Vitor Guimarães Marques
Hudson Rocha de Oliveira
Cassia Helena Soares Van Den Beusch
Fabiana Fernandes Xavier
Silena Jaime
João Pedro Fernandes Melo

GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Geraldo Alves Barcellos
Helenice Maria da Silva
Rosa Alice Nunes Lima
Francisco Francismar Pereira
Cláudia Maria Macedo Holanda da Silva
Paulo Antônio Soares Cotta

PLANEJAMENTO E PROGRAMAS ESPECIAIS.

Carlos Pinheiro dos Santos Bastos Neto
Lucivane Madureira Sampaio Camargo
José Bento da Rocha
Carlos Bizzotto
Daniel Ciarlini Pinheiro
Vanessa Pádua de Mendonça
Nathália Mello de Moraes
Maria Fernanda de Miranda da Silva
Priscila Oliveira dos Santos
Rildo Marques de Souza
Rodrigo César Lopes Gorgulho

Diretoria Colegiada

Diretor Presidente
Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides

Diretores
João Carlos Teixeira
Israel Pinheiro Torres
Diógenes Mortari

Secretário Geral
Francisco Rodrigo Sábado de Castro

Assessoria
Antônio de Pádua Loures Pereira
Guilherme Drügg Barreto Viana
André Luiz da Silva Moura
Paulo Antônio Soares Cotta
João Carlos Maldini Quijano

Superintendência de Administração e Finanças
Leosmar Litran dos Santos

Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto
Celso da Silva Fernandes

Superintendência de Drenagem Urbana, Gás e Energia
Pedro Monteiro Guimarães Borges

Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira
José Queiroz da Silva Filho

Superintendência de Planejamento e Programas Especiais
Carlos Pinheiro dos Santos Bastos Neto

Superintendência de Recursos Hídricos
Rafael Machado Mello

Superintendência de Resíduos Sólidos
Luiz Carlos Buriti Pereira

Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação
Thelma Lúcia Ramos do Amaral

Serviço Jurídico

Adelce Pinto de Queiroz

Serviço de Tecnologia da Informação
Geraldo Alves Barcellos

Controle Interno
Cleidionice Fortaleza de O. Veríssimo

Sumário

LISTA: FIGURAS, GRÁFICOS, TABELAS, QUADRO E MAPAS	7
I. MENSAGEM DO ORDENADOR	13
II. INTRODUÇÃO	16
1 ESTRUTURA	17
1.1 ORGANOGRAMA	18
1.2 IDENTIFICAÇÃO	18
1.3 COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	19
1.5 FORÇA DE TRABALHO	20
2 REALIZAÇÕES.....	21
2.1 PROGRAMA TEMÁTICO: 0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL.....	21
2.2 PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO	23
2.2.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	24
2.2.2 SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	37
2.2.3 DRENAGEM URBANA, GÁS CANALIZADO E ENERGIA	51
2.2.4 ESTUDOS ECONÔMICOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	62
2.3 PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	68
2.3.1 REGULARIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL	69
2.3.2 MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DF	80
2.3.3 FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	90
2.3.4 ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS.....	93
2.3.5 PROJETO DESCOBERTO COBERTO	95
2.3.6 PROJETO PRODUTOR DE ÁGUA NO PIPIRIPAU	96
2.3.7 PROJETO ADASA NA ESCOLA.....	100
3 OUTRAS REALIZAÇÕES.....	104
3.1 PROGRAMA 6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE	104
3.2 PROGRAMA TEMÁTICO: 6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA.....	117
3.3 PROGRAMA TEMÁTICO: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	117
4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	118
4.1 REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ADASA.....	118
5 DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE	121
5.1 PERSPECTIVAS	121
5.2 DESAFIOS.....	121
5.3 CONCLUSÃO	122
6 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	123
6.1 ORDENADORES DE DESPESA DA ADASA:	123
6.2 RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:	123

I. Mensagem do Ordenador

Em sua quase primeira década de existência, a ADASA sempre teve como balizador o empenho irrestrito para o cumprimento de sua missão institucional. Sua atuação, inicialmente direcionada aos recursos hídricos (Lei nº 3.365/2004), foi amplamente diversificada pela Lei 4285/2008. O aumento das responsabilidades enriqueceu o horizonte sem alterar o foco da Agência: regular setores importantes para o governo e a população do Distrito Federal.

Cabe à ADASA regular e fiscalizar o abastecimento de água potável e esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e gás canalizado, todos de competência originária do Distrito Federal. Por delegação pode atuar em áreas de competência federal como os serviços e instalações de energia elétrica e em petróleo e seus derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes.

No exercício de 2013, além do esforço para executar as ações prioritárias definidas no Plano Plurianual para o período de 2012-2015 e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2013, merecem destaque a discussão sadia e transparente com os servidores da Carreira de Regulação de Serviços Públicos, culminando na aprovação, em dezembro, do seu Plano de Carreira e a revisão do Planejamento Estratégico da Agência.

Para chegar a uma proposta efetiva, servidores, Diretoria Colegiada da ADASA e a Secretaria de Administração Pública do DF –SEAP, promoveram negociações francas, tendo como motivação a busca do fortalecimento da carreira e o aperfeiçoamento da prestação dos serviços à população do Distrito Federal.

A Lei nº 5.427, de 19 de dezembro de 2013, trouxe importantes alterações para os servidores de carreira, com destaque para a regulamentação dos institutos da progressão e promoção dos servidores; a alteração das regras para concurso (que deverá ter curso de formação e poderá ser realizado por especialidade); definição das atribuições dos cargos da Carreira Regulação de Serviços Públicos; criação da identidade funcional do servidor; e, reestruturação da tabela de vencimentos. Este novo instituto foi benéfico para a instituição e para a sociedade, garantindo a melhoria e a continuidade de ações de regulação e fiscalização dos serviços públicos.

Outra atividade que contou com a efetiva participação dos dirigentes e servidores foi a revisão do Planejamento Estratégico 2012/2020 da ADASA, validado também em dezembro. O Plano, aspiração amadurecida durante os últimos anos, tem potencial para cumprir o objetivo de melhorar o desempenho da Agência. Desenvolvido a partir da metodologia Balanced Scorecard (BSC), foi redigido e organizado pela Superintendência de Planejamento da ADASA e mantém estreita sintonia com as proposições do GDF, e sua preocupação de projetar Brasília para os próximos 50 anos.

Outra destacada participação da ADASA no ano foi a coordenação das atividades de recepção dos membros do Comitê de Avaliação do Conselho Mundial da Água. Brasília, definida como a candidata oficial do Brasil para sediar o VIII Fórum Mundial das Águas em 2018 passou por uma minuciosa inspeção do Comitê de Avaliação. Para receber o evento, que reúne cerca de 30 mil pessoas entre chefes de Estado, Governo, ONGS, especialistas, estudantes e interessados, a cidade candidata passa por uma rigorosa avaliação sobre sua capacidade política, técnica e institucional para sediar o evento. Em março, durante o VII Congresso Mundial, em Daegu (Coreia do Sul), os integrantes do Conselho escolherão a cidade que abrigará o Fórum de 2018.

Quanto aos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA), a ADASA está comprometida com os programas de governo nos quais se encontra inserida: (i) Programa Meio Ambiente e Recursos Hídricos; (ii) Programa Aperfeiçoamento Institucional do Estado; (iii) Programa Brasília Sustentável II; (iv) Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

No **Programa Meio Ambiente e Recursos Hídricos** destacam-se: a regularização de captação de água subterrânea e superficial por meio de outorgas; o fortalecimento do monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal por meio da rede de estações hidrometeorológicas e e poços; as ações de fiscalização de recursos hídricos e a edição e revisão de normativos relacionados aos recursos hídricos.

No campo da conservação e preservação de mananciais de água, foi dado início ao Pagamento por Serviços Ambientais – PSA aos produtores rurais que comprovaram ter adotado, com sucesso, práticas e manejos conservacionistas em suas terras com vistas à manutenção da qualidade do solo e da água na região da bacia do Píripau.

O programa “Descoberto Coberto”, coordenado pela ADASA, foi responsável pelo plantio de 170 mil mudas de árvores nativas nas margens do lago ao longo do projeto, visando a garantia da continuidade e qualidade do abastecimento de água. Envolvendo uma série de órgãos do GDF, organização de usuários de água, e ONGs, este programa busca preservar o principal manancial de captação de água para a população do DF e Entorno. Usuários e moradores da região receberam capacitação para apoiar o projeto.

A fase de expansão desse projeto está estimada em R\$ 50.000.000,00 para um período de 5 anos. A participação da ADASA ainda pode ser destacada com o projeto social educativo “ADASA na Escola” direcionado para alunos do ensino fundamental da rede pública e particular de ensino que, durante 2013, atuou em 48 escolas com a participação de mais de 14.700 alunos.

Quanto ao **Programa Aperfeiçoamento Institucional do Estado**, a 1ª Revisão Tarifária da CAESB propiciou o reposicionamento tarifário e fixou os valores das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal. Foi a primeira vez no País que uma agência reguladora realizou uma revisão periódica das tarifas dos serviços públicos de água e esgoto, utilizando a metodologia de price cap (preço teto) e levantando todos os ativos a serviço da concessão. Usuários e a prestadora do serviço se beneficiaram: a prestadora manteve o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e conheceu mais detalhadamente seus ativos, enquanto os usuários tiveram assegurada a modicidade tarifária e a melhoria da eficiência dos serviços no curto, médio e longo prazo.

O **Programa Brasília Sustentável II**, que tem como objetivo a implementação de ações de suporte à promoção do desenvolvimento sustentável no Distrito Federal e região do Entorno, por causa de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF.

Dentro do **Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**, todas as ações de apoio e gestão foram realizadas, propiciando o ambiente adequado para que a Agência executasse suas funções com tranquilidade e segurança, além de ter sido iniciada a reforma de parte das instalações da ADASA. Também foram propiciadas mais de 100 capacitações de servidores, promovendo a valorização do capital humano da Agência.

No terreno de ações de caráter social merece destaque a parceria com a da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, do Programa Reintegra Cidadão, funcionando desde 2008. A ação proporcionou a reintegração à sociedade de 38 presidiários, que passaram para o regime aberto ou ganharam a liberdade após o cumprimento de suas penas, muitos trabalhando, por indicação da ADASA, em empresas prestadoras de serviços para a Agência.

Para integrar-se com a sociedade, a ADASA promove e coordena dois grandes eventos comemorativos: Dia Mundial da Água, em 22 de março e o “Lago Limpo” onde, juntamente com outros órgãos governamentais, promove a limpeza do lago Paranoá e ações educativas ambientais para alunos das escolas públicas e privadas de Brasília.

A ADASA teve, em 2013, participação destacada em eventos como o VIII Congresso Brasileiro de Regulação, em Fortaleza. Patrocinado pela Associação Brasileira de Agências de Regulação, reuniu, de 19 a 23 de agosto, mais de mil profissionais ligados à área de regulação, Agências Reguladoras e prestadoras de serviços públicos regulados. O Congresso teve apoio institucional da Presidência da República e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e a ADASA, além da apresentação de 8 temas para debates, organizou um estande onde mostrou suas realizações.

Outro evento importante foi o XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, organizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, durante o mês de novembro. Servidores da ADASA apresentaram trabalhos sobre os temas em debate.

Além dos eventos nacionais, a Adasa também levou trabalho para o 11º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa – SILUSBA realizado em Moçambique.

A ADASA, cumprindo sua missão de transparência e estar permanentemente atenta com a sociedade, acompanhou a onda de inovação e atualmente oferece aos cidadãos novos canais de comunicação. Além do site, a Agência passou também a integrar as redes sociais, Facebook, My Space e Twitter.

Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides
Diretor Presidente

II. Introdução

Este relatório aborda a atuação da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, no exercício de 2013, detalha os procedimentos administrativos empregados no desempenho de suas atividades e destaca os principais resultados e os aspectos técnicos mais relevantes para o cumprimento de sua missão institucional.

Foi elaborado com observância dos Normativos do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF (Resolução 38/90 alterada pela Emenda Regimental nº 24, de 08/07/2008) e do Decreto de nº 32.598/2010 de 15/12/2010 (Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal), o art. 8º da Lei Nº 4.742/2011, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, bem como das Orientações Complementares disponibilizadas nos sites dos respectivos Órgãos de Controle e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.

As informações foram levantadas e consolidadas com base em consultas aos Sistemas: i) Integrado de Gerenciamento Governamental (SIGGO); ii) Acompanhamento Governamental (SAG); iii) informações complementares dos Gestores da Agência.

Este relatório foi organizado por títulos, em conformidade com as orientações contidas no documento “Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador – Instrumentos de Planejamento” elaborado pela SEPLAN/DF e procedimentos internos da Superintendência de Planejamento e Programas Especiais – SPE, estruturado por Programas Temáticos e as realizações divididas em relação aos Programas Finalísticos, e Programas de Gestão.

Os programas estão estruturados por ações, projetos e atividades. O orçamento 2013 da ADASA é composto por 06 programas, 26 ações e 36 subtítulos de ação. Destes, 16 são classificados como projetos, 18 como atividades e 02 considerados como operações especiais.

1 ESTRUTURA

A estrutura organizacional da ADASA foi concebida sob a égide dos pressupostos legais que orientam sua missão e competências. É dirigida em regime de colegiado por um Conselho de Diretores, com mandatos não coincidentes de 5 anos, admitida uma recondução consecutiva, sendo um deles o Diretor-Presidente. As demais unidades administrativas estão organizadas por assessorias, unidades de apoio a gestão, serviços e superintendências com cunho finalístico e respectivas coordenações técnicas. Atualmente apresenta-se como segue:

I. Deliberação Superior

Diretoria Colegiada – DC composta por um Diretor-Presidente e mais três Diretores.

II. Assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente

Gabinete – GAB

III. Assistência à Diretoria-Colegiada

Secretaria Geral – SGE

Serviço Jurídico – SJU

Ouvidoria – OUV

Controle Interno – COI

Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação - SAM

Serviço de Tecnologia da Informação - STI

Assessorias

IV. Unidades Organizacionais subordinadas aos Diretores

Superintendência de Administração e Finanças – SAF

Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto – SAE

Superintendência de Drenagem Urbana, Gás e Energia – SDE

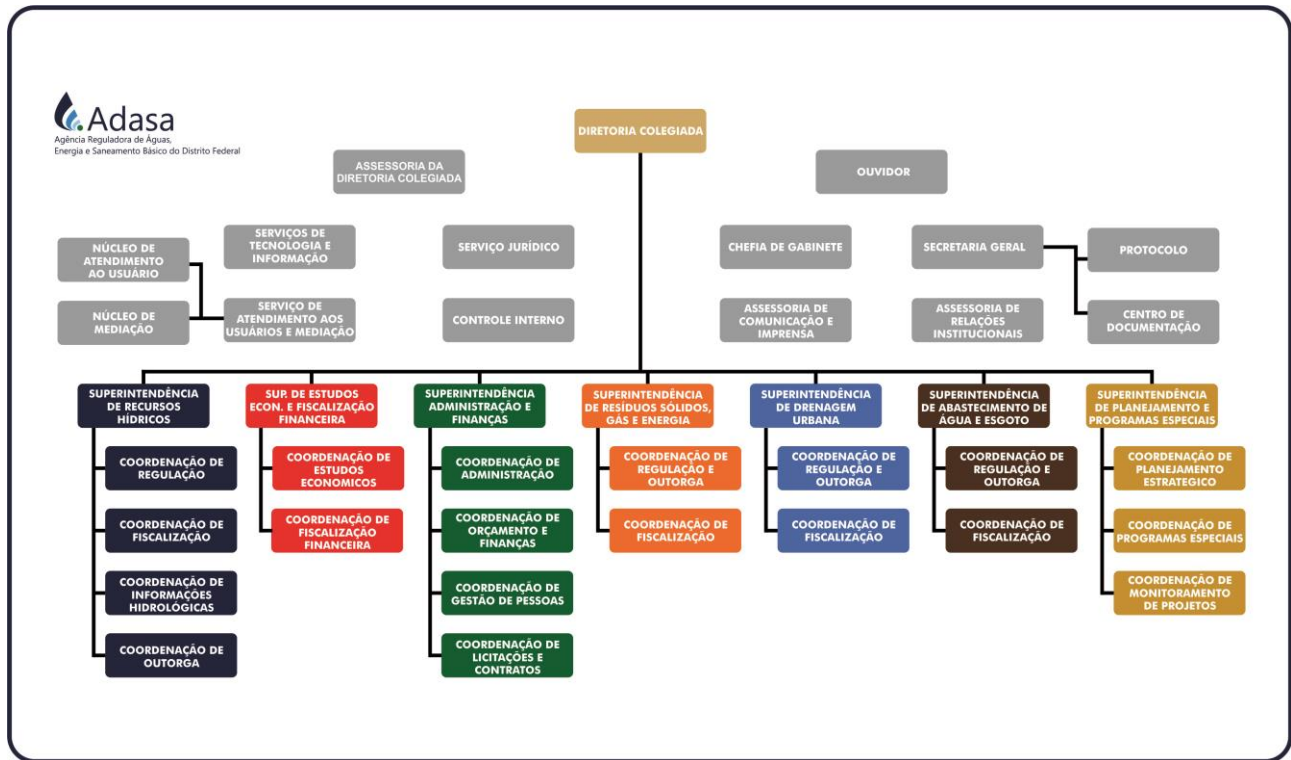
Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira – SEF

Superintendência de Planejamento e Programas Especiais – SPE

Superintendência de Recursos Hídricos – SRH

Superintendência de Resíduos Sólidos – SRS

1.1 Organograma



1.2 Identificação

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE		
DENOMINAÇÃO COMPLETA: AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL.		SIGLA: ADASA
CÓDIGO UO: 21206	CÓDIGO UG: 15206	CÓDIGO GESTÃO: 150206
NATUREZA JURÍDICA: AUTARQUIA ESPECIAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
ATIVIDADE PRINCIPAL: REGULAÇÃO (AGÊNCIA REGULADORA)		
ENDEREÇO ELETRÔNICO: GAB@ADASA.DF.GOV.BR		PÁGINA DA INTERNET: WWW.ADASA.DF.GOV.BR
ENDEREÇO POSTAL: SETOR FERROVIÁRIO - PARQUE FERROVIÁRIO DE BRASÍLIA - ESTAÇÃO RODOFERROVIÁRIA, SOBRELOJA - ALA NORTE - CEP: 70631-900 BRASÍLIA - DF		CNPJ/MF: 07.007.955.0001-10
TELEFONES/FAX DE CONTATO: 3961-4949		AGENTES DE PLANEJAMENTO: Lucivane M. S. Camargo José Bento da Rocha Claudia Maria Holanda da Silva

1.3 Competência Institucional

Em 16 de junho de 2004, pela lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, autarquia em regime especial com personalidade Jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Todavia, a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA. Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à ADASA é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica.

A finalidade básica da ADASA é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência:

- I. Recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;
- II. Saneamento básico, entendido como:
 - a) Abastecimento de água potável;
 - b) Esgotamento sanitário;
 - c) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
 - d) Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- III. Gás canalizado;
- IV. Mediante delegação de competência originária federal nas áreas de:
 - a) Energia elétrica;
 - b) Petróleo e derivados,
 - c) Biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes;
- V. E outras competências delegadas na forma da lei.

1.4 Missão

Regular e promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, a qualidade e universalização dos serviços públicos de energia e saneamento básico, em benefício da sociedade do Distrito Federal.

1.5 Força de Trabalho

A Agência vem organizando sua força de trabalho para atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização das áreas de sua competência. Desde sua criação, em 2004, a ADASA vem ampliando os conhecimentos e a inteligência de seu quadro técnico de profissionais. O concurso público, realizado em 2009, culminou com a nomeação de 147 aprovados, sendo 110 reguladores, 08 advogados e 29 técnicos, embora algumas vagas não tenham sido preenchidas (desistências e exonerações a pedido), proporcionou a criação do quadro efetivo essencial para sustentar as competências estabelecidas.

Durante o ano de 2013 o quadro de servidores efetivos na ADASA foi ampliado, pois mesmo com restrições, principalmente de espaço físico, ocorreram 18 novas nomeações no período. Houve também bastante atenção às ações de capacitação dos atuais servidores, como será visto mais adiante na descrição dos investimentos nesta área.

A força de trabalho, representada por todas as pessoas que contribuem para o funcionamento da agência, é formada por 130 colaboradores, sendo 04 Diretores com mandato de 05 anos, 62 cargos efetivos, 29 cargos comissionados, 07 requisitados do GDF, 01 do Governo Federal, 23 estagiários e 04 conveniados.

Importante ressaltar que o quadro de servidores da ADASA é totalmente formado por profissionais de nível superior (mesmo aqueles que ocupam cargos da carreira de nível médio) com graduação em diversas áreas, envolvendo ciências sociais, exatas e humanas. Destaca-se que na Agência há 16 servidores com mestrado e 46 com pós-graduação. Além da diversidade da formação acadêmica há um constante esforço de capacitação técnica dos servidores nos temas afetos e áreas de competência, gerando um quadro altamente qualificado, fator imprescindível para uma regulação atuante eficiente.

Tabela 1 - Força de Trabalho – ADASA, 2013.

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total	
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão		
Efetivos (Quadro da ADASA)	4	17	12	29	62	
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	19	0	10	0	29	
Diretores com mandato	5*	0	0	0	5	
Requisitados	Órgãos do GDF	7	0	0	7	
	Órgãos Estaduais	0	0	0	0	
	Órgãos do Governo Federal	0	0	1	0	1
Outros	Estagiários	0	12	0	11	23
	Terceirizados (FUNAP)	0	4	0	0	4
Subtotal (Força de Trabalho)	35	33	23	40	131	
(+) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0	
Total Geral	35*	33	23	40	131*	

Fonte: SAF; Obs.: Posição em 31/12/2013; * Existe um ex-Diretor em período de quarentena conforme determinação legal.

2 Realizações

2.1 PROGRAMA TÊMÁTICO: 0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Tabela 2 - Execução Orçamentária e Financeira Brasília Sustentável – ADASA, 2013.

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
0150 - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL	29.000.000	20.999.500	686.000	523.390
1680 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA VILA ESTRUTURAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II	2.877.222	2.502.084	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA VILA ESTRUTURAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	2.877.222	2.502.084	0	0
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II	11.610.071	8.290.056	0	0
0004 - (EPP)IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II - CEILÂNDIA	11.610.071	8.290.056	0	0
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II	8.157.986	4.352.639	0	0
0001 - (EPP)IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II-- GUARÁ	8.157.986	4.352.639	0	0
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II	3.823.333	3.823.333	0	0
0001 - (EPP)IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II--DISTRITO FEDERAL	3.823.333	3.823.333	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II	2.531.388	2.031.388	686.000	523.390
0001 - (EPP) IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II--DISTRITO FEDERAL	2.531.388	2.031.388	686.000	523.390

Fonte: SIGGO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 - Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Tabela 3 - Indicador – Brasília Sustentável – 2013.

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	75%	31/12/2011	Anual	100	-	-	-	PAD/BIRD/ADASA

Fonte: ADASA

Este Objetivo Específico foi concluído em 2012. Para o ano de 2013, não havia mais execução prevista.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0002- Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr-do-Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.

Tabela 4 – Indicadores – Brasília Sustentável II – 2013.

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Apurado 2013	Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	-	30	50	75	-	Carta Consulta/ ADASA
Fechamento do Aterro do Jóquei	Unidade	-	-	Anual	-	100	-	-	-	Carta Consulta/ ADASA
Abertura do Aterro Sanitário	Unidade	-	-	Anual	-	100	-	-	-	Carta Consulta/ ADASA

Fonte: ADASA

Ocorreu em 2012 a elaboração de documentos preparatórios para a busca de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID visando a implementação do Programa Brasília Sustentável II (Carta Consulta, Perfil do Projeto, detalhamento dos componentes e avaliações econômica, ambiental e social necessárias) no valor de US\$ 150 milhões.

Já em 2013, ocorreu a licitação para a preparação do Programa Brasília Sustentável II, contratação esta que envolve a entrega de 11 (onze) produtos e vem sendo executada, desde o mês de setembro. Já foram realizadas 03 (três) medições pela empresa especializada contratada.

Em função de atrasos em relação à contratação do Empréstimo relativo ao Programa Brasília Sustentável II junto ao órgão financiador, a maioria das ações serão realizadas no próximo exercício, sendo que apenas a ação que envolve a preparação do Programa teve execução.

2.2 PROGRAMA TÊMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO GERAL:

Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

Tabela 5- Execução Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento Institucional do Estado – ADASA, 2013.

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
6203 - APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO	5.913.796	5.913.796	273.834	273.834
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	40.000	40.000	0	0
0016 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SANEAMENTO BÁSICO DO DF- PLANO PILOTO	40.000	40.000	0	0
3143 - IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS	55.000	55.000	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	55.000	55.000	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	3.395.899	3.395.899	0	0
6143 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-PESQUISA DE SATISFAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	57.500	57.500	0	0
6144 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DRENAGEM E GÁS CANALIZADO-DISTRITO FEDERAL	300.000	300.000	0	0
6145 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ECONÔMICO E FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	1.138.000	1.138.000	0	0
6147 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DISTRITO FEDERAL	178.000	178.000	0	0
6180 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	1.722.399	1.722.399	0	0
4136 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	630.000	630.000	70.000	70.000
0001 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	630.000	630.000	70.000	70.000
4163 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.792.897	1.792.897	203.834	203.834
0001 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM E GÁS CANALIZADO- PLANO PILOTO	338.649	338.649	0	0
0002 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS- PLANO PILOTO	203.378	203.378	11.530	11.530
0003 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO- PLANO PILOTO	500.870	500.870	192.304	192.304
0004 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ECONÔMICO E FINANCEIRO- PLANO PILOTO	750.000	750.000	0	0

Fonte: SIGGO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – Aperfeiçoar o processo de regulação das atividades de abastecimento de água, saneamento básico e energia e contribuir para a maior participação e controle social sobre a Política de Saneamento Básico, a fim de proporcionar à população do Distrito Federal serviços dotados de qualidade técnica e preços justos.

Tabela 6 – Indicadores – Aperfeiçoamento Institucional do Estado – 2013.

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Apurado 2013	Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	índice	8,7	31/12/2012	Anual	12,86	13,50	14,18	14,88	16,7	Relatórios de Atividades Superintendência
IES – Índice de Envolvimento Social	índice	7,7	31/12/2012	Anual	11,81	12,4	13,02	13,67	14,7	Relatórios de Atividades Superintendência e Informações SAM.
IQT – Índice de Qualidade Técnica	índice	0,5	31/12/2012	Anual	0,525	0,551	0,58	0,609	1	Relatórios de Atividades Superintendência

Fonte: ADASA

A ADASA instituiu, a partir de dezembro de 2012, seu planejamento estratégico e com ele uma nova forma de Gestão, intitulada Gestão Orientada para Resultados – GEOR. Segundo esta nova metodologia os projetos devem ser desenhados e encaminhados para a Diretoria Colegiada para análise e aprovação nos termos do art. 22 da Lei 4.285/2008. Esta nova metodologia requer uma apresentação formal em formulário próprio com os seguintes componentes: escopo ou finalidade; alinhamento estratégico; áreas envolvidas; justificativa; indicadores e metas; marcos e entregas; custos; riscos; unidade gestora; financiador; gerente de projeto; equipe responsável; matriz de responsabilidade; e cronograma.

Neste sentido, grande parte dos projetos da ADASA passou ou está passando pelo processo de redesenho com incorporação da nova metodologia e, até mesmo verificação de conveniência e oportunidade a partir de um “ranqueamento” de ações da Agência. Tal fato desacelerou o processo de execução das tarefas programadas dentro deste Programa Temático, em seu objetivo específico 005 - sob a responsabilidade da ADASA. Entretanto, a partir do trabalho constante e conjunto, foram alcançadas as seguintes realizações:

2.2.1 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário são prestados, atualmente, pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, por força da Lei 4.285/2008 e do Contrato de Concessão nº 001/2006 - ADASA. Baseada desta regulamentação, a ADASA é a responsável pela elaboração e expedição de regulamentos, além da fiscalização dos serviços prestados.

A seguir são mostrados trabalhos relevantes realizados pela Agência no tocante a este importante componente do Saneamento Básico.

• Metodologia para avaliação de desempenho de ETE's e ETA's no DF.

Em 2011 foi celebrado um convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com o objetivo de realizar a elaboração de estudos técnicos para o desenvolvimento de metodologia para avaliação de desempenho de estações de tratamento de águas e esgotos. Os trabalhos seguiram o Plano de Trabalho aprovado, em que foi prevista a entrega de 08 produtos ao longo dos 24 meses de convênio, os quais foram entregues e aprovados corretamente no prazo, atendendo ao que foi acordado.

Em 2013, foram recebidos e aprovados os seguintes produtos: i. Relatório propondo metas progressivas para os indicadores de desempenho das estações; ii. Relatório contendo a aplicação dos indicadores nas demais estações, visando à sua validação; e iii. Manual ou guia de fiscalização das estações pela agência reguladora.

No produto – Relatório propondo metas progressivas para os Indicadores de Desempenho (ID) das Estações – foram propostas as metas para os (IDs) referentes às seis estações de tratamento de água (ETA) e às dezessete estações de tratamento de esgotos (ETE) avaliadas.

Tabela 7 – ETE's e ETA's avaliadas

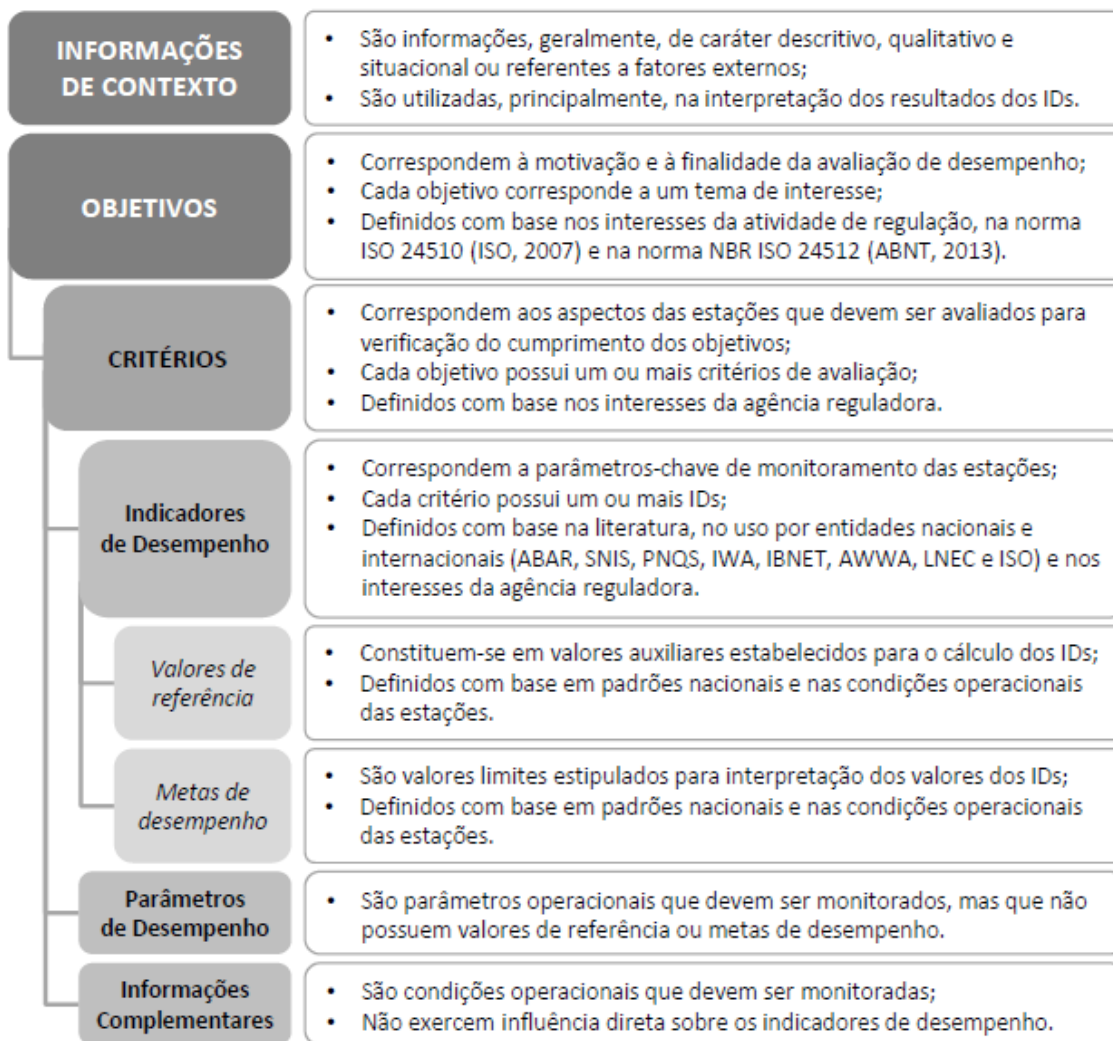
Estações de Tratamento de Água:	Estações de Tratamento de Esgoto:
ETA Brasília	ETE Gama
ETA Brazlândia	ETE Brasília Norte
ETA Planaltina	ETE Brasília Sul
ETA Paranoá	ETE Riacho Fundo
ETA Rio Descoberto	ETE Melchior
ETA Píripau	ETE Recanto das Emas
	ETE Sobradinho
	ETE Alagado
	ETE Samambaia
	ETE Santa Maria
	ETE Alagado
	ETE Torto
	ETE São Sebastião
	ETE Planaltina
	ETE Brazlândia
	ETE Vale do Amanhecer
	ETE Paranoá

Fonte: SAE/ADASA

As metas propostas foram baseadas nos padrões estabelecidos na legislação nacional e internacional, na avaliação de desempenho das estações e nos interesses da agência reguladora. Para cada ID, foram adotados limites progressivos acompanhados dos respectivos percentuais de atendimento, em respeito à variabilidade inerente a alguns parâmetros.

Como produto final, foi elaborado um “Guia de Avaliação de Desempenho de Estações de Tratamento de Água e de Esgotos” com vista à regulação, baseado em estrutura desenvolvida, que contempla indicadores de desempenho, metas progressivas, parâmetros de desempenho e informações complementares. Os elementos constituintes do sistema de avaliação proposto são descritos no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Elementos constituintes do sistema de avaliação de ETE's e ETA's no DF



Fonte: SAE/ADASA

• Validação da Base de Ativos Regulatória – BAR da CAESB

Projeto pioneiro no país, a ADASA foi a primeira agência reguladora a validar uma base de ativos regulatórios relativos à concessão da prestadora do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A validação da Base de Ativos Regulatória - BAR foi atividade fundamental do processo de primeira revisão tarifária da CAESB. Somente após a apuração desse valor, foi possível dar continuidade ao primeiro ciclo de Revisão Tarifária Periódica – 1ª RTP – da CAESB.

Coube à ADASA validar o Laudo de Avaliação dos Ativos Imobilizados em Serviço apresentado pela CAESB, assegurando que o processo de levantamento, validação e valoração dos ativos da concessão tenha sido elaborado conforme a metodologia definida em resolução específica da ADASA e os critérios estabelecidos na legislação e regulamentos pertinentes.

Este trabalho contou com o apoio de consultoria especializada e envolveu diversas reuniões entre a ADASA e CAESB, bem como várias visitas a campo para Estações de Tratamento de Água,

Estações de Tratamento de Esgoto, Adutoras, Barragens, Estações Elevatórias, Reservatórios, entre outros, para a validação das informações apresentadas. O Laudo de Avaliação da Base de Ativos Regulatórios da CAESB foi validado para compor os cálculos da nova tarifa.

Em janeiro de 2013, houve um aditamento no referido contrato, visando o suporte à ADASA nos seguintes itens:

Realizar a leitura da carta de manifestação da CAESB referente à validação da base de ativos regulatórios e elaborar apresentação explicativa do relatório de validação à CAESB;

Participar da Audiência Pública e auxiliar nas respostas relativas aos questionamentos que fossem feitos com relação à Validação da Base de Ativos Regulatórios;

Formatar o Relatório de Fiscalização para encaminhamento à CAESB;

Analisar a manifestação final da CAESB após o encaminhamento do supracitado relatório e elaborar/enviar resposta final à CAESB.

Com a validação do Laudo, foi possível à ADASA concluir a Primeira Revisão Tarifária Periódica – 1ª RTP da CAESB em março de 2013.

• Inspeção de reclamações, denúncias e solicitação de informações do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF.

De acordo com a Lei Distrital nº 4.285/2008, compete à ADASA exercer o poder de polícia em relação à prestação dos serviços regulados, na forma das leis, regulamentos, contratos, atos e termos administrativos pertinentes, além de fiscalizar os serviços regulados, especialmente quanto a seus aspectos técnicos, econômicos, financeiros, contábeis, jurídicos e ambientais, nos limites estabelecidos em normas legais e regulamentares.

A ação fiscalizatória da ADASA visa, primordialmente, à educação e orientação da concessionária de serviço público de saneamento básico e à prevenção de condutas violadoras da lei e do contrato segundo o Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA.

Em suas ações fiscalizatórias, a ADASA analisa e acompanha as condições técnicas de prestação dos serviços com a finalidade de assegurar a qualidade e continuidade destes.

No cumprimento de sua função de fiscal da qualidade do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestado pela CAESB, ADASA atendeu diversas demandas de usuários que foram encaminhados para análise técnica pelo Serviço de Atendimento ao Usuário e Mediação – SAM - ADASA, sendo as principais demandas relacionadas a reparos de vazamento de água, desobstrução de rede de esgoto e ligação de água.

• Monitoramento e Acompanhamento da qualidade do serviço prestado.

É um dos objetivos fundamentais da ADASA, proteger a qualidade e controlar os padrões dos serviços prestados pela concessionária de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dessa forma, atendendo ao preconizado na Lei nº 4.285/2008, a Agência acompanha a qualidade do serviço prestado analisando e atuando junto à CAESB, quando preciso.

De acordo com o Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA, a fiscalização técnica deve acompanhar as condições técnicas da prestação dos serviços. Para este acompanhamento o controle é

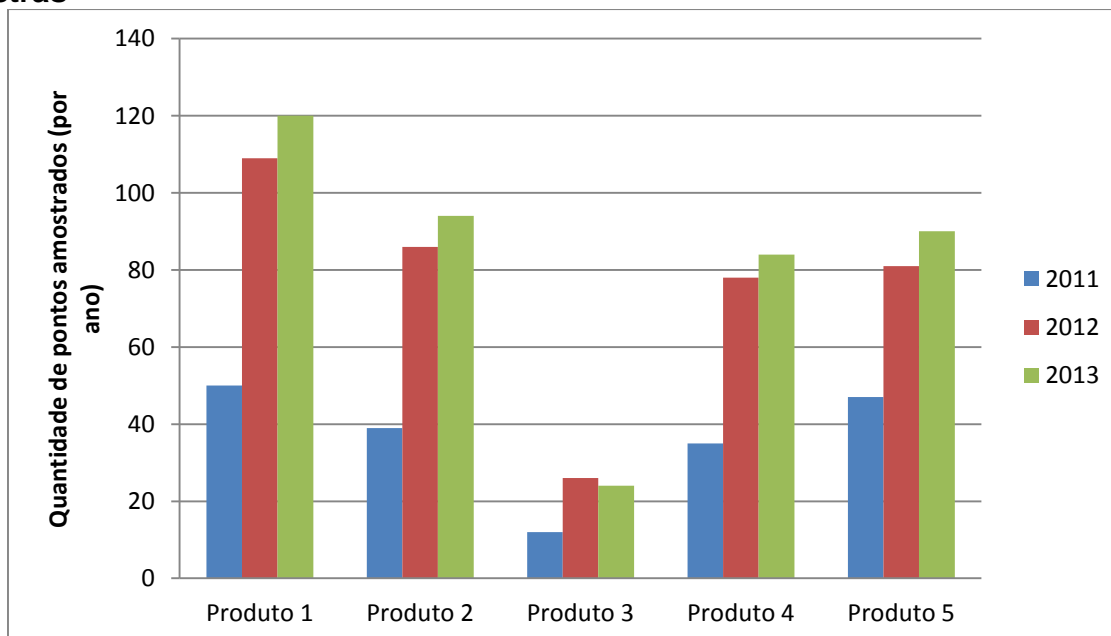
realizado por intermédio de um contrato de prestação de serviço com empresa qualificada, a qual, mensalmente faz coleta de amostras em locais determinados pela ADASA.

Atualmente, a empresa contratada faz a coleta e análise em amostras de água nas saídas dos tratamentos, na rede de distribuição, nas captações superficiais e subterrâneas nas regiões rurais e nos esgotos tratados, estando cada uma dessas 5 matrizes separadas em produtos que são entregues mensalmente:

- i. Produto 1: 10 pontos de coleta em saídas de Estações de Tratamento de Água e Unidades de Tratamento Simplificado;
- ii. Produto 2: 8 pontos de coleta na rede de distribuição;
- iii. Produto 3: 2 pontos de coleta na área rural em captações superficiais;
- iv. Produto 4: 7 pontos de coleta na área rural em captações subterrâneas;
- v. Produto 5: 8 pontos de coleta de efluentes tratados de Estações de Tratamento de Esgoto.

Os pontos são escolhidos de forma a contemplar análise do máximo de unidades de tratamento possível. No caso das coletas de amostras na rede de distribuição, por serem muitos pontos, a análise se foca nos pontos dentre toda a rede que apresentaram desconformidades com que prevê a Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde, principalmente no caso de resultado positivo para Coliformes Totais e E. coli. A ADASA intensificou e diversificou esse monitoramento, como mostrado no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Monitoramento da Qualidade da água, em relação à quantidade de amostras



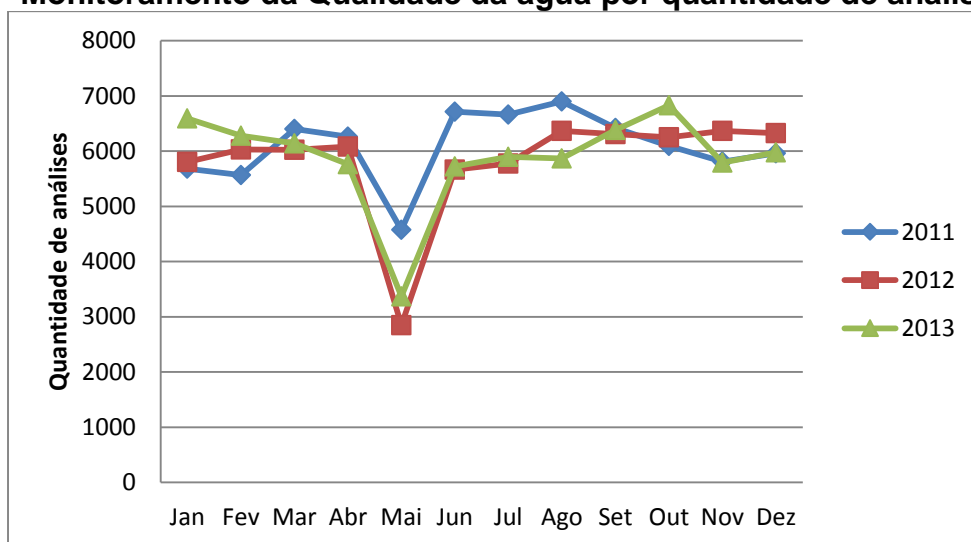
Fonte: SAE/ADASA

Além das análises realizadas pela empresa contratada, a ADASA acompanha o desempenho operacional das Estações de Tratamento de Esgotos – ETE's por intermédio de dados mensais

encaminhados pela prestadora de serviço que permitem avaliar a eficiência operacional de remoção de matéria orgânica, nutrientes e sólidos, além da capacidade de tratamento de cada estação.

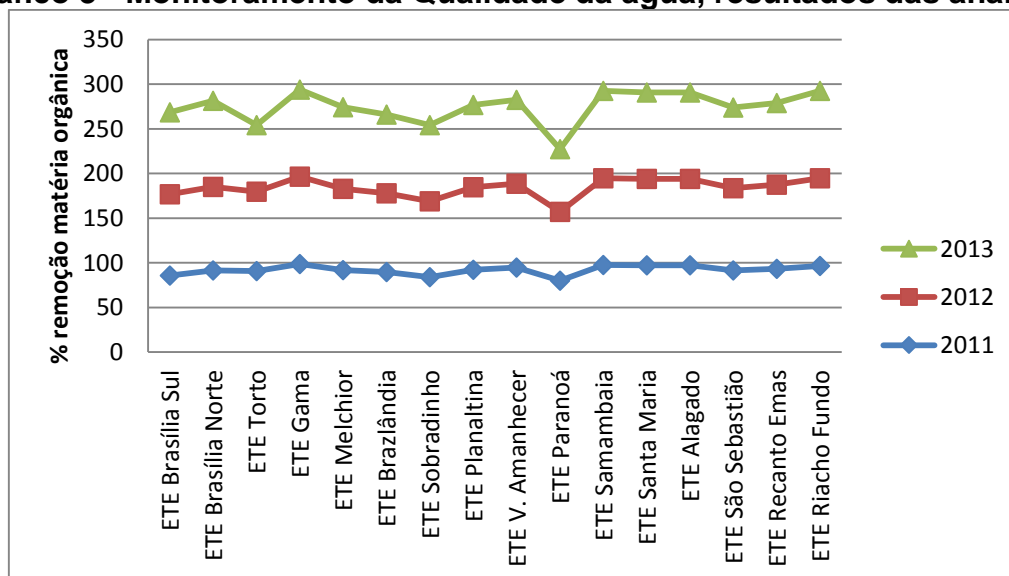
A ADASA monitora mensalmente, ainda, a qualidade da água na saída das estações de tratamento de água e na rede de distribuição da CAESB, por meio da análise dos dados fornecidos pela concessionária. Em 2013, a ADASA analisou aproximadamente 25.000 dados de qualidade da água na saída do tratamento e 75.000 dados de qualidade da água na rede de distribuição. Os Gráficos 2 e 3 abaixo exemplificam este monitoramento:

Gráfico 2 - Monitoramento da Qualidade da água por quantidade de análises



Fonte: SAE/ADASA

Gráfico 3 - Monitoramento da Qualidade da água, resultados das análises



Fonte: SAE/ADASA

A qualidade da água distribuída pela CAESB atendeu, na maioria dos meses de 2013, aos padrões físico-químicos e bacteriológicos de potabilidade exigidos pela Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde, não gerando não-conformidades com necessidade de intervenções da ADASA.

A ADASA acompanha também a qualidade da água distribuída nas áreas rurais do Distrito Federal. Ao todo são 47 soluções alternativas coletivas (SAC) nas quais a CAESB realiza o monitoramento da qualidade da água fornecida para consumo das comunidades rurais. A Agência acompanhou cerca de 24.000 análises de qualidade da água nessas SAC's. Com a regulação da ADASA, a CAESB tem investido no saneamento rural para atender a população dessas regiões com os padrões de qualidade exigidos pela Portaria do Ministério da Saúde.

Por fim, ADASA utiliza ainda o **Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano SISÁGUA**. Esse é uma plataforma do Ministério da Saúde utilizada para receber os dados de qualidade da água de todo o Brasil, e que no âmbito do DF desde janeiro de 2012 é trabalhada dentro da seguinte sistemática: a vigilância ambiental insere os dados por ela produzidos além de ter acesso aos dados do prestador de serviços; o prestador de serviços públicos insere os dados de controle e tem acesso aos dados produzidos pela vigilância; e a agência reguladora tem acesso na forma de consulta aos dados de controle e vigilância. Tal sistemática de imputação de dados no SISÁGUA foi acompanhada por um grupo formado por integrantes das três entidades envolvidas e foi formalizado por meio de um termo de cooperação.

Essa sistemática de inserção e acompanhamento de dados é pioneira no Brasil, servindo de modelo para os outros estados e foi resultado de uma proposta incentivada pela ADASA desde 2012.

Figura 1 – Tela de Acesso ao SISÁGUA

portalweb04.saude.gov.br/sisagua/

Saúde
Ministério da Saúde

SVS Secretário de Vigilância em Saúde

DATASUS

SISÁGUA - Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

ACESSO AO SISTEMA

SISAGUA

Usuário:

Senha:

Ok

Se você esqueceu ou não sabe sua identificação de usuário, clique aqui para pesquisar. Para trocar sua senha, clique aqui.

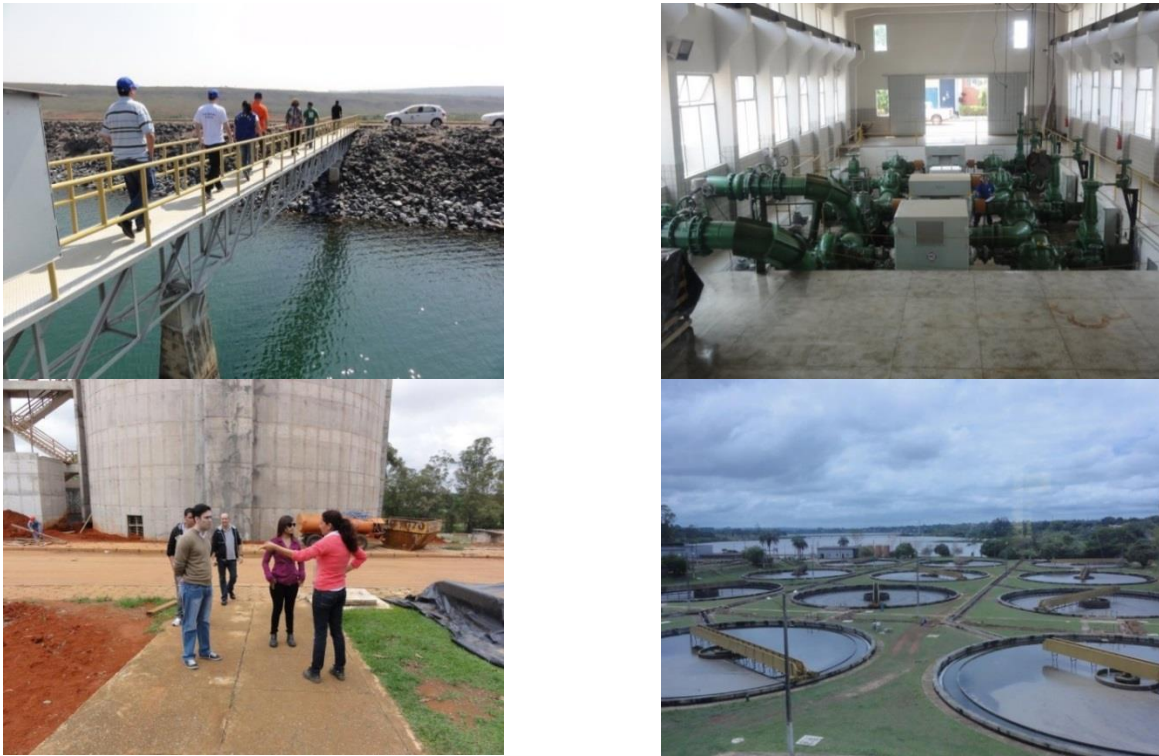
Atenção! O SISÁGUA terá uma nova versão a partir de janeiro de 2014. (Saiba mais aqui)

Fonte: www.saude.gov.br/sisagua

• Inspeções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF.

Em 2013, a ADASA realizou inspeções nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com caráter instrutivo, visando avaliar as instalações e verificar a qualidade dos serviços prestados. Tais inspeções são de suma importância para a capacitação técnica dos servidores da Agência que atuarão tanto nas atividades de regulação do sistema e da qualidade do serviço prestado, bem como daqueles que atuarão na fiscalização desses serviços.

Figura 2 – Visitas aos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do DF



Fonte: SAE/ADASA

• **Cartilha de Educação Ambiental: Qualidade da Água.**

A fim de promover a educação ambiental nas crianças através do Projeto ADASA na Escola, a ADASA desenvolveu a cartilha Qualidade da Água.

Figura 3 – Cartilha Qualidade da Água



Fonte: SAE/ADASA

• Hidrometração Individual

A hidrometração individualizada encontra-se prevista na Lei Distrital n.º 3.557/2005, alterada pelas Leis Distritais n.º 4.126/2008 e n.º 4.383/2009. Estas normas dispõem sobre a instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais, nas de uso misto, e nos condomínios residenciais do Distrito Federal. A ADASA, regulamentou o assunto inicialmente com a Resolução n.º 162/2006, posteriormente substituída pela Resolução n.º 175/2007, que por sua vez foi alterada pela Resolução n.º 99/2009 para compatibilizar a regulação com as disposições legais posteriores.

A Resolução n.º 175/2007 permitiu a dispensa da instalação de hidrômetros individuais nos casos em que fosse comprovada a inviabilidade técnica ou a inviabilidade econômico-financeira, bem como possibilitou a escolha do modelo tecnológico de hidrometração individualizada, seja o normatizado pela CAESB (convencional) ou outro efetuado sob a responsabilidade do condomínio (alternativo).

Contudo, a análise das demandas dos usuários junto à ADASA permitiu concluir que, dadas as alterações legislativas posteriores, parte dos dispositivos da Resolução n.º 175/2007 necessitaram de adequações, de forma a proporcionar ao usuário do serviço de abastecimento de água maior clareza quanto aos critérios e procedimentos a serem observados. Como solução, a ADASA expediu a Resolução n.º 15 de 10 de novembro de 2011, a qual revogou a Resolução n.º 175/2007 e suas alterações.

Compete à ADASA receber, analisar, esclarecer dúvidas e orientar os condomínios quanto à implantação ou não da hidrometração individualizada. Em razão disso, a Agência realiza o seu monitoramento, apresentando na Tabela 8 abaixo os números consolidados da quantidade de unidades individualizadas por Região Administrativa (RA's), período de 2006 a 2013.

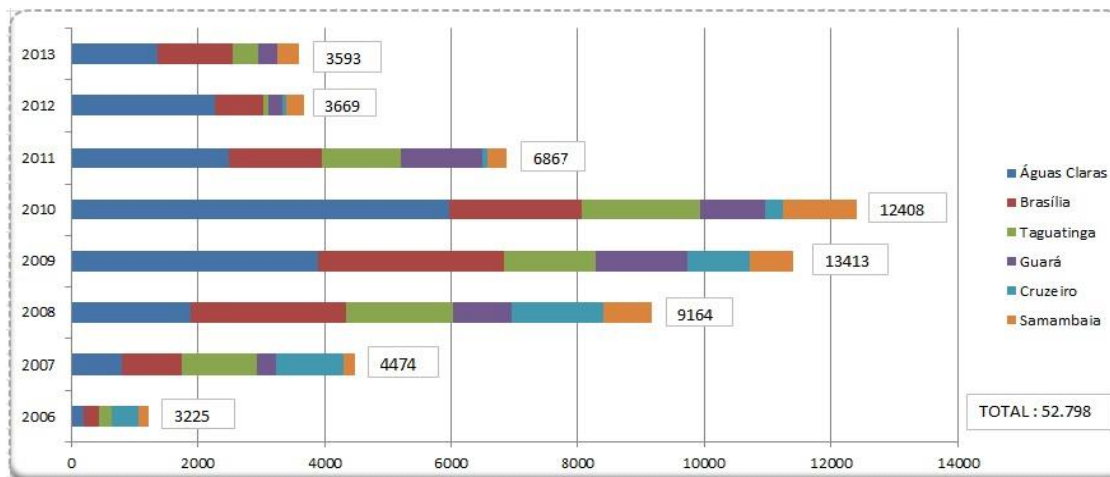
Tabela 8 - Número de Individualizações por ano e RA - 2006 - 2013 - DF.

BAIRRO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL GERAL
Águas Claras	205	793	1895	3897	5964	2484	2261	1359	18858
Brasília	233	947	2441	2937	2102	1463	762	1190	12075
Ceilândia	0	102	162	127	340	38	98	243	1110
Cruzeiro	416	1070	1461	986	287	86	52	0	4358
Gama	64	1048	240	500	957	429	147	102	3487
Guará	0	302	919	1439	1011	1278	212	301	5462
Lago Norte	0	133	136	739	97	164	0	0	1269
Lago Sul	0	0	6	0	0	0	0	0	6
Núcleo Bandeirante	0	31	162	247	306	13	33	112	904
OctognoI	0	0	388	218	0	0	0	0	606
Paranoá	0	0	45	76	100	39	8	0	268
Planaltina	0	0	22	0	0	25	0	0	47
Riacho Fundo	0	25	35	6	18	2	0	25	111
São Sebastião	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Samambaia	152	178	759	685	1166	299	286	336	3861
Santa Maria	0	26	130	129	112	54	14	55	520
Sobradinho	0	0	132	286	199	175	26	58	876
Sudoeste	48	0	276	2101	637	69	0	0	3131
Taguatinga	213	1184	1689	1460	1878	1257	96	407	8184
Vicente Pires	0	0	0	13	0	0	0	0	13
TOTAL ANO	1331	5839	10898	15846	15174	7875	3995	4188	65146

Fonte: SAE/ADASA

Abaixo, é apresentada no Gráfico 4, a evolução dos números de individualizações em 6 (seis) regiões administrativas (RA's), que representam 80% do total das individualizações realizadas entre 2006 e 2013, ou seja, pouco mais de 52.000 individualizações realizadas.

Gráfico 4 – Número de Individualizações - 2006 - 2013 - DF.

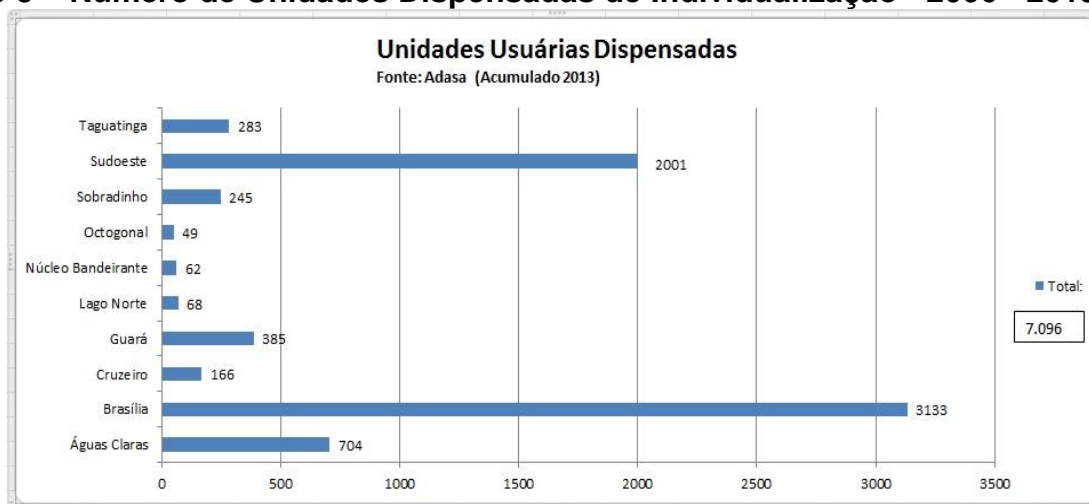


Fonte: SAE/ADASA

Na análise do gráfico percebe-se que o auge de adesão à medição individualizada se deu no ano de 2010, com 12.408 unidades usuárias individualizadas, ocorrendo uma forte queda nos anos posteriores.

Outro controle realizado é o que diz respeito ao acompanhamento da quantidade de unidades usuárias que deixaram de aderir à medição individualizada, por inviabilidade técnica ou financeira. Até o fim de 2013 a ADASA já homologou 141 processos de dispensa, o que representa aproximadamente 7.096 unidades usuárias sem medição individualizada. Esse número representa 10% em relação ao total de unidades que já aderiram. A seguir, o Gráfico 5 mostra a quantidade de unidades dispensadas da individualização por Região Administrativa (RA's). Brasília tem o maior número, com 3.133 unidades dispensadas.

Gráfico 5 – Número de Unidades Dispensadas de Individualização - 2006 - 2013 - DF.



Fonte: SAE/ADASA

• **Projetos de Resolução**

Foram realizados os estudos iniciais e os desenhos de projetos para a elaboração de várias resoluções, envolvendo a regulação da prestação dos Serviços Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, dentre as quais destacam-se:

a) Resolução para Definir os Procedimentos para Envio de Informações

O objetivo desta resolução é atender a necessidade da normatização dos procedimentos para o envio de informações da prestadora de serviços de Água e Esgotamento Sanitário para a ADASA.

Depois de verificada a necessidade e também após ser definido o formato do envio das informações, os prazos, o modo de envio destes dados, a padronização dará um aumento na segurança, na confiabilidade e no respaldo deste fluxo de informações tanto para a prestadora de serviço quanto para o órgão regulador.

b) Resolução de Comunicação de Incidentes e de Interrupção Programada dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

Atualmente a ADASA vem tomando conhecimento da ocorrência de incidentes apenas quando há a reclamação por parte dos usuários ou por meio da imprensa local, evidenciando uma fragilidade da atuação do Agente Regulador, bem como uma falta de comunicação do regulado para com este.

A definição de um procedimento traz para o Agente Regulador a possibilidade de ser avisado pelo próprio prestador de serviços sobre quaisquer problemas quando de sua ocorrência, bem como as atividades vinculadas para a solução dos mesmos.

A celeridade no conhecimento possibilitará a ADASA tanto prestar informações pertinentes aos interessados, quanto realizar as ações fiscalizatórias preventivas, de acompanhamento e da solução do problema.

Espera-se ainda com este projeto estabelecer um mapa de ocorrências, além de outros meios de monitoramento, tornando as ações de fiscalização mais efetivas e voltadas para os pontos de fragilidade dos sistemas.

c) Resolução que Regulamenta o Reuso de Águas Cinzas e Aproveitamento de Águas Pluviais pelos Usuários dos Serviços de Saneamento Básico

Visando a otimização do uso dos recursos hídricos, bem como sua sustentabilidade, podem ser adotadas práticas como o reaproveitamento de águas cinzas e o aproveitamento de águas pluviais. Para que isso seja viável, deve haver uma normatização a partir da qual a população e os empreendedores possam se guiar.

Já existem, no Brasil, normas técnicas (ABNT) capazes de gerar segurança na elaboração de projetos de engenharia hidráulica que contemplem soluções de reuso de águas cinzas e utilização de águas pluviais.

Deste modo, com a norma, a ADASA reforçará o cumprimento de sua competência que é regular o modo pelo qual se dará a prestação de serviços, de modo a garantir a segurança jurídica do usuário em confeccionar um projeto de acordo com as normas estabelecidas e, ao mesmo tempo, garanta a prestação de serviços a um preço adequado, diante da prestação diferenciada dos serviços.

Com a normatização a CAESB poderá fornecer seu aval para que o empreendimento solicitante venha a obter seu habite-se.

d) Resolução que Conterá as Diretrizes para o Plano de Exploração a ser Elaborado e Atualizado pelo Prestador de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no DF

O Plano de Exploração é uma obrigação do prestador de serviços prevista no contrato de Concessão nº 01/2006 celebrado entre a CAESB e a ADASA.

Tal Plano contemplará as seguintes peças de gestão:

- Plano de Operação e Manutenção: detalhando as estratégias de operação e manutenção dos sistemas e das ações previstas para melhoria da qualidade da prestação dos serviços;
- Plano de Expansão: detalhando os investimentos previstos (i) na ampliação ou modificação das instalações existentes para o atendimento a atual demanda dos serviços concedidos, (ii) na implantação de novas instalações para garantir o atendimento da futura demanda de seu mercado e (iii) os correspondentes recursos necessários para a realização desses investimentos; e
- Plano de Contingência e Emergência: definindo as ações preventivas e corretivas decorrentes de situações emergenciais, como secas, vazamentos em redes de esgotos, rupturas de adutoras e barragens, incêndios, falhas e choques mecânicos e outros acidentes que possam ocasionar desabastecimentos ou riscos à vida e à saúde pública.

Para a elaboração do normativo a ADASA deverá contar com o apoio de consultores externos, os quais serão contratados por meio de licitação.

e) Resolução de Padronização dos Procedimentos de Edição de Normas Regulatórias Expedidas pela ADASA

A edição de normas regulatórias, de acordo com as boas práticas internacionais de regulação, demanda que o agente regulador tome certas precauções e siga um procedimento previsível e confiável para que, além da participação dos stakeholders, haja maior transparência do processo com maior segurança de validade da norma editada.

No âmbito externo, a homogeneização procedimental para a elaboração de normas de regulação gera maior estabilidade para o setor regulado, que sabe quando e como uma determinada norma

é elaborada. Por seu turno, no âmbito interno da Agência, o processo tem maior confiabilidade desde seu planejamento até a publicação do ato normativo.

Há também a necessidade de se elaborar estudos sobre o impacto regulatório dos atos normativos expedidos, em especial nas superintendências de serviços públicos, em que os setores encontram-se menos maduros e carentes de maior regulamentação.

A adoção de procedimento único promove confiabilidade, segurança e transparência para o processo, gerando ganho na eficiência e na eficácia das ações da ADASA no que diz respeito à expedição de atos normativos.

f) Resolução contendo Indicadores de Desempenho e Metas para o Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Este projeto visa à elaboração de Resolução contendo sistema de avaliação por meio de indicadores de desempenho e metas para o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF, atendendo ao que dispõe o § 2º e incisos do art. 9º da Lei 4.285/2008 o qual define que a ADASA especificamente editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social da prestação dos serviços de saneamento básico, que abrangerão, dentre outros, os seguintes aspectos: I – padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços; [...] III – metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos; [...] VI – monitoramento dos custos e do desempenho econômico-financeiro dos prestadores dos serviços; [...] VII – avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados.

Um indicador de desempenho pode ser definido como uma medida quantitativa de um aspecto particular da prestação dos serviços, expressando o nível atingido em relação a um determinado objetivo, proporcionando uma avaliação indireta de sua qualidade. O papel dos indicadores na atividade de regulação é reconhecido como uma ferramenta para avaliação do atendimento aos objetivos dos serviços de saneamento, tais como a modicidade tarifária, a eficiência a eficácia e a garantia do atendimento aos padrões e metas estabelecidos para a prestação dos serviços.

Uma vez implantado, o sistema de avaliação por meio de indicadores de desempenho e metas proporcionará à ADASA:

- I- avaliar objetivamente e sistematicamente a prestação dos serviços.
- II- subsidiar estratégias para estimular a expansão e a modernização da infraestrutura, de modo a buscar a sua universalização e a melhoria dos padrões de qualidade;
- III- diminuir a assimetria de informações e incrementar a transparência das ações do prestador de serviços públicos e da agência reguladora;
- IV- subsidiar o acompanhamento e a verificação do cumprimento do contratos de concessão, incluindo a assistência do atendimento de metas operacionais e a avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços; e
- V- aumentar a eficiência e a eficácia da atividade de regulação.

g) Resolução de Procedimentos de Fiscalização

Atualmente, a ADASA conta apenas com a Resolução nº 163/2006, que estabelece os procedimentos gerais para a fiscalização, apuração de infrações e aplicação de penalidades pelo uso irregular dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal e outros, cujas fiscalizações lhe sejam delegadas, e com a Resolução nº 188/2006, que regulamenta os procedimentos para aplicação de penalidades às infrações cometidas contra os regulamentos e contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Assim, devido à ausência e/ou desatualização de normas, todas as Superintendências Finalísticas e o Serviço Jurídico da ADASA elaboraram minuta de Resolução acerca de procedimentos de fiscalização e processo administrativo de apuração de infrações aos prestadores de serviços públicos regulados e usuários de recursos hídricos.

A proposta dessa Resolução de procedimentos de fiscalização é permitir ao agente de fiscalização formar opinião técnica sobre o objeto fiscalizado, fornecer elementos para fundamentar a conclusão dos trabalhos e, principalmente, uniformizar os procedimentos a serem seguidos internamente, pois a existência de diversas regulamentações poderia gerar conflito, causando insegurança jurídica aos administrados, aos agentes de fiscalização e à própria Diretoria Colegiada.

2.2.2 Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Os serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, segundo a Lei Federal nº 11.445/2007, são definidos como o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas. No DF, estes serviços são de competência do Serviço de Limpeza Urbana - SLU, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH.

O art. 10 da Lei Distrital nº 4.285/2008 estabelece que compete à ADASA exercer plenamente a regulação desses serviços no Distrito Federal, que compreenderá, entre outras, as competências de promover estudos e pesquisas, visando o desenvolvimento dos serviços e estimular a melhoria da qualidade e aumento de eficiência dos serviços e do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos.

O Governo vem propondo e implementando uma série de ações que contemplam um modelo articulado de coleta convencional e seletiva, tratamento e disposição final de resíduos sólidos. Estas ações estão orientadas para reequipar o DF de modo a que passe a atender aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Figura 4 - Atividades integrantes dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.



Fonte: SRS/ADASA

Em 23 de dezembro de 2011, foi editado o Decreto nº 33.445, que aprova o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão dos Resíduos Sólidos no DF.

Com a aprovação do Plano de Intervenção, o GDF propõe a implantação de um novo Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no DF, de forma a potencializar a redução, reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos; a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis; a compostagem e a valorização energética dos rejeitos oriundos dos processos de triagem; a disposição final em aterros sanitários como último recurso; a regulação técnica e econômica dos prestadores de serviços públicos de limpeza com manejo de resíduos sólidos urbanos.

O referido Plano de Intervenção propõe ações de reestruturação da infraestrutura de coleta, tratamento e destinação final, incluindo a implantação: do Aterro Sanitário Oeste; de Centros de Triagem; de Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção e Demolição – RCD – ATTR; de Programa de Coleta Seletiva; de Ecopontos; de Postos de Entrega Voluntária; de Unidades de Tratamento de Resíduos, dentre outras medidas.

Nesse sentido a ADASA vem empreendendo ações de forma a cumprir suas competências regulatórias e contribuir para a implantação de políticas para o setor. Dentre as atividades realizadas, pode-se destacar:

• **Contrato de Gestão e Desempenho com o SLU**

A ADASA, objetivando dar cumprimento a determinação legal, preconizada no art. 47 da Lei 4.285/2008 (abaixo transcrito), elaborou a minuta do Contrato de Gestão e Desempenho com o SLU, a qual

foi aprovada pelo Serviço Jurídico da Agência quanto aos aspectos legais, e encaminhada ao SLU para análise e proposição de ajustes necessários, se for o caso.

“Lei 4.284/2008, Art. 47. - Cabem ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU a gestão e operação da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal, a execução das licitações e contratos decorrentes, bem como a fiscalização específica das cláusulas contratuais no que tange à limpeza pública e a autuação de infrações, nos termos desta Lei, no que couber, e do contrato de gestão e desempenho a ser celebrado por trinta anos, prorrogáveis por igual período, com a ADASA, no prazo de cento e oitenta dias.

§ 1º De forma a permitir a ação reguladora, que inclui fiscalização geral, da ADASA, o contrato de gestão e desempenho terá cláusulas detalhadas, inclusive sobre as condições gerais e outros aspectos essenciais dos serviços, a critério da Agência e em conformidade com esta Lei, especialmente o art. 11, § 1º, no que couber, sobre o estabelecimento de metas e resultados anuais por segmento, que deverão ser atualizadas periodicamente por meio de aditivos, e sobre a imputação de penalidades.”

• Apoio para implementação das áreas de transbordo, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil – ATTR

Para acabar com a disposição irregular dos Resíduos de Construção e Demolição - RCD ou seu envio para o lixão - cerca de 5000 (cinco mil) toneladas por dia - o GDF implantará ecopontos para receber os resíduos de pequenos geradores e também áreas de triagem e tratamento de resíduos da construção civil destinadas a receber e tratar os RCD coletados pelo SLU e dos grandes geradores.

A ADASA, nos termos da Lei nº 4.285/2008, alterada pela Lei nº 4.704/2011, tem competência para regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de tratamento e destinação final de Resíduos da Construção e Demolição (RCD) e resíduos volumosos, em especial aqueles recolhidos pelo SLU em vias e logradouros públicos.

Neste sentido, a Agência auxiliou a SEMARH na elaboração do Projeto Básico que tem por objetivo estabelecer os parâmetros técnicos e econômicos para a realização da concorrência destinada à concessão da prestação de serviços públicos de transbordo, tratamento e destinação de RCD com a simultânea concessão de uso de 6 terrenos públicos para implantação de seis unidades denominadas Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem, doravante denominadas ATTR.

A proposta de edital, projeto básico, estudos econômicos, estimativa de custos, contrato de concessão de prestação dos serviços e contrato regulado, todos elaborados pela equipe técnica da própria Agência, foram encaminhados em outubro/2012 à SEMARH.

• Inspeção programada do sistema, serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

A inspeção programada do sistema, instalações e infraestrutura do prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos integram as atividades de fiscalização a serem realizadas pela ADASA, em conformidade com a Lei Distrital nº 4.285/2008.

No ano de 2013 foram programadas ações fiscalizatórias para verificar o estado de conservação e operacionalização dos serviços acima citados, com o objetivo de identificar as desconformidades e estabelecer medidas corretivas necessárias à melhoria da qualidade da prestação dos serviços.

A ADASA iniciou a elaboração de um projeto com vistas a aperfeiçoar o processo de fiscalização da exploração dos serviços pertinentes à área, cuja elaboração foi concluída em dezembro de 2013.

No entanto as atividades constantes no processo de aperfeiçoamento elaborado serão desenvolvidas no exercício de 2014, a partir dos produtos resultantes do projeto de fiscalização elaborado em 2013, permitindo o desempenho eficaz da atividade de fiscalização e conseqüentemente das inspeções no sistema e nas instalações do prestador de serviços.

• Apoio na implementação do Aterro Sanitário Oeste

No Distrito Federal, os resíduos sólidos urbanos ainda são dispostos de forma ambientalmente inadequada, uma vez que atualmente os resíduos são enviados ao Aterro do Jóquei, um lixão a céu aberto, alternativa inadequada do ponto de vista sanitário e ambiental, também conhecido como Lixão da Estrutural.

Figura 5 - Lixão da Estrutural



Fonte: SRS/ADASA

A Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art. 54, estabelece que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada até agosto de 2014.

Entende-se por disposição ambientalmente adequada a distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Com o intuito de realizar a disposição adequada dos rejeitos será construído um aterro sanitário para o qual serão destinados os resíduos sólidos domiciliares e comerciais de todo o DF em um

primeiro momento. O empreendimento já possui licença ambiental e termo de cessão de uso da área a ser ocupada (localizada na Região Administrativa de Samambaia).

Devido à urgência de implantação desse projeto, optou-se por segmentar as obras para três entidades do DF, de acordo com a sua especialização.

As obras civis serão viabilizadas pela NOVACAP, a qual publicou em novembro/2012 edital de licitação para contratação de empresa para realização de obras relativas ao acesso viário, cerca e barreira vegetal, viário interno, drenagem e edificações.

A elaboração de projeto básico e a contratação de empresa para construção de estação elevatória, linha de recalque e estação de tratamento de chorume proveniente do aterro é de responsabilidade da CAESB.

Até junho de 2013 a ADASA, ficou encarregada de acompanhar todas as ações relacionadas a este projeto e a elaborar, em conjunto com o SLU, o projeto básico para contratação de empresa responsável pela construção, preparação da base da célula de aterramento e operação do aterro por até 5 (cinco) anos. Para auxiliar os técnicos da ADASA, foi contratada uma empresa de consultoria para preparação e elaboração dos aspectos técnicos do edital de licitação para implantação e operação inicial do Aterro Sanitário Oeste.

Além disso, coube a ADASA, por solicitação da Casa Civil, a articulação do grupo de trabalho composto pela CAESB, DER, NOVACAP e SLU para desenvolvimento das ações necessárias para implantação do aterro.

Os estudos e propostas elaborados pela Agência foram encaminhados ao SLU, o qual publicou no DODF, de 20/12/2012, a Concorrência Pública nº 04/2012, com o objetivo de contratar empresa especializada para prestação de serviços de operação e de manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia, compreendendo, dentre outras, as atividades de implantação de base das células de aterramento, espalhamento, compactação e cobertura dos rejeitos e confecção do projeto executivo da 2ª etapa da obra.

Ressalta-se que, por razões de interesse público, a concorrência nº 04/2012 – SLU/DF foi revogada por meio de Aviso de Revogação publicado no DODF em 05/06/2013. Em 07/06/2013, o SLU publicou o Aviso de Licitação da Concorrência Pública nº 01/2013 com o mesmo objeto da concorrência anteriormente citada.

Apesar da revogação, os estudos e documentos elaborados pela ADASA subsidiaram o SLU para a elaboração dos documentos integrantes da Concorrência Pública nº 01/2013.

Em relação a esse processo licitatório, a ADASA prestou apoio àquela instituição para responder aos questionamentos do TCDF e propôs melhorias a serem incorporadas ao certame, tal como sinalizado na Nota Técnica nº 13/2013 – SRS/ADASA encaminhada ao SLU, finalizando assim a sua participação nesse processo.

Ao participar diretamente desse processo de apoio a implementação do Aterro Sanitário Oeste, a ADASA, ao mesmo tempo em que contribui para solucionar o grave e oneroso problema da destinação atual ambientalmente inadequada dos resíduos sólidos urbanos, exerce sua competência regulatória, na medida em que pode definir os critérios técnicos, econômicos e sociais balizadores da obra em questão.

• Apoio para implantação do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSAP/DF-GO

Desde o ano de 2010 a ADASA vem apoiando a implantação do CORSAP – DF/GO. Técnicos desta agência realizaram visitas técnicas aos municípios goianos da RIDE com objetivo de fazer o diagnóstico da realidade vivenciada por estes em relação a gestão dos resíduos sólidos, principalmente no tocante à disposição final. Além disso, contribuíram para sensibilização e orientação dos gestores públicos quanto a esta problemática.

No DF, o Protocolo de Intenções do consórcio foi ratificado pela Lei Distrital nº 4.948, de 11/10/2012.

O CORSAP – DF/GO abrange o território do Distrito Federal e os Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, pertencentes ao Estado de Goiás.

Figura 6 - Área de abrangência do Consórcio Público de Manejo de Resíduos Sólidos e Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás



Fonte: SRS/ADASA

Entre outras incumbências, o CORSAP – DF/GO deverá executar o planejamento regional desses serviços públicos. Tal iniciativa qualificará as relações entre os Municípios desta região com seus prestadores, resultando em um forte estímulo para a universalização do atendimento e, assim, beneficiando a população dessa região. Como prioridade do Consórcio está o planejamento e a gestão de um sistema regional de coleta, transporte, triagem, reciclagem, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos, de modo a:

- viabilizar uma estratégia de universalização dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos na Região que, atendendo as diretrizes da Lei nº 11.445/2007, sejam de qualidade e sustentáveis sob os aspectos técnicos e econômico-financeiros;
- ofertar serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos planejados, regulados e fiscalizados nos termos da Lei nº 11.445/2007;
- promover a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, implementando a coleta seletiva, a reciclagem e a correta disposição final dos resíduos não reciclados, adotando tecnologias apropriadas e soluções de menor custo;
- desenvolver mecanismos de participação e controle social nos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos.

Apesar da ratificação dos Protocolos de Intenções pelos municípios, DF e estado de Goiás, ter ocorrido em 2012, a fundação do CORSAP – DF/GO só ocorreu em 2013.

A ADASA, juntamente com técnicos dos municípios integrantes, elaborou minuta do estatuto do referido Consórcio a qual foi discutida em reunião realizada nas dependências da ADASA em 06/03/2013 e aprovada para ser submetida à assembleia de instalação do CORSAP – DF/GO.

A instalação do CORSAP – DF/GO ocorreu em assembleia em 11/07/2013, ocasião em que foi aprovado o seu respectivo Estatuto e eleito o presidente e a respectiva diretoria.

Figura 7 - Assembleia de instalação do CORSAP – DF/GO



Fonte: SRS/ADASA.

O GDF, por meio do Decreto nº 35.015, de 24 de dezembro de 2013, criou a Coordenadoria de Apoio ao CORSAP – DF/GO, na Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. Integra a estrutura administrativa desta Coordenadoria a Diretoria de Gestão dos Resíduos Sólidos e a Diretoria de Gestão de Águas Pluviais.

• **Elaboração de Projeto de Lei para definição de responsabilidades dos Grandes Geradores de Resíduos Sólidos**

A ADASA, atendendo à solicitação constante no Ofício nº 1025/2012 – DIGER/SLU, de 19/12/2012, procedeu em conjunto com representantes do SLU e da SEMARH à elaboração de um anteprojeto de lei que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no DF.

A definição de volumes de resíduos que diferencie pequenos e grandes geradores é fundamental para adequada gestão dos resíduos sólidos no âmbito do Distrito Federal.

Compete aos grandes geradores o gerenciamento apropriado dos resíduos que produzirem, incluindo a responsabilidade pela coleta, triagem, transporte e destinação final ambientalmente adequada.

Desta forma, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, as atividades de obrigação dos grandes geradores que forem executadas pelo prestador de serviços públicos deverão ser devidamente remuneradas, configurando-se em uma importante fonte de receita. Nota-se, portanto, que a definição de grandes geradores bem como as suas responsabilidades se configura em um importante instrumento na gestão de resíduos.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

*§ 2º **Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19. (Grifo nosso)***

De acordo com o Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, publicado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM em 2001, a coleta dos resíduos de grandes geradores por empresas privadas cadastradas diminui o custo dessa atividade para o prestador de serviços públicos em cerca de 10 a 20%. Pode-se citar como exemplos de grandes geradores os hiper e supermercados, grandes restaurantes, bares e hotéis.

Para elaboração desse anteprojeto foi necessário inicialmente realizar um levantamento das legislações de diversos municípios. Com isso foi possível elencar questões que devem ser levadas em consideração pelo DF ao elaborar uma norma que discipline esta matéria.

A proposta de anteprojeto de lei elaborada foi encaminhada à Câmara Legislativa do DF em março de 2013, substituindo integralmente o PL nº 1298/2012.

Ressalta-se que esta atividade integra a adequação da metodologia de cobrança pela prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos.

• Elaboração de Subsídios Técnicos para elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos a partir das atividades relacionadas à IV Conferência Nacional do Meio Ambiente no DF.

A ADASA vem apoiando tecnicamente a elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos a partir das atividades relacionadas à IV Conferência Nacional do Meio Ambiente no DF.

Convém destacar que o DF, por meio da Lei Distrital nº 4.948, de 11 de outubro de 2012, ratificou o protocolo de intenções do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás. O referido protocolo estabeleceu a necessidade de elaboração de Plano Regional sobre esses dois componentes que compõem os serviços de saneamento básico.

De acordo com a Lei nº 4.285/2008, art. 9º, inciso II, além das atribuições gerais estabelecidas nesta Lei, compete à ADASA, especificamente no que respeita a saneamento básico no âmbito do Distrito Federal, acompanhar e contribuir para a elaboração dos planos de saneamento básico do Distrito Federal e do Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB.

A IV Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA) teve como objetivo contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com foco nos seguintes eixos temáticos:

- I - produção e consumo sustentáveis;
- II - redução dos impactos ambientais;
- III - geração de emprego e renda;
- IV - educação ambiental; e
- V - financiamento dos custos decorrentes do cumprimento da legislação sobre resíduos sólidos.

No DF, o quinto eixo foi substituído pelo tema “gestão consorciada de resíduos sólidos”. A participação na IV CNMA se deu em duas fases. A primeira - etapas preparatórias - ocorreu no nível municipal, distrital, regional e estadual. A segunda se refere à própria Conferência Nacional.

A ADASA, com apoio de consultoria específica, apoiou integralmente a elaboração e a organização das reuniões preparatórias e a Conferência Distrital do Meio Ambiente que antecederam à Conferência Nacional. Esse trabalho contemplou o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Elaboração de metodologia de planejamento para integração das ações da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente e a construção do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Preparação de Relatório sobre as reuniões preparatórias que ocorreram no âmbito Distrital e das reuniões preparatórias que ocorreram no âmbito da RIDE-DF/GO, abordando os problemas existentes na gestão dos resíduos e as soluções apontadas pelos participantes;

Figura 8 - Reunião preparatória realizada na Região Administrativa de Sobradinho/DF.



Fonte: SRS/ADASA.

- Preparação de Relatório sobre IV Conferência Distrital do Meio Ambiente / I Conferência Regional do Meio Ambiente, abordando os problemas existentes na gestão dos resíduos e as soluções apontadas pelos participantes a serem submetidas à IV CNMA;

Além das atividades citadas, a ADASA, contando ainda com o apoio de consultoria específica, elaborou subsídios técnicos e propostas de programas e ações para o PGIRS, como também proposta de material a ser submetido à 1ª Audiência Pública para elaboração do PGIRS, com base nos resultados das reuniões preparatórias conferências.

Os relatórios elaborados em decorrência das atividades desenvolvidas abordaram os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), os Resíduos da Construção Civil (RCC) e os Resíduos de Responsabilidade do Gerador (RRG) descritos abaixo:

- Resíduos de serviços de saúde;
- Resíduos dos serviços de saneamento;
- Resíduos industriais;
- Resíduos perigosos; e os
- Resíduos sujeitos à logística reversa nos termos do art. 37 da Lei nº 12.305/2010 (Agrotóxicos seus resíduos e embalagens, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e produtos eletroeletrônicos e seus componentes).

• Estudos técnicos visando assegurar eficiência econômica e modicidade de custos na prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Para implementar as melhorias no manejo dos resíduos sólidos, o Governo vem realizando uma série de ações que contemplam um modelo articulado de coleta convencional e seletiva, tratamento e disposição final de resíduos sólidos. Estas ações estão orientadas para reequipar o Distrito Federal de

modo a que passe a atender aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

No entanto, a implementação e a regulação desses serviços, de forma sustentável num modelo articulado, pressupõe conhecer custos e preços praticados na execução de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em cidades de porte semelhantes ao do Distrito Federal.

Com vistas a atender a Lei nº 4.285/2008, no art. 10, inciso II, que estabelece como competência da ADASA “estudar e propor anualmente ao Poder Executivo os Valores Básicos de Referência A e B (VBR-A e VBR-B) e demais disposições relativas à Taxa de Limpeza Pública – TLP, em consonância com as diretrizes de política pública do Governo do Distrito Federal”, A ADASA desenvolveu estudos e pesquisas de campo para a elaboração de análise comparativa de custos dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, tendo por finalidade facilitar o entendimento dos dados, resumir e comparar a eficiência e a eficácia dos serviços executados no DF, com base em parâmetros dos prestadores de serviços públicos de diferentes municípios do País.

A Primeira Fase do projeto consistiu no levantamento de informações e na elaboração de um banco de dados dos custos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, junto aos prestadores desses serviços, em cinco capitais brasileiras, a fim de subsidiar:

- a) a regulação econômica pela ADASA desses serviços no Distrito Federal;
- b) a elaboração futura de proposta de reforma tributária visando a sustentabilidade dos serviços de competência do Serviço de Limpeza Urbana – SLU.

Os trabalhos da Primeira Fase foram realizados nas cidades de porte e condições compatíveis com o Distrito Federal, a saber - Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Fortaleza, além do próprio DF, e consistiu, em:

- a) levantamento de dispositivos legais que regulamentam os serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos nas Cidades Seleccionadas;
- b) visita técnicas e colheita de dados nas cidades selecionadas;
- c) descrição de atividades analisadas;
- d) observação dos modelos de contratação;
- e) organização dos dados com vista a organizá-los em valores unitários e globais dos custos dos serviços;
- f) formulação de quadros comparativos, para análise comparativa dos preços unitários, preços globais e modos de prestação de serviços.

A Primeira Fase, concluída ao final de 2013, permitiu a continuidade dos procedimentos operacionais com vista à realização, ainda no primeiro trimestre de 2014, da contratação dos serviços da Segunda Fase do projeto, que permitirão a proposição de um Modelo de Referência para estabelecimento dos custos dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos para o Distrito Federal.

Em sequência são apresentadas algumas tabelas que exemplificam o grau e o nível de informações que foram coletados e armazenados em banco de dados específico.

Tabela 9 - Custo Médio dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana no Município de Porto Alegre - RS, Ano 2012.

	SERVIÇOS	Unidade de medida	Quant. Média Mensal	Custo Médio Mensal (R\$)	Custo Médio Unitário (R\$)
1	Serviço de Varrição	Km	37.200	1.135.000,00	30,50
2	Serviço de Roçada	Km	249	320.000,00	630,37
3	Serviço de Limpeza Pública Especial(*)	h/H	20.900	210.000,00	10,04
4	Pintura de Meio Fio	Km	Suspenso desde abril de 2011		
5	Serviço de Limpeza de Praia	Km	250	53.000,00	212,00
6	Limpeza de Monumentos (**)	Equipe	01	27.700,00	27.700,00
7	Serviço de Capina Manual	Km	1.233,65	620.000,00	502,57
8	Serviço de Capina Mecanizada	Km	2.000	1.400.000,00	700,00
9	Lavagem de Logradouros Público	Equipe	03	75.000,00	25.000,00
10	Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares	T	28.000	2.410.000,00	89,20
11	Coleta Automatizada Res. Sól. Domiciliares	m³	3.458	510.608,00	147,66
12	Coleta Seletiva	m³	2.880	466.422,42	161,95
13	Coleta de Rejeitos das Unidades de Triagem	Retirada	316	76.324,64	241,53
14	Coleta de Resíduos Públicos (*)	T	8.560	680.000,00	79,43
15	Coleta de Resíduos em Unid. Dest. Certo	Retirada	800	75.000,00	93,75
16	Coleta Locais de Focos Irregulares	Hora	220	208.000	945,45
17	Transporte (Est Transbordo – Aterro)	T	52.261,47	1.738.739,11	33,27
18	Disposição Final no Aterro SCRR	T	52.261,47	1.910.156,73	36,55

Fonte - Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU

Tabela 10 - Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos no DF, Ano de 2012.

Mês	Lote I			Lote II			Lote III		
	Km Varridos	Preço (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Km Varridos	Preço (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Km Varridos	Preço (R\$)	Valor Mensal (R\$)
Jan	52.928,36	66,94	3.543.024,42	28.135,57	55,03	1.548.300,42	21.808,53	70,10	1.528.777,95
Fev	49.179,87	66,94	3.292.100,50	26.222,43	55,03	1.443.020,32	20.140,73	70,10	1.411.865,17
Mar	52.261,93	66,94	3.498.413,59	30.086,93	55,03	1.655.683,76	22.390,34	70,10	1.569.562,83
Abr	43.831,33	66,94	2.934.069,23	25.713,60	55,03	1.415.019,41	16.455,08	70,10	1.153.501,11
Mai	55.476,42	66,94	3.713.591,55	27.866,66	55,03	1.533.502,30	23.529,30	70,10	1.649.403,93
Jun	49.095,58	66,94	3.286.458,13	26.918,50	55,03	1.481.325,06	19.991,91	70,10	1.401.432,89
Jul	51.426,17	67,98	3.495.951,04	27.659,37	60,44	1.671.732,32	21.393,96	61,45	1.314.658,84
Ago	53.272,65	67,98	3.621.474,75	28.222,91	60,44	1.705.792,68	22.385,17	61,45	1.375.568,70
Set	47.234,88	67,98	3.211.027,14	25.260,47	60,44	1.526.742,81	19.380,79	61,45	1.190.949,55
Out	51.835,31	67,98	3.523.764,37	28.301,87	60,44	1.710.565,02	19.468,65	61,45	1.196.348,54
Nov	45.616,50	67,98	3.101.009,67	25.026,95	60,44	1.512.628,86	17.295,67	61,45	1.062.818,92
Dez	49.635,02	67,98	3.374.188,66	27.628,35	60,44	1.669.857,47	18.638,40	61,45	1.145.329,68
TOTAL	601.794,02		40.595.073,05	327.043,61		18.874.170,43	242.878,53		16.000.218,12
Média	50.149,50	67,46	3.382.922,75	27.253,63	57,71	1.572.847,54	20.239,88	65,88	1.333.351,51

Fonte - Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF

Tais informações são relevantes para que a ADASA possa exercer plenamente a regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, permitindo a comparabilidade através de uma base de dados confiável, com prestadores de serviços de municípios que possuam características similares.

Essas informações coletadas nestas cidades e no Distrito Federal, juntamente com suas análises, subsidiará a segunda etapa do trabalho que já está em andamento que é a elaboração de um modelo de referência que permita estabelecer os custos dos Serviços de Limpeza Pública Urbana e de Manejo de Resíduos, tendo por base esta análise comparativa nas cidades estudadas, e através destes custos propor os Valores Básicos de Referência - VBR-A e VBR-B, e demais disposições relativas à Taxa de Limpeza Pública - TLP. O projeto tem como finalidade assegurar eficiência econômica e modicidade de custos na prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Deve ser destacado que a receita proveniente da arrecadação da cobrança pela prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos representa, em média, no Brasil, cerca de 48% das despesas para a execução desses serviços, e que no Distrito Federal este índice de cobertura das despesas com o resíduo sólido urbano é ainda menor, sendo de 34%.

• Estudos técnicos no âmbito do CIISC-DF, visando estabelecer valor mínimo dos serviços prestados pelos catadores, a serem contratados pelo SLU

De acordo com o SLU, são gerados em média no DF cerca de 2.500 toneladas de resíduos domiciliares por dia. Estima-se que somente 2% dos resíduos gerados são encaminhados para reciclagem, executados quase que exclusivamente, em função do trabalho dos catadores, uma vez que no DF ainda é incipiente um programa de coleta seletiva que abranja todo o seu território.

Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF - SEDEST, em cadastramento realizado no ano de 2011, foram identificados mais de 2.400 catadores organizados em cerca de 30 Cooperativas e Associações existentes no âmbito do Distrito Federal. Segundo a SEDEST, este cadastramento não conseguiu atingir a totalidade de pessoas informalmente inseridas no trabalho típico dos catadores.

Figura 9 - Usina de Transbordo e Triagem do SLU – Ceilândia



Fonte: SRS/ADASA.

A atividade de triagem compõem os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e tem implicação direta nos custos dos serviços contratados pelo SLU, uma vez que este reduz o valor pago aos

seus contratados pelo transporte e destinação final no Aterro do Jóquei (Lixão da Estrutural) em razão dos resíduos triados e comercializados pelos catadores com vista à inserção dos materiais na cadeia produtiva. Além disso, a redução de materiais recicláveis aterrados aumenta a longevidade do Aterro Sanitário que se encontra em implantação, contribuindo ainda para a economia de energia na cadeia produtiva, consumo e descarte, mitigando assim a exploração de matéria prima da natureza.

Atualmente, apesar dessas cooperativas/associações realizarem uma das atividades dos serviços públicos de tratamento dos resíduos sólidos domiciliares coletados pelo SLU triagem dos materiais recicláveis elas não recebem do poder público nenhuma remuneração.

Figura 10 - Usina de Transbordo e Triagem do SLU – L2 Sul



Fonte: SRS/ADASA.

Por ser uma das prioridades do Governo do Distrito Federal em melhorar a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis, em abril de 2013, por meio do Decreto nº 34.329, foi criado o Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do DF (CIISC-DF), responsável pelo acompanhamento das ações voltadas a esses trabalhadores.

Além da Casa Civil do Distrito Federal e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest), fazem parte do CIISC-DF, as Secretarias de Educação, Governo, Habitação, Justiça, Meio Ambiente, Micro e Pequena Empresa, Ordem Pública, Saúde, Segurança Pública e Trabalho, além do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa).

A fim de regularizar a situação vivenciada pelas cooperativas/associações de catadores existentes no DF frente às exigências legais, a ADASA elaborou minuta de termo de contrato para estabelecer as condições de prestação de serviços das cooperativas/associações, na execução das atividades de triagem de resíduos sólidos domiciliares (RSD), incluindo o valor da prestação dos serviços.

Com o objetivo de apresentar uma proposta de preço de tarifa que fosse suficiente para remunerar no mínimo as despesas obrigatórias a serem contraídas pelas cooperativas/associações de

catadores de materiais recicláveis a serem contratadas pelo SLU, a ADASA realizou análise econômica simplificada, tomando por base algumas estimativas das referidas despesas.

Figura 11 - Lixão da Estrutural – catadores



Fonte: SRS/ADASA.

Para chegar a um valor mínimo dos serviços prestados pelos catadores, levou-se em consideração estudos das condições mínimas de segurança do trabalho e saúde do segmento, da necessidade de uso de equipamentos de proteção individual e de cobertura previdenciária que os cooperados estariam sujeitos.

A proposta encaminhada ao Comitê Gestor do CIISC-DF indicou os valores a serem desembolsados pelo SLU mensal e anualmente, pela prestação dos serviços a serem contratados, ao custo por tonelada.

2.2.3 Drenagem Urbana, Gás Canalizado e Energia

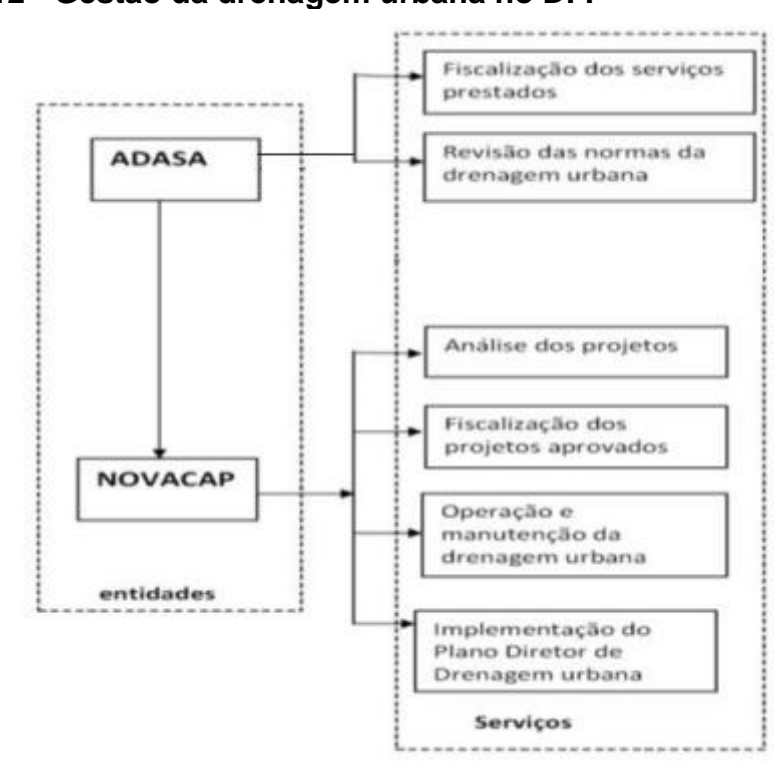
Dentre as atribuições da ADASA, acrescentadas pela sua lei de reestruturação, Lei 4.285/2008, estão as competências para regular e fiscalizar a prestação dos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais; gás canalizado e energia.

• Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

O agente responsável pela execução do serviço público de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais no Distrito Federal, conforme a Lei Distrital nº 4.285/2008, é a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Neste contexto, a responsabilidade atual sobre a avaliação, fiscalização e manutenção dos projetos de Drenagem Urbana no DF é a NOVACAP e, considerando que estes projetos

interferem no meio ambiente e recursos hídricos, os mesmos estão sujeitos a licenciamento ambiental por parte do IBRAM e regulação pela ADASA. A estrutura existente para os serviços de Drenagem Urbana é mostrada na Figura 12, a seguir:

Figura 12 - Gestão da drenagem urbana no DF.



Fonte: SDE/ADASA

Na situação atual, são encaminhados à NOVACAP os projetos de drenagem pluvial de áreas particulares e de áreas públicas. Sendo assim, a Companhia realiza a avaliação de novos empreendimentos e, além disso, fiscaliza a implantação desses projetos; trata da manutenção da rede de drenagem, incluídos todos os dispositivos hidráulicos da rede; e avaliação e revisão das normas e implementação do Plano Diretor de Drenagem Urbana do Distrito Federal –PDDU/DF.

Além da rede de drenagem da NOVACAP, outros órgãos públicos, como, por exemplo, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal – DER/DF e a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF possuem sistemas de drenagem, que também são objeto de fiscalização pela ADASA.

Os sistemas de drenagem urbana existentes no Distrito Federal foram implantados ao longo do tempo utilizando bases conceituais de um sistema tradicional (higienista), que proporcionam um rápido escoamento das águas pluviais captadas na área urbana desconsiderando os devidos cuidados com as áreas a jusante.

As características do sistema de drenagem do DF constituem-se basicamente pela conjugação das ruas, bocas-de-lobo, poços de visitas, redes tubulares e galerias celulares, e estruturas de lançamento final.

Segundo o cadastro da rede de drenagem levantado junto a NOVACAP, foram identificados 373 lançamentos de drenagem pluvial, dos quais 124 situam-se no Lago Paranoá. A ausência de estruturas de sedimentação pode ser responsável pelo aporte no Lago Paranoá de aproximadamente duas toneladas por hectare ao ano de sedimentos, provenientes de processos erosivos laminares. Embora o tipo de urbanização de Brasília seja adequado para a implantação de reservatórios de detenção ou retenção, ou ainda para controle de fonte (trincheiras de infiltração, pavimentos permeáveis, etc), são encontradas poucas destas estruturas implementadas na cidade.

Abaixo, pode-se verificar o levantamento de bacias do Distrito Federal em operação e em obras:

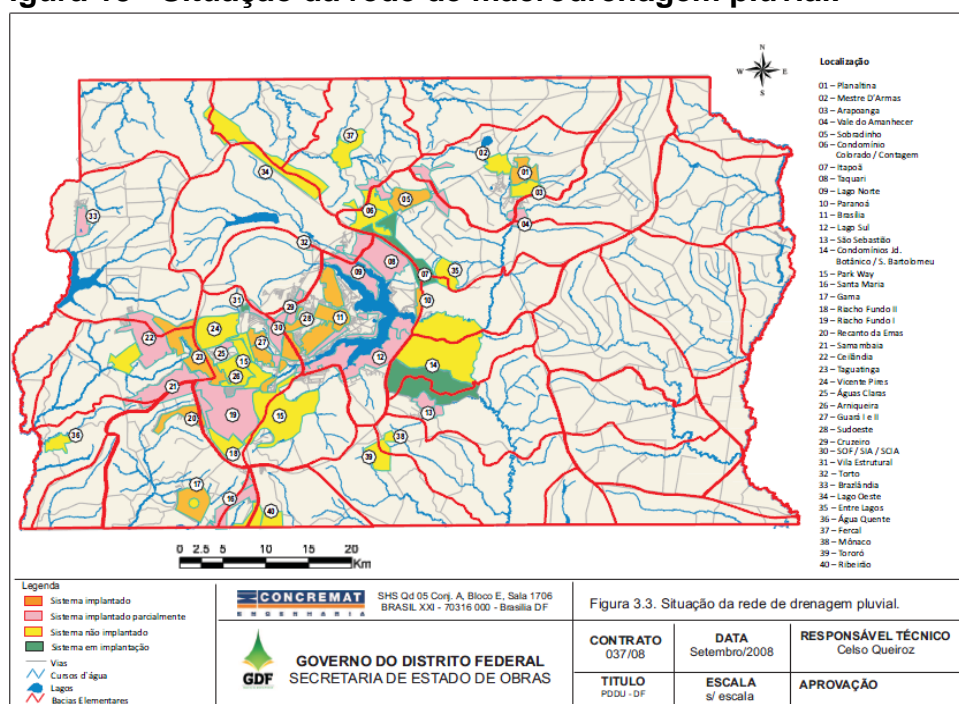
Tabela 11 - Bacias de Detenção no Distrito Federal, por região.

Em operação	Em execução
Plano Piloto – 05 bacias	Planaltina – 02 bacias
Recanto das Emas – 03 bacias	Vale do Amanhecer – 10 bacias
Samambaia – 07 bacias	Brazlândia – 02 bacias
Taquari – 06 bacias	Total: 14 bacias
Cruzeiro – 03 bacias	
Brazlândia – 01 bacia	
Santa Maria – 01 bacia	
Riacho Fundo II – 07 bacias	
Ceilândia – 13 bacias	
Total: 46 bacias	

Fonte: Arquivo da NOVACAP / SDE/ADASA

A Situação das redes de macrodrenagem de águas pluviais executadas e cadastradas pela NOVACAP pode ser observada na Figura 13, a seguir:

Figura 13 - Situação da rede de macrodrenagem pluvial.



Fonte: SDE/ADASA

a) Rede implantada:

No grupo implantado encontram-se as regiões administrativas de Brasília, Guará, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Sobradinho, Sobradinho II, Recanto das Emas, Santa Maria, Sudoeste/Octogonal, Paranoá e quase a totalidade do Gama. Importante ressaltar que o fato destas cidades estarem enquadradas como sistema de drenagem pluvial implantado significa apenas que grande parte do sistema está concluído, porém existem algumas áreas ainda carentes de drenagem pluvial.

b) Rede implantada parcialmente:

No grupo implantado parcialmente estão as regiões administrativas do Lago Sul, Lago Norte, Planaltina, São Sebastião, Brazlândia, Taguatinga, Riacho Fundo I e II, Samambaia, SIA, Águas Claras, Varjão e Ceilândia, onde os sistemas de micro e macrodrenagem não estão totalmente implantados.

Também se encontram com sistemas parcialmente implantados as localidades de Taquari (1a etapa implantada), SOF-Sul, SCIA e Torto. Com exceção das regiões administrativas do Lago Sul, Lago Norte e SIA, as demais cidades tinham até meados da década de 90 seus sistemas de drenagem pluvial implantados quase que na sua maioria. Entretanto, com a criação dos assentamentos e as expansões irregulares, a cobertura por sistema de drenagem pluvial tornou-se parcial, logo necessitando de ampliações para atendimento dessas novas áreas.

Nesse sentido a NOVACAP, por meio do Programa Pró-Moradia, vem complementando os sistemas de drenagem das cidades de São Sebastião, Brazlândia, Ceilândia, Riacho Fundo II Planaltina e Taguatinga.

c) Rede em fase de implantação:

Os sistemas de drenagem pluvial das regiões administrativas de Itapoã, Cidade Estrutural, Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Arniquireas, Mestre d'Armas, Arapoanga, Jardim Botânico e Setor Noroeste encontram-se em fase de implantação.

Essas áreas atualmente apresentam problemas significativos de alagamentos em suas vias locais trazendo diversos transtornos à população local.

d) Rede ainda não implantada:

Trata-se do grupo mais crítico desta listagem em que a rede de drenagem ainda não foi implantada, sendo listadas as áreas do Park Way, Lago Oeste, Fercal, Setor Habitacional Tororó, Setor Habitacional Água Quente e Condomínios Colorado/Contagem, Setor Habitacional São Bartolomeu e grande parte dos condomínios irregulares.

• Gás Canalizado

Há muitos tipos de gás, como o gás combustível, o gás liquefeito de petróleo – GLP, popularmente conhecido como gás de cozinha e o gás canalizado (interesse da ADASA) onde ocorre o fornecimento de combustível gasoso geralmente por meio de dutos, sem necessidade de estoques nos ambientes de seu uso. Vários tipos de gases podem ser distribuídos de maneira canalizada, sendo, hoje, o

gás natural o mais comum. Pode-se encontrar o gás natural na forma de gás natural veicular – GNV, gás natural liquefeito – GNL e gás natural comprimido – GNC.

O gás canalizado pode ser utilizado basicamente com quatro finalidades: residencial (aquecimento e cocção), industrial (produção de calor e vapor de baixa pressão, queima sem resíduos e de alta precisão de temperatura, insumo para produção de petroquímicos), veicular (como combustível), de geração (termelétrica) e co-geração (obtenção de energia elétrica e energia térmica a partir do gás).

O uso do gás natural traz diversas vantagens, inclusive ambientais, que por ser isento de enxofre e particulados, é o mais limpo entre os combustíveis fósseis, produzindo um volume menor de gás carbônico. No quesito segurança, o gasoduto fica na frente dos concorrentes, visto que dispensa o transporte e armazenamentos de cilindros e botijões, tornando-se mais seguro que o GLP. Por ser mais leve que o ar, em caso de vazamento, se dispersa na atmosfera, ao contrário do GLP, que é mais pesado e se acumula próximo ao chão, formando bolsões. Além disso, o fornecimento do gás é ininterrupto e também é mais econômico que o combustível líquido e 50% mais barato do que a gasolina.

A regulação sobre o setor de gás canalizado encontra-se tanto na esfera federal como na estadual. Cabe à Agência Nacional do Petróleo - ANP regular as atividades da cadeia, desde a extração e produção até a entrega do gás à distribuidora local, em grande parte via gasodutos. A partir de então, a responsabilidade regulatória passa ser da reguladora local, que no DF é a ADASA.

Na região centro-oeste, as distribuidoras existentes ainda não são abastecidas por gasodutos, o que faz com que as companhias, inclusive a Companhia Brasileira de Gás - CEBGÁS, utilizem outra forma de abastecimento, o gasoduto virtual – Projeto Gemini, o qual iniciou suas operações em 2006, com capacidade de produção de 380 mil m³/dia de GNL. Este projeto consiste no transporte de GNL por caminhões criogênicos (temperatura de -160°C), a partir de uma estação de liquefação de Gás Natural, localizada em Paulínia/SP, até as distribuidoras locais, que reprocessa o GNL para a forma gasosa em estações apropriadas. Essa dificuldade com o transporte ocasionou uma atividade ainda muito incipiente, voltada exclusivamente ao seguimento automotivo.

O serviço de distribuição de gás canalizado no DF ainda é muito incipiente, devido, principalmente, a falta de gasodutos e chegada do produto via caminhões (Projeto Gemini), o que torna o serviço mais demorado e caro. O ponto positivo do transporte, em caminhões, do gás comprimido e do gás liquefeito, é permitir que novos mercados, como o do DF, tenham o seu sistema de abastecimento de GNV antecipado à instalação dos gasodutos de transporte, pela Petrobrás, e de distribuição, pelas concessionárias de gás canalizado.

As questões relacionadas à logística de transporte do gás natural para o Distrito Federal têm sido continuamente avaliadas e discutidas com os agentes do setor no país, através da mobilização de esforços dos dirigentes da ADASA, dos sócios da CEBGÁS, inclusive o Governo do Distrito Federal – GDF, os quais têm feito gestões junto ao MME no sentido de buscar apoio para a construção de um gasoduto de transporte a partir da Gasbol e chegando até Brasília.

A melhor perspectiva para o mercado de gás canalizado no Distrito Federal é a chegada do chamado Gasoduto Brasil Central, uma expansão do Gasbol gerida pelo consórcio Transportadora de Gás Brasil Central – TGBC. Com 903 Km de extensão (sendo que 19 Km ficarão situados em território distrital), o Gasoduto Brasil Central terá início no município de São Carlos/SP, percorrendo 37 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, além de duas Regiões Administrativas do Distrito Federal até

alcançar a capital federal, Brasília. O gasoduto vai transportar 5,5 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural a partir da Estação de Compressão de São Carlos até o ponto de entrega de Recanto das Emas (DF). A construção está orçada em R\$ 1,8 bilhão, recursos que virão da CDE fundo sob a administração da Eletrobrás. A Figura 14, a seguir, mostra trajeto proposto para o projeto.

Figura 14 - Gasoduto Brasil Central.



Fonte: SDE/ADASA

A constituição da Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS - se deu por intermédio das ações do governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentado, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região.

Esse modelo buscou conciliar o preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado – com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

Associando-se à iniciativa privada através da Brasília Gás S/A, e da Petrobrás Gás-Petro, o governo distrital, por meio da Companhia Energética de Brasília – CEB, deu o passo definitivo na viabilização do suprimento de um energético diferenciado para o Distrito Federal.

Assim, a CEBGÁS é uma empresa de economia mista, uma divisão CEB holding, cujo controle acionário cabe a CEB, com 51% das ações ordinárias, pertencendo 28% à Brasília Gás S/A e 21% à Petrobrás Gás-Petro.

Atualmente a CEBGÁS dispõe de um contrato de concessão firmado com o Distrito Federal que tem por objeto a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e

usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, podendo a CEBGÁS participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais. A CEBGÁS distribui cerca de 300 mil m³/mês de gás, sendo um dos menores mercados do país.

O Distrito Federal conta com o fornecimento de Gás Natural Veicular desde novembro de 2007, quando foi inaugurado o primeiro posto de GNV, no SIA. O objetivo inicial era atender a frota de táxis existente no DF. Atualmente, são dois postos no (SIA e Candangolândia) que, juntos, podem abastecer mais de sete mil carros por dia, com capacidade para aumentar progressivamente.

A ADASA, exercendo sua competência legalmente instituída, regula e fiscaliza as atividades realizadas por seus regulados.

A fiscalização compreende a realização de atividades práticas de verificação e acompanhamento do fiel cumprimento da legislação e dos contratos, bem como instruir concessionários, usuários e demais prestadores de serviço sobre seus direitos e obrigações regulamentares e contratuais.

A regulação compreende a elaboração de termos de contratos de concessão, convênios e acordos; o acompanhamento e contribuição para a elaboração de legislação, planos e políticas públicas afetos à área de sua competência; a elaboração de estudos, notas técnicas, minutas de resoluções e demais atos normativos e regulatórios.

➤ **Atendimento a denúncias, reclamações e solicitações de informação**

A ADASA tem papel fundamental e definido em lei na solução dos conflitos entre os usuários e o prestador do serviço público, recebendo denúncias dos usuários do serviço, quando não atendidos de maneira satisfatória pelo prestador.

As denúncias são encaminhadas para o Serviço de Atendimento e Mediação (SAM/ADASA) e repassadas à cada Superintendência.

Recebida a denúncia, a equipe se dirige ao local mencionado para apurar a veracidade e a gravidade dos fatos denunciados, elaborando Relatório de Vistoria e Fiscalização para cada protocolo de atendimento. Quando constatada irregularidade, comunica a prestadora do serviço e/ou usuário, podendo solicitar informações e determinar providências conforme o caso.

A equipe atende, ainda, a denúncias publicadas em mídia impressa, televisionada ou eletrônica. O atendimento às denúncias e reclamações é instrumento de aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória.

➤ **Fiscalização Programada de Bacias de Detenção**

Entre as estruturas que visam reduzir amortecer o impacto das águas pluviais incluem-se tanques, lagos, e reservatórios a céu aberto ou enterrados. Estas medidas são denominadas controle de água a jusante (downstream control). Além de prevenir inundações em condutos pluviais, estas estruturas amortecem o impacto de grandes vazões em corpos receptores e fazem o controle de material sólido.

Este tipo de controle possui menores custos de operação e manutenção, além de facilidade de administração. Porém, há dificuldade em se encontrar locais adequados, e o custo de aquisição de áreas apropriadas é muito alto. Reservatórios de grandes dimensões sofrem oposição por parte da população.

Os reservatórios ou bacias podem ser de retenção, dimensionados para manter uma lâmina permanente de água; ou de detenção, utilizados para amortecimento de vazão em picos de cheia e depois destinados a outros fins. Os reservatórios de detenção são os mais utilizados nos Estados Unidos, Canadá e Austrália. Em Brasília, todos os reservatórios da NOVACAP são de detenção.

Dada a importância das bacias de detenção para o amortecimento dos impactos de cheias, estes integrantes estruturais de drenagem urbana foram selecionados para fiscalização programada pela ADASA. O objetivo desta ação é realizar um diagnóstico das condições técnico-operacionais e determinar o grau de conformidade do sistema, levando-se em consideração os requisitos de qualidade que o serviço deve oferecer, em concordância com a legislação vigente.

Os Planos de Fiscalização, anuais, incluem a preparação prévia das inspeções, a comunicação à concessionária para o agendamento de visitas de caráter técnico, vistoria de suas instalações físicas com a posterior elaboração de uma série de relatórios para cada unidade visitada.

Para o exercício de 2013, foram programadas 18 (dezoito) ações de inspeção de bacias de detenção de águas pluviais em operação no Distrito Federal, o que significa a vistoria da totalidade das bacias de detenção da NOVACAP pelo menos duas vezes ao ano (estações seca e chuvosa). Para atendimento a esta programação foram executadas, no exercício de 2013, 100% das ações de fiscalização programadas. As Figuras 15 e 16, abaixo mostram estruturas fiscalizadas pela ADASA.

Figura 15 - Estrutura de chegada de bacia de detenção de águas pluviais (Bacia 01 – Setor Noroeste) - DF.



Fonte: SDE/ADASA

Figura 16- Estrutura de saída de bacia de retenção de águas pluviais (Bacia 04-Taquari BR 020)- DF.



Fonte: SDE/ADASA

➤ **Monitoramento da Qualidade dos Lançamentos de Águas Pluviais no Lago Paranoá**

O monitoramento da qualidade dos lançamentos de águas pluviais no Lago Paranoá inclui a fiscalização in loco em cada uma das estruturas de lançamento e a análise laboratorial de amostras de água destes locais.

Para o exercício de 2013, foram programadas 16 (dezesesseis) vistorias a lançamentos de águas pluviais no Lago Paranoá e a realização de 30 (trinta) análises laboratoriais de amostras de água destes mesmos lançamentos. Os parâmetros determinados nas análises estão estabelecidos nas Resoluções CONAMA nº 357/2005 e 430/2011. Durante o ano de 2013 foram realizadas 167% das análises laboratoriais de amostras de água de lançamentos de águas pluviais estipuladas.

➤ **Fiscalização e cobrança de outorga para lançamento de águas pluviais**

Após o procedimento de fiscalização de lançamentos de águas pluviais, é verificado no sistema de gerenciamento de documentos da ADASA (SIGGED) se o referido lançamento possui outorga. Em caso negativo, o órgão/entidade responsável é notificado pela Agência a apresentar requerimento de outorga junto à mesma, conforme Resolução ADASA nº 09/2011.

Figura 17 - Lançamento de águas pluviais no Lago Paranoá – Centro Olímpico da Universidade de Brasília – UnB.



Fonte: SDE/ADASA

➤ **Fiscalização programada de distribuição de Gás Canalizado**

O cronograma de fiscalização programada 2013 atingiu todo o serviço de distribuição de gás canalizado do DF. Foram fiscalizadas as duas Unidades Autônomas de Gaseificação (UAG) bem como a rede de distribuição de gás da concessionária, que tem como principal cliente a rede BR Petrobras de postos combustíveis. Atualmente são as unidades que viabilizam a distribuição de gás natural no DF, atendendo unicamente o segmento automotivo (GNV). Foram realizadas 2 (duas) ações fiscalizadoras nas UAG's e na rede de distribuição. As UAG's funcionam junto ao Posto BR do SIA e Posto BR Guarapari, em Candangolândia.

O plano de Fiscalização contempla a Unidade Autônoma de Gaseificação do SIA e a respectiva rede de distribuição da CEBGÁS. A Figura 18, a seguir mostra estruturas do sistema de distribuição de gás canalizado.

Figura 18 - estruturas do sistema de distribuição de gás canalizado.



Fonte: SDE/ADASA

➤ **Contrato de Concessão de Drenagem Urbana**

Em seu art. 51, a Lei nº 4.285/2008 outorga a prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas à NOVACAP, na forma de contrato de concessão a ser celebrado com a ADASA, por trinta anos, podendo ser renovado por mais vinte anos.

No âmbito da ADASA, foi elaborada a minuta de contratação de concessão para o serviço de drenagem, tendo em vista que a fiscalização e a aprovação deste produto já eram de responsabilidade da Agência, como co-executora do Programa Águas do DF. A ADASA é uma das maiores interessadas na pactuação do Contrato de Concessão com a NOVACAP, visando definir direitos e deveres da concessão e, assim, dar maior efetividade às suas atividades regulatórias e fiscais.

➤ **Contrato de Concessão de Distribuição de Gás Canalizado**

A exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado no Distrito Federal foi concedida com exclusividade à CEBGÁS, na forma das leis distritais números 2.518/2000 e 4.285/2008, conforme artigo 61, §4º.

A Lei nº 4.285/2008 trouxe que o contrato de concessão deveria ser firmado com a ADASA, por trinta anos, podendo ser prorrogado por igual período por ato justificado da Agência, e, no § 5º do artigo 61, que a concessão não terá efetividade legal até que o referido contrato seja celebrado.

A ADASA elaborou a minuta de contrato de concessão para exploração, com exclusividade pela CEBGÁS, em toda área do Distrito Federal, dos serviços de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado. Para tanto, foi utilizado como base o Contrato de Concessão da CAESB, com inclusões oriundas do extenso e complexo Contrato de Concessão da COMGÁS de São Paulo.

2.2.4 Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira

De acordo com a Lei Distrital nº 4.285/2008 (que reestruturou a ADASA), dentre as áreas de competência desta Agência encontra-se o Saneamento Básico, compreendido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Além disso, a ADASA tem como áreas de competência: recursos hídricos, gás canalizado e as áreas de competência originária federal como serviços e instalações de energia elétrica, Petróleo e derivados, Biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes e outras competências delegadas na forma da lei.

No cumprimento de suas funções relativas à regulação e à fiscalização, a ADASA também é responsável pelas atividades relacionadas aos Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira, Contábil e de Gestão tanto dos Serviços Públicos de sua competência, quanto de Recursos Hídricos.

No que concerne às atividades desenvolvidas pela Agência, neste aspecto de sua atuação em 2013, pode-se destacar a realização e finalização da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB – 1ª RTP; a realização do Reajuste Tarifário de 2013; a fiscalização econômico-financeira, contábil e de gestão dos serviços prestados pela CAESB, com acompanhamento mensal dos principais números da Concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF; o estudo de benchmark sobre os custos dos serviços de resíduos sólidos; o estudo sobre as Cláusulas Econômicas que podem constar nos Contratos de Concessão a serem assinados com a CEBGÁS e com a NOVACAP; o estudo sobre a cobrança da Taxa de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos aos não prestadores de serviços; o estudo sobre a implantação do Manual de Contabilidade Regulatória para a Concessionária de água e esgotamento sanitário, além de estudo e análise para a concessão de anuência prévia para a Concessionária de água e esgotamento sanitário promover a captação de recursos no mercado interno e externo. Alguns destes trabalhos são melhor descritos a seguir.

• **Aperfeiçoamento da estrutura tarifária dos serviços de água e esgoto**

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal são prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB. Os serviços são remunerados por meio de tarifas públicas cobradas dos usuários dos serviços. As tarifas são diferenciadas por categorias e faixas de consumo, conforme o propósito de uso e a quantidade consumida.

A forma de classificação dos usuários e cobrança pelo uso dos serviços vem evoluindo no país e no exterior. Por isso, a ADASA iniciou os estudos técnicos visando ao aperfeiçoamento da estrutura tarifária, o que também contempla a análise da política de subsídio tarifário vigente dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os trabalhos estão sendo desenvolvidos pelos Técnicos da Agência. Também já foram realizadas reuniões com órgãos da Administração Direta, como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST.

• **Monitoramento do desempenho econômico e financeiro da concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário.**

Atividade realizada de maneira continuada pelo quadro próprio de servidores da ADASA, sem necessidade de execução financeira. O monitoramento é realizado por meio do acompanhamento mensal dos Demonstrativos Contábeis da CAESB, com a elaboração de gráficos e indicadores contábeis, econômico-financeiros e de gerenciamento, a fim de possibilitar a comparação entre períodos.

Esta ação é de suma importância, pois possibilita o exercício constante de uma das funções do agente regulador, que é a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A partir desta ação, é possível se monitorar regularmente a sustentabilidade da prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

O Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA prevê, em sua Cláusula Quinta – OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, e mais especificamente no item XVI, que a CAESB deve “informar previamente à ADASA, para a devida autorização, o oferecimento de garantias que utilizem os recebíveis e os bens da concessão em operações de captação de recursos”. Em 2013 a CAESB solicitou a anuência da ADASA em duas ocasiões, tendo os pleitos sido analisados e aprovados pelo corpo técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira. Assim, o monitoramento do desempenho econômico e financeiro da concessionária é também importante para que a ADASA possa autorizar o oferecimento de garantias, conforme estipula o contrato de concessão.

O Contrato de Concessão nº 001/2006 também estabelece que a fiscalização econômico-financeira compreenderá a análise e o acompanhamento das operações financeiras, os registros nos livros da Concessionária, balancetes, relatório e demonstrações financeiras, prestação anual de contas e quaisquer outros documentos julgados necessários para uma perfeita avaliação da gestão da concessão. Entre os indicadores monitorados podem ser citados os indicadores de liquidez - corrente, geral e seca, os de endividamento nos curto e longo prazos, os de rentabilidade (margem líquida e margem bruta), além da receita, despesa e lucro operacional.

Para que este procedimento de monitoramento seja facilitado, em 2013 foi iniciado o processo de contratação de consultoria especializada para suporte e assessoramento técnico na elaboração de um Manual de Contabilidade Regulatória, com o fim de padronizar os procedimentos contábeis e a forma de apresentação dos dados pela CAESB. Este processo licitatório tem previsão de encerramento no início de 2014.

• Realização da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB

A Revisão Tarifária Periódica da CAESB consiste na revisão dos valores das tarifas de água e esgoto, alterando-os para mais ou para menos, considerando as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os estímulos à eficiência e à modicidade tarifária.

Segundo o Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA assinado entre ADASA e CAESB, as revisões tarifárias deverão ser realizadas a cada quatro anos.

Um componente expressivo na Revisão Tarifária Periódica é a Remuneração Adequada, cujo valor representa aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da Receita Requerida da Concessionária. Para cálculo da Remuneração Adequada é necessário que se tenha o valor da Base de Ativos Regulatória – BAR, que representa os investimentos prudentes realizados pela CAESB para prestar os serviços nos níveis e condições de qualidade estabelecidos no Contrato de Concessão.

Para apuração do valor da Base de Ativos Regulatória – BAR é necessária a elaboração, pela CAESB, do laudo de avaliação dos ativos da concessão, o que se deu em 23 de agosto de 2012. O Laudo foi validado conforme Nota Técnica nº 002/2012-SAE/ADASA, de 10 de dezembro de 2012.

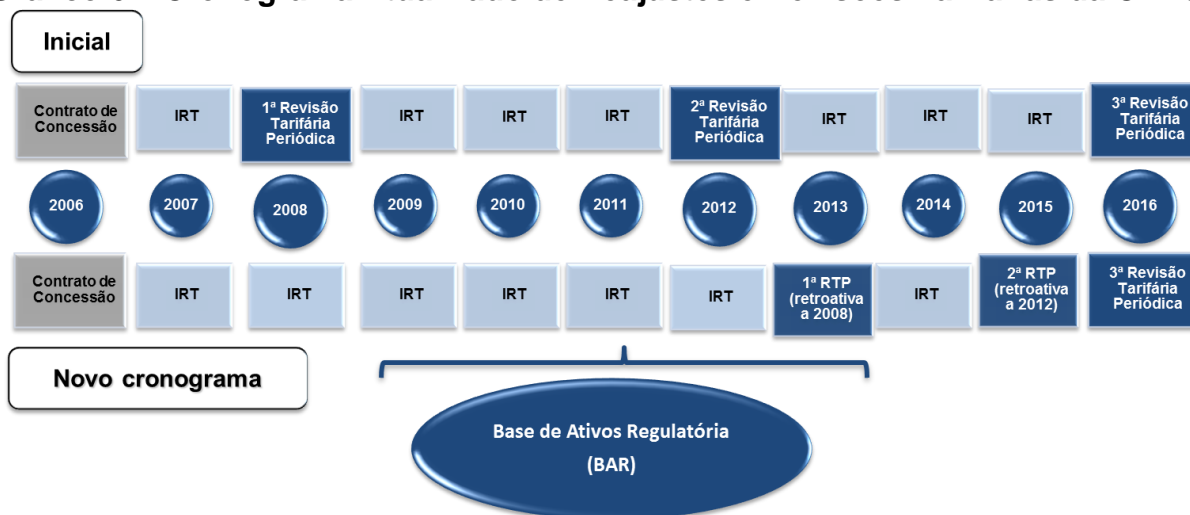
Dispondo desses dados a ADASA, utilizando-se da metodologia aprovada pela Resolução nº 58/2009, nas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA e nos princípios regulatórios, procedeu aos trabalhos finais para estabelecer o Resultado Final da Primeira Revisão Periódica das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; bem como do Ajuste Econômico e Financeiro advindo das diferenças de receitas apuradas entre o valor final da 1ª Revisão Tarifária Periódica e dos Reajustes Tarifários anuais de 2009, 2010, 2011 e 2012, em relação aos valores provisórios considerados nos anos correspondentes, a serem compensados nas tarifas de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário a partir de 1º de março de 2013.

Desta maneira, em março de 2013 a ADASA finalizou a 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB e iniciou os procedimentos para a 2ª Revisão.

A CAESB encaminhou à ADASA sugestões de aprimoramentos metodológicos que passaram por avaliação.

A ADASA continuará com o processo da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB durante todo o ano de 2014 e deverá finalizá-la em março de 2015. A alteração do cronograma de reajustes e revisões está demonstrada no Gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 – Cronograma Atualizado de Reajustes e Revisões Tarifárias da CAESB



Fonte: SEF/ADASA

- **Realizar com base no contrato de concessão as revisões periódicas e reajustes anuais das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela CAESB**

Antes da criação da ADASA, as tarifas eram definidas por entendimentos diretos da CAESB com o governo, sem participação da sociedade e dos usuários. Com a criação da ADASA, a assinatura do Contrato de Concessão e a definição de regulamentos normativos, esse procedimento foi aperfeiçoado e a tarifa passou a ser fixada pela ADASA com base num preço-teto, na regulação por incentivo e no uso de instrumentos bem elaborados de reajuste anual, revisão periódica e revisão tarifária extraordinária.

No caso do Reajuste Anual, para manter o valor real da tarifa, aplica-se uma fórmula paramétrica com o uso de índices de variação de preços. Na revisão tarifária, realizada em intervalos regulares de tempo, para rever o equilíbrio econômico financeiro da concessão, o trabalho é mais elaborado e requer uma revisão geral dos custos do serviço e a definição de metas de eficiência que irão refletir em reajustes anuais futuros. Por fim, a revisão extraordinária se aplica em qualquer data, desde que seja comprovado um desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão.

Na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA, em 2006, a CAESB reconheceu que a tarifa praticada era adequada para cobrir todos os custos e, portanto, o Contrato se encontrava em equilíbrio econômico e financeiro.

O Contrato de Concessão previa a 1ª RTP para 2008 e as demais a cada 4 (quatro) anos, sendo que entre as revisões ocorreriam Reajustes Tarifários Anuais – IRT.

A 1ª RTP exigiu da Agência um grande esforço na definição de todas as metodologias necessárias a sua realização, na aprovação da empresa modelo e na validação da Base de Ativos Regulatórios (BAR) e, por conseguinte, do reposicionamento tarifário definitivo.

O processo de revisão, iniciado em 2007, com características inéditas, exigiu do regulador uma ampla pesquisa e estudos da experiência nacional e internacional.

A sociedade foi envolvida em todas as fases do processo, desde a discussão do modelo de regulação, da discussão das metodologias a serem adotadas e da aplicação das mesmas.

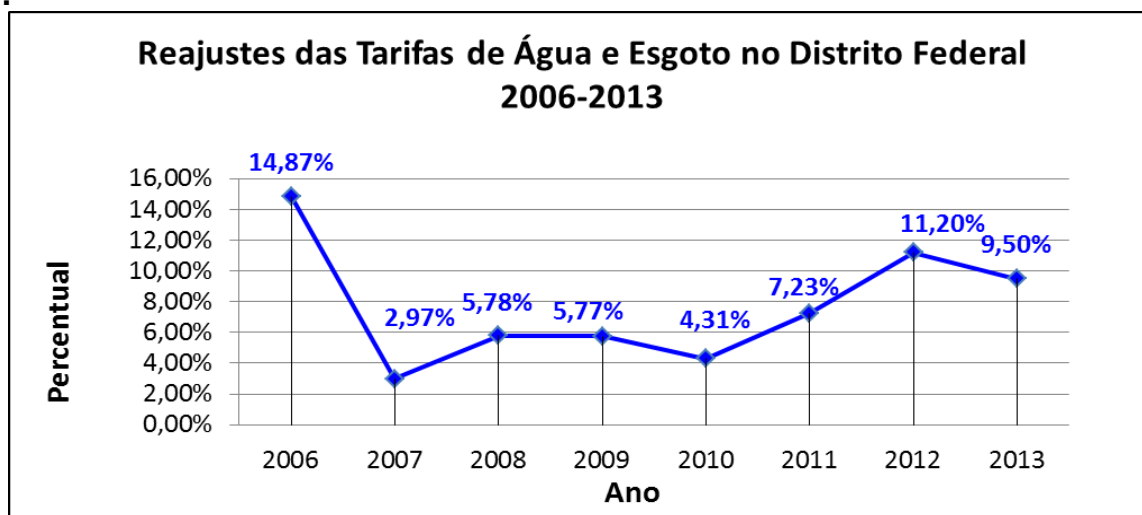
Em 2010 a ADASA aprovou os Resultados Parciais da 1ª RTP da CAESB e aguardou a concessionária apresentar o Laudo de Avaliação dos ativos, que apresentava a Base de Ativos Regulatória, componente essencial para a remuneração dos ativos.

Em 2012 a CAESB apresentou o referido laudo e assim, em 2013, a ADASA finalizou o processo da 1ª RTP.

Em 1º de março de 2013 entraram em vigor as Resoluções nº 01 e 02/2013, de 28 de janeiro de 2013. A primeira estabeleceu os resultados finais da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB – 1ª RTP e a segunda estabeleceu o reajuste das tarifas, a vigorar no período de 1º de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, que foi composto pelo Reajuste Tarifário Anual de 2013 – IRT 2013 e das compensações financeiras referentes às diferenças de reajustes apurados de 2008 a 2012, em relação aos reajustes provisórios aplicados nos respectivos anos.

No Gráfico 7, a seguir são mostrados os percentuais de reajustes aplicados na vigência do atual contrato de concessão para abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Gráfico 7 – Percentuais de reajustes da tarifa de água e esgoto por ano - 2006 - 2013 - DF.



Fonte: SEF/ADASA

A 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB é um marco da regulação no Brasil. Ao finalizar esse trabalho em 2013, a ADASA tornou-se a primeira Agência Reguladora do país a realizar uma Revisão Tarifária Periódica pelo modelo *price cap* (preço teto), valorando e validando os ativos a serviço da concessão.

O maior benefício para a sociedade e os usuários do DF, ainda pouco percebido, é o de contar com tarifas de água e esgoto estabelecidas por um organismo independente e dimensionadas com base na regulação por incentivos, ou seja, nos custos eficientes da operação do serviço, na remuneração adequada dos investimentos prudentes e na modicidade do preço ao usuário. É a realidade tarifária, nem mais nem menos, refletindo uma tarifa justa.

O benefício, nesse caso, é o da previsibilidade para todos os consumidores residenciais, comerciais, industriais e de serviços públicos e para toda a sociedade, ou seja, tarifas obtidas da aplicação

de metodologias conhecidas.

Como benefício adicional, está em jogo a sustentabilidade dos serviços. Essa realidade tarifária não só é boa para os usuários, mas extremamente necessária para o próprio prestador de serviços.

Como já mencionado, no primeiro processo de revisão tarifária periódica, a sociedade e os usuários participaram em dois momentos: na aprovação das metodologias e nas suas aplicações. Assim, além do benefício da previsibilidade e sustentabilidade dos serviços, a sociedade passou a contar com o benefício da transparência.

A ADASA tem convicção de que os ciclos posteriores de Revisão Tarifária, tal como observado em setores similares de serviços públicos, permitirão melhoramentos e refinamentos em benefício da sociedade e dos usuários dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal.

2.3 PROGRAMA TÊMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Tabela 12 - Execução Orçamentária e Financeira Meio Ambiente e Recursos Hídricos – ADASA, 2013.

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
6210 - MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS				
	3.410.488	3.820.309	1.161.052	1.072.518
1670 - GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL				
	400.000	809.821	7.805	7.805
9706 - GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL-BACIA DO PIPIRIPAU- PLANALTINA	400.000	809.821	7.805	7.805
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS				
	200.000	200.000	0	0
6146 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	200.000	200.000	0	0
3743 - FORTALECIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS				
	1.897.488	1.897.488	1.077.287	988.753
0001 - FORTALECIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS--DISTRITO FEDERAL	1.897.488	1.897.488	1.077.087	988.753
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS				
	350.000	350.000	960	960
0001 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS--DISTRITO FEDERAL	350.000	350.000	960	960
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
	563.000	563.000	75.000	75.000
0001 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	563.000	563.000	75.000	75.000

Fonte: SIGGO

OBJETIVO ESPECÍFICO: 0006 - Ampliar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando à regularização, fiscalização e regulamentação dos usos dos recursos hídricos.

Tabela 13 – Indicadores – Meio Ambiente e Recursos Hídricos – 2013.

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Apurado 2013	Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
IAGRH – Indicador ADASA de Gestão de Recursos Hídricos	%	0,639	31/12/2012	Anual	0,336	0,567	0,737	0,869	0,907	Relatório de Atividades SRH/ADASA
IRRH – Índice de Regularização de Recursos Hídricos	%	0,338	31/12/2012	Anual	0,109	0,197	0,269	0,329	0,508	Relatório de Atividades SRH/ADASA
IFRH – Índice de Fiscalização de Recursos Hídricos	%	0,301	31/12/2012	Anual	0,227	0,370	0,468	0,540	0,3988	Relatório de Atividades SRH/ADASA
IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	%	9,19	31/12/2012	Anual	9,15	9,61	10,09	10,59	10,33	Relatórios de Atividades SRH/ADASA
IES – Índice de Envolvimento Social	%	8,64	31/12/2012	Anual	7,77	8,15	8,57	8,99	9,43	Relatórios de Atividades Núcleo de Atendimento ao Cliente – NAC/ADASA
IQT – Índice de Qualidade Técnica	%	0,27	31/12/2012	Anual	0,69	0,73	0,76	0,80	0,45	Relatórios de Atividades SRH/ADASA

Fonte: ADASA

As ações vinculadas a esse Objetivo estão voltadas aos processos de Regulação, Monitoramento, Outorga e Fiscalização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, no âmbito do Distrito Federal.

Para uma gestão integrada tornam-se imperativas ações focadas na adequação da demanda à limitada oferta de água no Distrito Federal para fazer frente à crescente demanda quali-quantitativa por esses recursos.

Visando o desenvolvimento pleno dessas atividades é necessária e fundamental a existência de normativos que possibilitem, não só ao regulador como também ao usuário, conhecer os procedimentos que norteiam as decisões para disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Distrital de Recursos Hídricos.

2.3.1 Regularização dos Usos dos Recursos Hídricos do Distrito Federal

➤ Resoluções

Fiscalização: A ADASA publicou em 2006, a Resolução nº 163 estabelecendo procedimentos e sanções para as ações de fiscalização dos usos de recursos hídricos no Distrito Federal, atendendo a Lei nº 2.725/2001 que versa sobre a Política Distrital de Recursos Hídricos.

Em 2013, esse instrumento normativo foi revisado, tendo seu texto atualizado para proporcionar à sociedade e aos agentes de fiscalização desta Agência melhor clareza sobre os atos de infração e as medidas corretivas. A ADASA tem priorizado a fiscalização preventiva e educativa como forma de sensibilização da sociedade quanto à questão do uso racional da água.

Caminhão-pipa: Atividade culturalmente realizada no Distrito Federal ainda não possuía critérios normativos. Em 2013, a ADASA propôs à sociedade, em parceria com as associações que representam o segmento dos proprietários de caminhão-pipa normatização que pudesse regularizar a atividade e inibir captações clandestinas.

A norma passou por audiência pública nº 002/2013, ocorrida no dia 18 de dezembro, e contou com a parceria do órgão ambiental - Instituto Brasília Ambiental – IBRAM - na definição dos pontos de captação dos caminhões uma vez que o acesso do veículo ocorre em Área de Proteção Permanente – APP. A publicação dessa resolução está prevista para ocorrer no mês de fevereiro de 2014 após a análise das contribuições recebidas até 31 de dezembro de 2013.

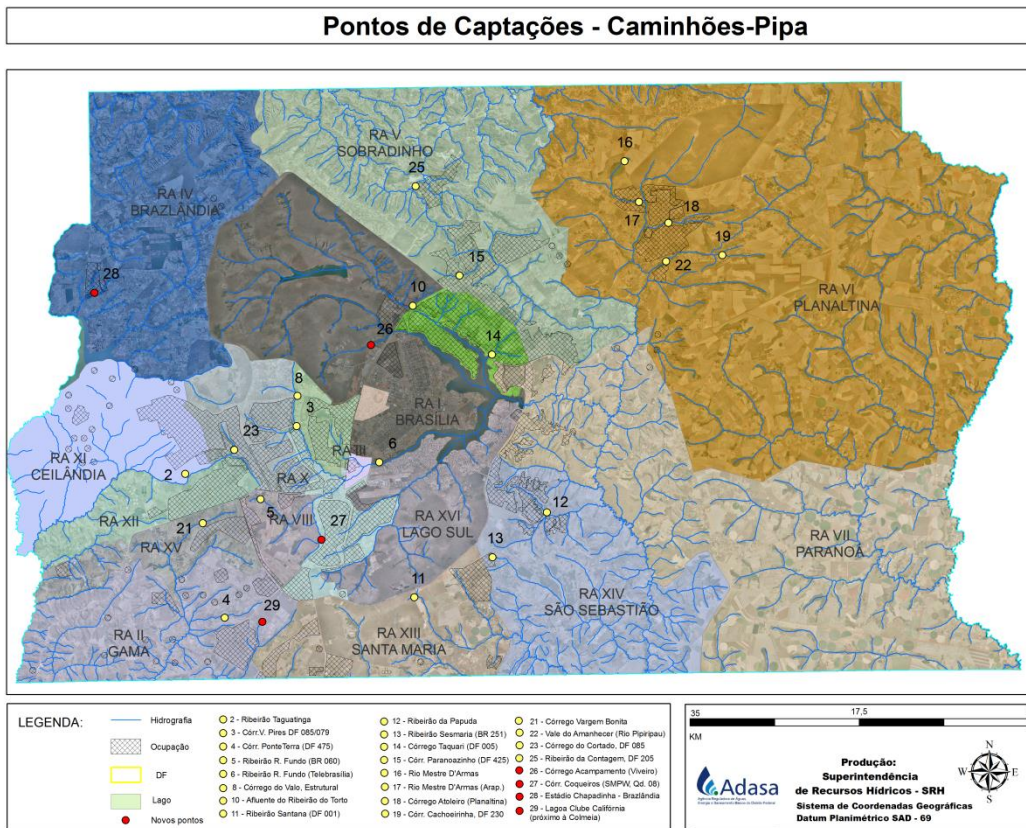
O Quadro 3 a seguir mostra os pontos que atualmente estão passíveis de concessão de outorga para captação por meio de caminhão-pipa, além do mapa nº 1 com a espacialização dos pontos.

Quadro 2 - Pontos de concessão de outorga para captação por caminhões-pipa, autorizados pela ADASA, DF - 2013.

Ponto	Local	UTM N	UTM E	Bacia
2	Próximo ao Ribeirão Taguatinga (lagoas)	8.244.276	166.612	Descoberto
3	Córrego Vicente Pires (DF 085/DF 079) às margens da EPTG	8.249.236	178.145	Lago Paranoá
4	Córrego Ponte de Terra (DF-475) Ponte	8.229.466	170.720	Corumbá
5	Ribeirão Riacho Fundo (BR 060, próximo à Granja Modelo - Rod. EPNB)	8.241.768	174.470	Lago Paranoá
6	Ribeirão Riacho Fundo (Fundos da Vila Telebrasília)	8.245.514	186.678	Lago Paranoá
8	Córrego do Valo, Estrutural.	8.252.376	178.219	Lago Paranoá
10	Afluente do Ribeirão do Torto (descida do Colorado)	8.261.742	190.187	Lago Paranoá
11	Ribeirão Santana (DF – 001)	8.231.563	190.305	S. Bartolomeu
12	Rib. da Papuda (divide os bairros João Cândido/ St. Central - Rua das Gameleiras)	8.240.314	204.011	S. Bartolomeu
13	Ribeirão Sesmaria (São Sebastião) Br. 251	8.235.674	198.403	S. Bartolomeu
14	Córrego Taquari (DF-005) Ponte	8.256.643	198.33	Lago Paranoá
15	Córrego Paranoazinho (DF-425, entre os Cond. Viv. Serrana e Mezanho dos Nobres)	8.266.284	196.965	S. Bartolomeu
16	Rio Mestre D'Armas (próximo à Lagoa Bonita)	8.276.603	212.040	S. Bartolomeu
17	Rib. Mestre D'Armas (Setor Habitacional Arapoanga)	8.270.177	216.573	S. Bartolomeu
18	Córrego Atoleiro (Planaltina)	8.270.667	185.921	S. Bartolomeu
19	Afluente do Córrego Capão Grande, DF-230	8.267.457	223.014	S. Bartolomeu
21	Córrego Vargem Bonita, em frente à quadra 109, conjunto 6, Recanto das Emas	8.239.218	168.432	Corumbá
22	Frente à entrada principal do Vale do Amanhecer, no Rio Pipiripau	8.265.747	216.539	S. Bartolomeu
23	Córrego do Cortado, DF-085 (próximo ao estádio)	8.246.783	171.670	Descoberto
25	Ribeirão da Contagem, DF-205	8.274.021	190.437	Maranhão
26	Córrego Acampamento (VIVEIRO - Novacap)	8.251.658	186.214	Lago Paranoá

Fonte: SRH – ADASA

Mapa 1 – Mapa com a espacialização dos pontos de captações



Enquadramento dos corpos hídricos: A regularização dos usos dos recursos hídricos passa pela articulação com os outros atores do sistema de gerenciamento de recursos hídricos, como o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH e os Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH's: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto, Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão. Nesse sentido, o enquadramento dos corpos hídricos é importante instrumento de gestão e passa por estudos técnicos para sua implantação.

A ADASA vem contribuindo junto ao CRH para que esse instrumento possa ser implementado no Distrito Federal. Ao longo de 2013 foram realizados 10 encontros com representantes do CRH e CBH para discussão do tema, dentre eles a audiência pública realizada em 22 de novembro de 2013 para discussão da proposta de enquadramento, conforme figura nº 20 a seguir. Atualmente, a ADASA está empenhada no apoio à elaboração da minuta sobre o Enquadramento dos Corpos Hídricos que será publicada pelo Conselho de Recursos Hídricos.

Figura 19 – Apresentação sobre a proposta de Enquadramento dos Corpos Hídricos



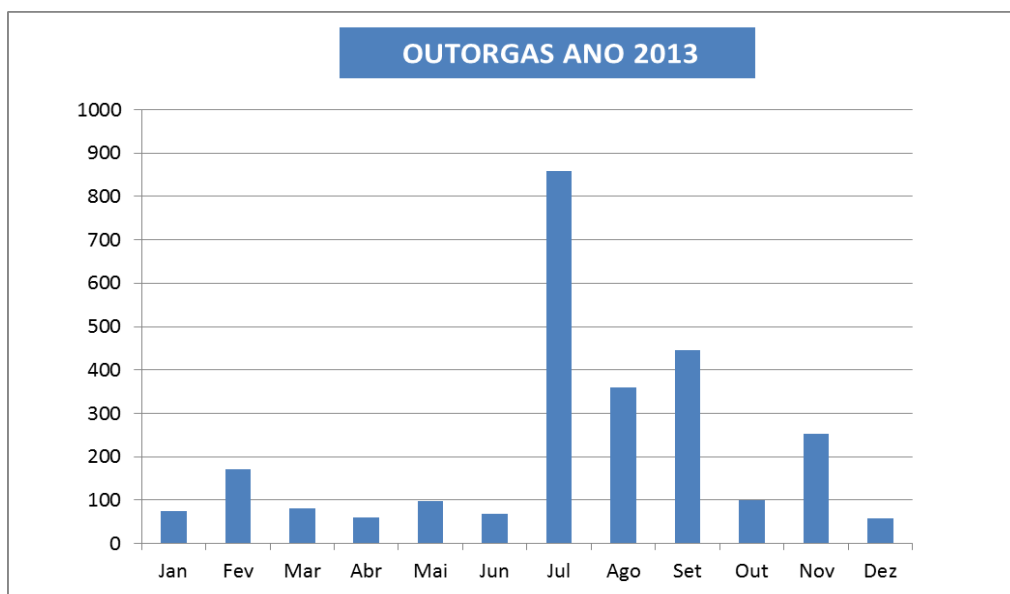
Fonte: SRH – ADASA

➤ **Outorga**

Outorga do direito de uso de recursos hídricos

Outorga é um dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, instituído pela Política Nacional de Recursos Hídricos por meio da Lei 9.433/1997. É utilizado com o objetivo de gerenciar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, bem como o efetivo exercício dos direitos de acesso a ela. A outorga é o instrumento adotado para indicar o nível de regularização dos usos dos recursos hídricos no DF. No ano de 2013, a quantidade de atos de outorga emitidos mensalmente é demonstrada conforme Gráfico 8 a seguir.

Gráfico 8 – Número de outorgas emitidas por mês em 2013 - DF.

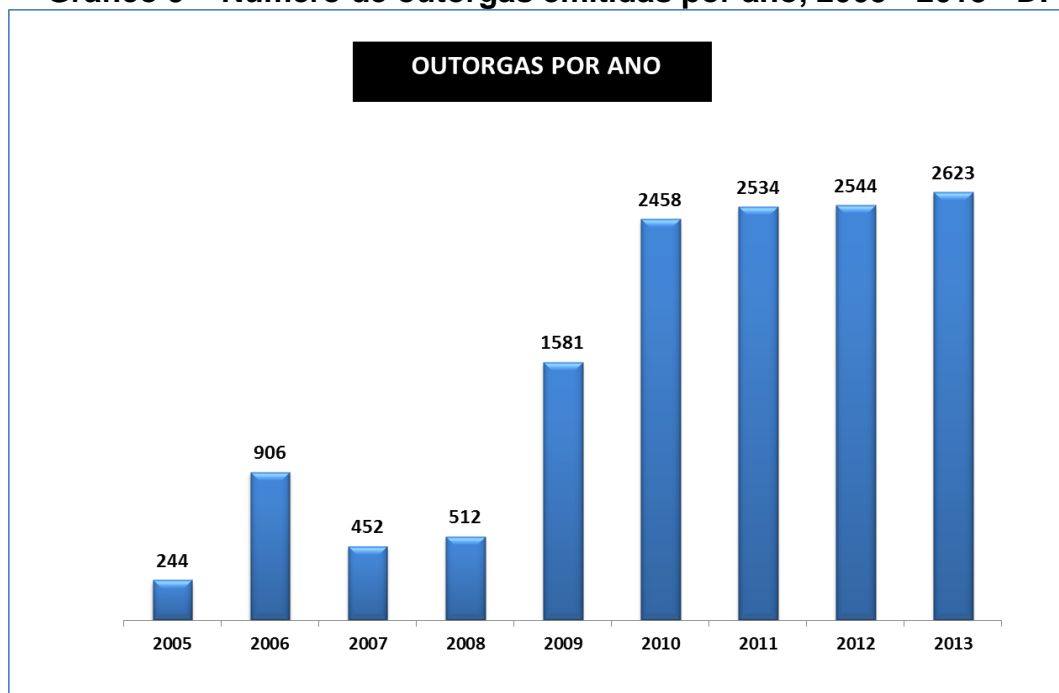


Fonte: SRH – ADASA

A outorga não implica a alienação das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de usá-la. Está condicionada às prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá preservar o uso múltiplo dos recursos hídricos.

A ADASA, desde maio de 2005, já emitiu 13.854 outorgas do direito de uso de recursos hídricos. Nota-se claramente um expressivo incremento na emissão de atos de outorga a partir do ano de 2009.

Gráfico 9 – Número de outorgas emitidas por ano, 2005 - 2013 - DF.



Fonte: SRH – ADASA

Modalidades de outorga

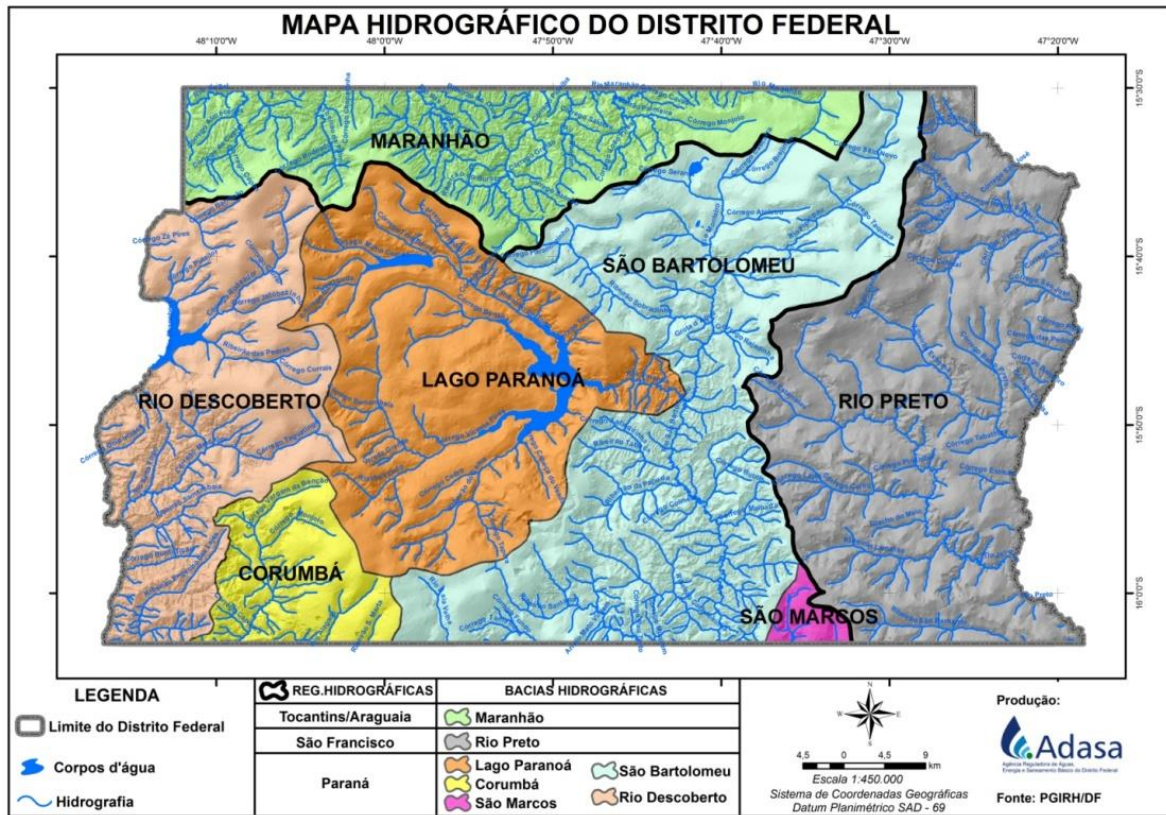
A outorga do direito de uso dos recursos hídricos é aplicada em captações subterrâneas, captações superficiais, lançamento de efluentes, lançamentos de águas pluviais, implantação de barragens, implantação e captação por meio de canais e também para captações por caminhões-pipa. Para o uso de água superficial e subterrânea, é emitida pelo prazo de até 25 (vinte e cinco) anos à concessionária de serviço público de saneamento básico e pelo prazo de até 10 (dez) anos a todos os demais usuários, renováveis a critério da ADASA. As derivações, captações, explorações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes serão objeto de prévio Registro, para fins de cadastro, que poderá ser revisto a qualquer tempo, podendo, a critério da ADASA, ser submetido ao processo de outorga.

Captação superficial

Depende, prévia e obrigatoriamente, de outorga do direito de uso a derivação ou captação de água para consumo final, inclusive abastecimento público, abastecimento animal, irrigação, indústria, mineração, insumo de processo produtivo, entre outros. Também depende de outorga a construção de barramentos, açudes e diques, o desvio de corpo de água, a implantação de estruturas de recreação às margens ou nos leitos, a transposição de nível e de bacias, o desassoreamento e limpeza de corpos de água, ou seja, qualquer interferência que promova alteração quantitativa e/ou qualitativa do regime hídrico

de um corpo de água do DF ou delegado pela União ou estados. O Mapa 2, abaixo, mostra as sete principais bacias hidrográficas do DF.

Mapa 2 - Mapa Hidrográfico do DF, 2013.



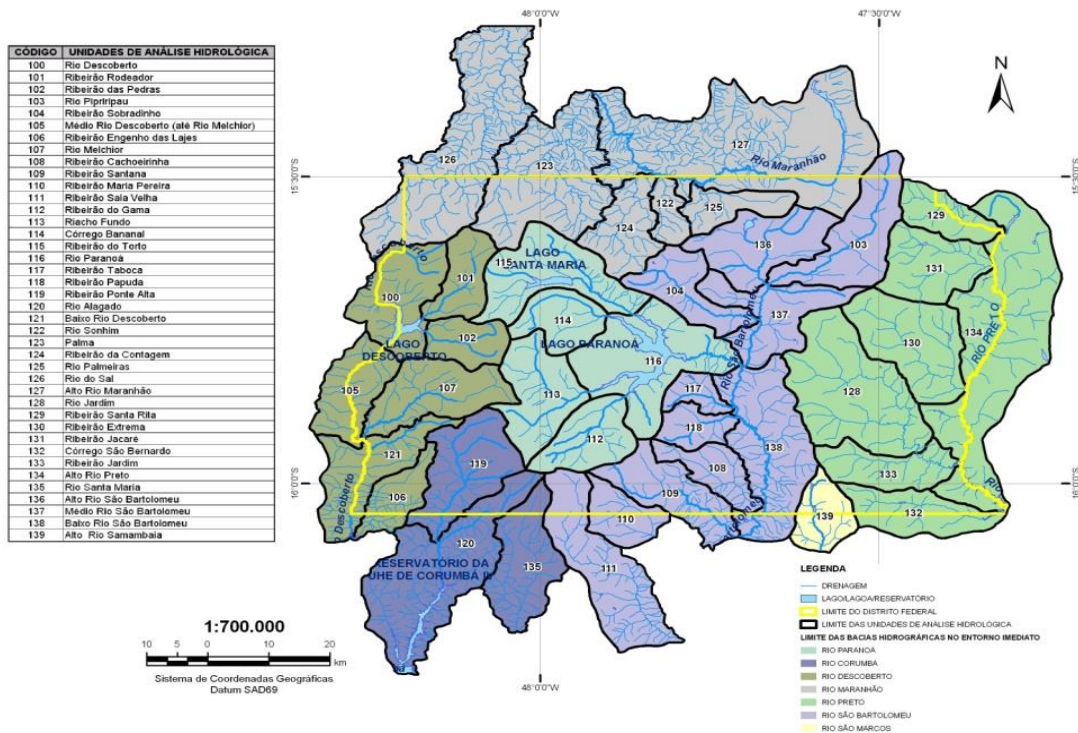
Fonte: SRH – ADASA

Captação Superficial é um conjunto de estruturas e dispositivos, construídos ou montados junto a um curso de água (rio, riacho, ribeirão, córrego, nascente ou boqueirão), para a retirada de água destinada a uma finalidade. Dentre as finalidades mais frequentes do uso de água praticados no DF estão o abastecimento humano, a irrigação e a criação de animais. As águas superficiais são as de mais fácil captação e por isso há uma tendência que seja mais utilizada. No Distrito Federal, o uso dessa água é controlado por 40 (quarenta) Unidades Hidrográficas – UH's, que são subdivisões das 7 (sete) bacias hidrográficas do DF.

O critério adotado para a criação dessas UH's, além da homogeneidade, foi a divisão em áreas de 200 Km² dentro do Distrito Federal e entorno imediato, e áreas de aproximadamente 2000 km² na região de entorno.

A Figura 20, abaixo apresenta a divisão das UH's na região do Distrito Federal, sugerida pelo Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal – PGIRH.

Figura 20 - Divisão das UH's na região do Distrito Federal, conforme – PGRIH, 2013.



Fonte: SRH - ADASA

Para cada UH existe um estudo de disponibilidade hídrica que determinou vazões de referência para cada mês. O critério adotado pela ADASA para emissão de outorgas superficiais estabelece o limite máximo é de até 80% (oitenta por cento) da vazão de referência Q (médias das mínimas mensais) e até 80% (oitenta por cento) das vazões regularizadas dos lagos naturais ou de barramentos implantados em mananciais perenes.

Estes limites máximos estabelecidos são referentes ao ponto da bacia sobre o qual incide(m) o(s) pedido(s) de outorga, podendo a ADASA alterar o nível de garantia de manutenção da disponibilidade de qualquer corpo hídrico, objetivando compatibilizar interesses ambientais, usos primaciais ou trecho de gerenciamento.

Nos casos de abastecimento humano, os limites para outorga poderão atingir até 90% (noventa por cento) da vazão de referência.

Os 20% (vinte por cento) das vazões regularizadas deverão escoar para jusante. Esse excedente é denominado vazão remanescente.

Há que se destacar as UH's pertencentes à bacia hidrográfica do rio Preto, pois essa região apresenta quase toda a sua área com características agrícolas, havendo ali, portanto, uma grande tendência de predominarem as captações superficiais para atender a finalidade irrigação.

O Mapa 3, abaixo apresenta o mapa com os pontos das captações superficiais outorgadas pela ADASA.

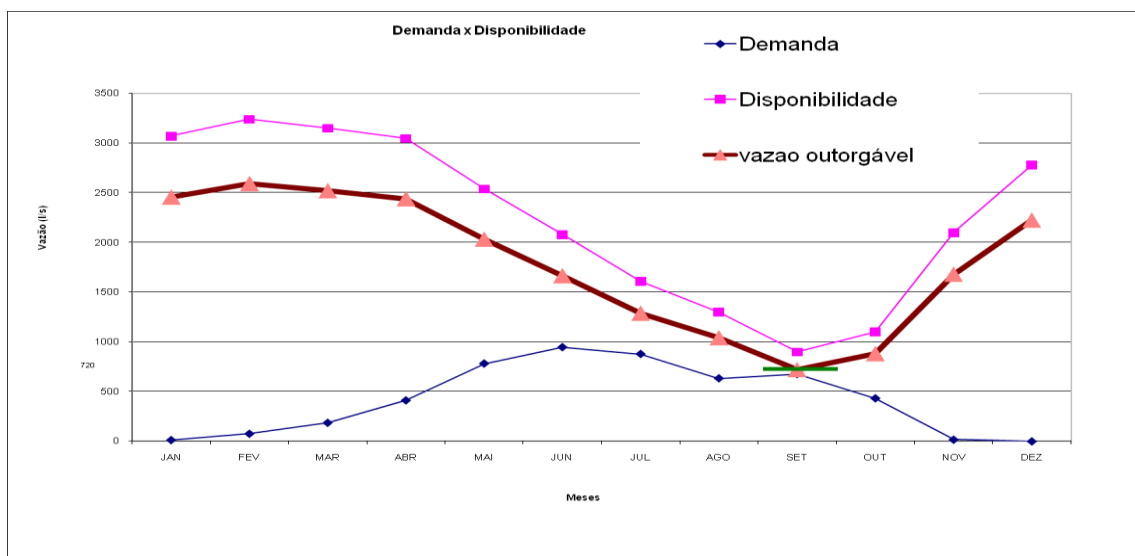
Mapa 3 - Pontos de captações superficiais outorgados pela ADASA até 2013 - DF.



Fonte: SRH – ADASA

A outorga é considerada instrumento essencial para o gerenciamento de recursos hídricos, cuja unidade básica é a bacia hidrográfica. Para o DF, a unidade é a UH, que possui, para cada uma das 40, estudos conforme gráfico 10 abaixo.

Gráfico 10 – Critérios avaliados para concessão de outorga por UH - DF.



Fonte: SRH - ADASA

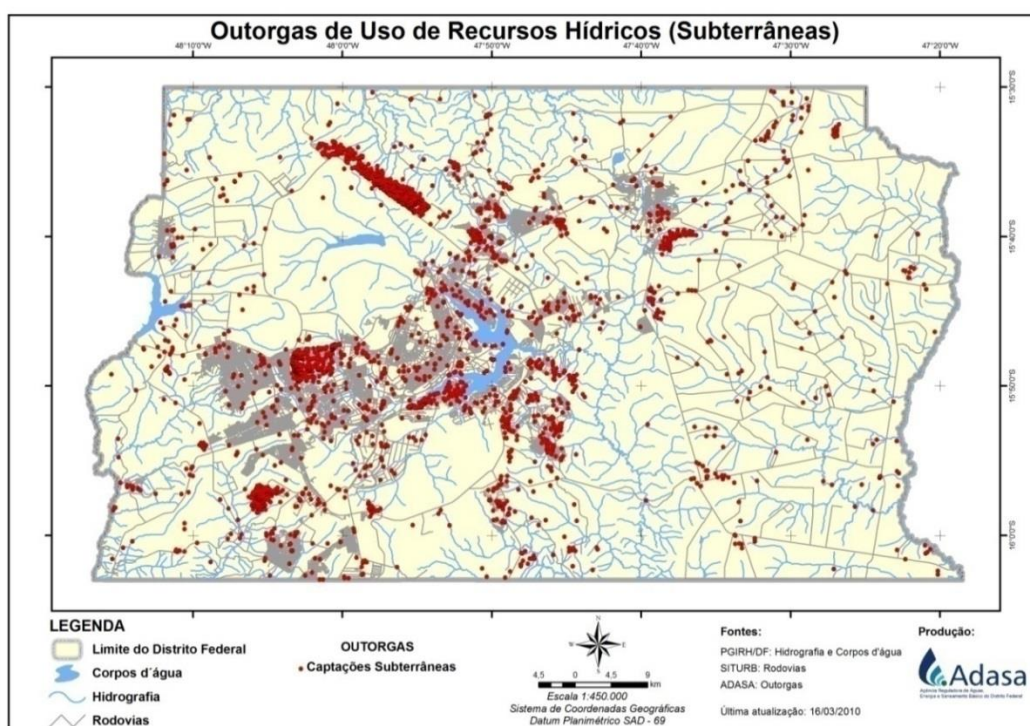
Captação subterrânea

Dependem, prévia e obrigatoriamente, de outorga do direito de uso a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo, por meio de poços tubulares e poços manuais com vazão de uso da água superior a 5 m³/dia.

São passíveis de registro os usos de água subterrâneas por meio de poços manuais com vazão de uso da água menor ou igual a 5 m³/dia, e ainda os poços incluídos em pesquisa, com caráter exclusivo de estudo. Captação subterrânea é uma retirada de água contida nos aquíferos subterrâneos por meio de poços tubulares ou poços manuais. Dentre as finalidades mais frequentes do uso da água estão o abastecimento humano, a irrigação paisagística e a criação de animais.

O Mapa 4, abaixo apresenta o com os pontos das captações subterrâneas outorgadas pela ADASA.

Mapa 4 – Pontos de captações subterrâneas outorgados pela ADASA até 2013 - DF.



Fonte: SRH - ADASA

Para obtenção da outorga do direito de uso de água subterrânea deverá ser apresentado, além do atendimento aos condicionantes da outorga prévia, o teste de vazão e certificado de qualidade de água.

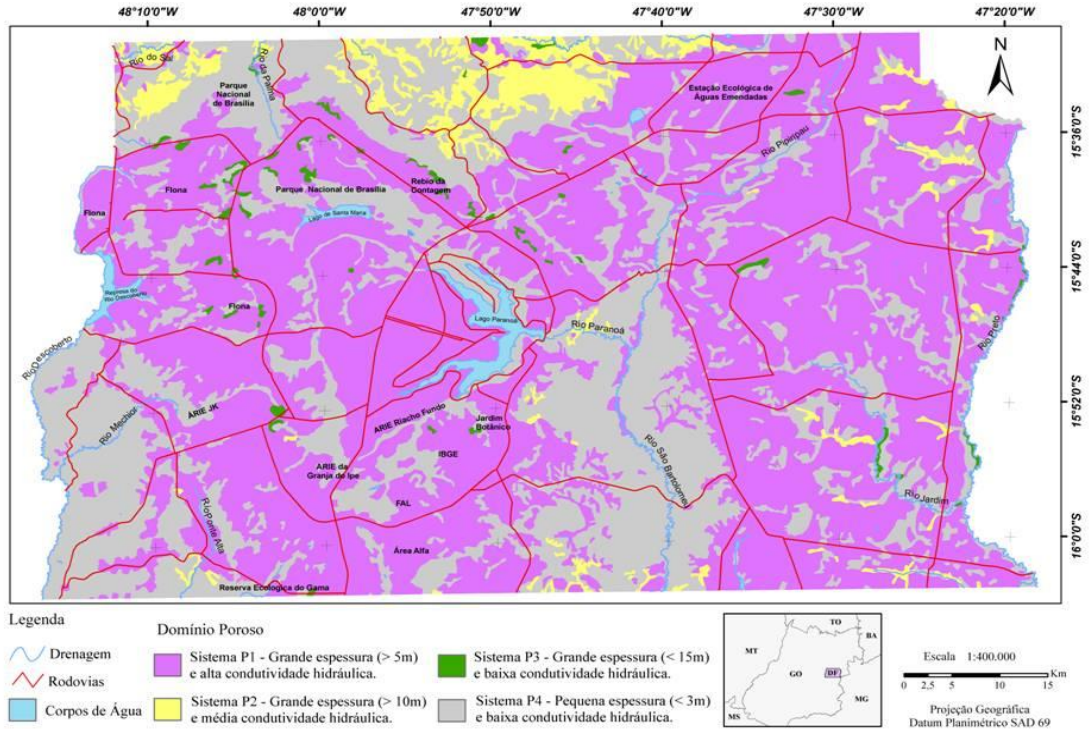
Para cada uso pretendido, o outorgado deverá responsabilizar-se pelo padrão de qualidade e potabilidade da água, providenciando junto aos órgãos competentes, quando couber, as autorizações e certificações quanto à qualidade exigida para cada uso. A vazão e o período de captação serão estabelecidos conforme os parâmetros obtidos na interpretação do teste de vazão e com base no uso solicitado.

As reservas hídricas subterrâneas no território do Distrito Federal, para efeito de concessão de outorga, estão divididas em domínios fraturado e poroso, sendo cada um destes subdivididos, de acordo com suas características hidrogeológicas, em sistemas/subsistemas.

Os Mapas 5 e 6, apresentados abaixo delimitam as áreas dos sistemas/subsistemas dos domínios fraturado e poroso, respectivamente, que compõem as reservas hídricas subterrâneas no território do Distrito.

Domínio Poroso

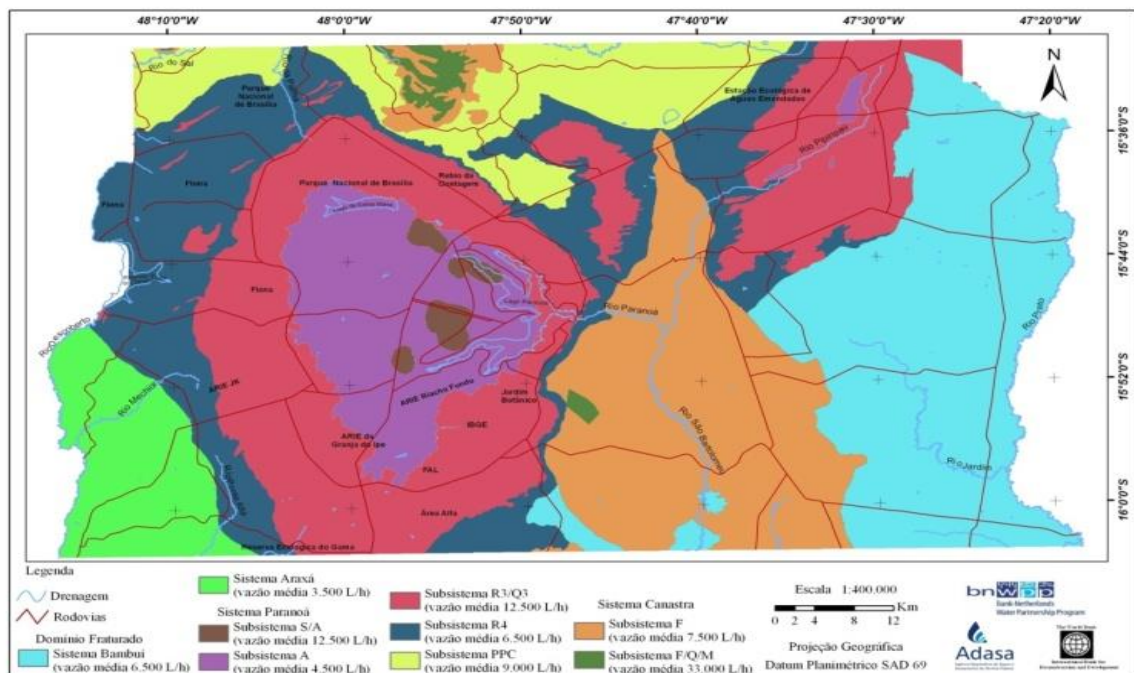
Mapa 5 – Reservas hídricas do DF – Domínio Poroso 2013.



Fonte: SRH - ADASA

Domínio Fraturado

Mapa 6 – Reservas hídricas do DF – Domínio Fraturado - 2013.



Fonte: SRH - ADASA

A concessão de outorga estará condicionada à verificação da disponibilidade hídrica efetiva de cada sistema/subsistema. Pode-se, ainda, exigir do usuário análises locais mais aprofundadas, conforme o caso (mediante avaliação técnica) e nível de exploração requerido.

O grande desafio da ADASA é o cadastramento e acompanhamento de cada outorga emitida, abatendo-se a vazão outorgada da reserva total explorável do sistema/subsistema correspondente, encontrando-se, por fim, a disponibilidade hídrica efetiva ainda disponível.

Em caso de serem esgotadas as reservas de algum dos sistemas/subsistemas, poderão ser revistas as outorgas já concedidas, privilegiando-se sempre as outorgas destinadas aos usos prioritários.

Disponibilidade Hídrica Subterrânea – Poroso

Nas Tabelas 14 e 15, apresentadas abaixo, são mostradas as disponibilidades hídricas por sistema / subsistema.

Tabela 14 - Disponibilidade hídrica do Domínio Poroso, 2013, DF.

Domínio Poroso	Permanente (RP) (m³/ano) $RP=A*b*lf$	Renováveis(RR) (m³/ano) $RR=A*0,1*1,4$	Explorável(RE) (m³/ano) $RE=RR+0,05*RP$	Nº de poços	Volume disponível (m³/ano)	% utilizada
P1	8.565.037.000	1.241.930.365	1.241.930.365	387	1.241.140.888	0,064
P2	450.793.080	72.627.774	72.627.774	112	72.496.908	0,180
P3	20.258.250	5.874.893	5.874.893	107	5.663.646	3,596
P4	60.481.773	146.164.285	146.164.285	57	146.066.076	0,067
Total	9.096.570.103	1.466.597.316	1.466.597.316	663	1.465.367.518	0,084

Fonte: SRH - ADASA

Disponibilidade Hídrica Subterrânea – Fraturado

Tabela 15 - Disponibilidade hídrica do Domínio Fraturado, 2013, DF.

Domínio Fraturado	Permanente (RP) (m³/ano) $Rp=A*b*lf$	Renováveis(RR) (m³/ano) $RR=A*0,1*1,4*0,1$	Explorável(RE) (m³/ano) $RE=RR+0,05*RP$	Nº de poços	Volume disponível (m³/ano)	% utilizada	
Paranoá	S/A	90.524.700	7.292.268	16.344.738	27	15.932.915	2,52
	A	210.377.280	38.130.882	54.961.064	244	52.196.605	5,03
	R3/Q3	5.077.240.155	242.038.298	851.307.116	765	832.796.544	2,17
	R4	862.002.720	111.102.573	197.302.845	296	188.692.534	4,36
	PPC	1.469.547.420	45.199.716	192.154.458	86	187.306.237	2,52
Canastra	F	440.398.574	65.161.014	87.180.942	119	82.746.779	5,09
	F/Q/M	164.042.680	6.516.764	26.201.886	32	19.725.981	24,72
Bambuú	1.047.653.000	132.544.059	218.469.173	108	216.988.494	216.245.646	
Araxá	530.550.000	24.104.981	43.555.208	39	42.304.644	41.967.240	
Total	9.775.309.000	672.090.554	1.687.477.430	1.716	1.653.671.421	1.637.610.481	

Fonte: SRH - ADASA

Lançamento de efluentes e águas pluviais

Lançamento de efluentes refere-se à disposição de resíduo líquido, tratado ou não, em corpo hídrico receptor. Já o lançamento de águas pluviais refere-se à destinação de águas de chuva que seja efetuado diretamente em corpos hídricos superficiais e que tenha sua vazão proveniente de empreendimento que altere as condições naturais de permeabilidade do solo.

Depende de outorga, prévia e obrigatoriamente, o lançamento em corpo de água superficial de esgotos, águas pluviais e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

A outorga de direito de uso da água para o lançamento de efluentes é dada em quantidade de água necessária para a diluição da carga poluente.

A vazão de diluição poderá variar ao longo do prazo de validade da outorga, com base nos padrões de qualidade da água correspondentes à classe de enquadramento do respectivo corpo receptor e/ou em critérios específicos definidos no correspondente plano de recursos hídricos ou pela ADASA, observados os termos da Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.

O usuário informa a vazão e a concentração dos efluentes a ser lançada, bem como a vazão e concentração observadas no corpo d'água receptor, no local previsto de lançamento. A vazão outorgada será calculada em função dessas variáveis, da capacidade de autodepuração do corpo receptor, da distância do ponto de lançamento ao ponto de controle e da classe de enquadramento do corpo hídrico superficial que receba as cargas poluidoras.

A outorga de lançamento de águas pluviais em corpo hídrico é aplicada nos casos em que ocorrer lançamento direto de águas de chuva que advenham da impermeabilização do solo em corpos hídricos superficiais receptores. Como tal situação altera quantitativa e qualitativamente a água do corpo receptor, é um uso passível de outorga.

Para fins de dimensionamento da vazão outorgável, considerar-se-á a bacia de drenagem (em hectares) e áreas impermeabilizadas (em percentual) das unidades imobiliárias.

No ponto de lançamento deverá haver estruturas de dissipação de energia da água e de retenção de sedimentos.

Os projetos de drenagem devem procurar soluções compensatórias, agindo em conjunto com as estruturas convencionais e evitando a transferência dos impactos causados pelos lançamentos para jusante do ponto onde estes são feitos. Essas soluções devem se dar por meio da utilização de dispositivos de infiltração, detenção e retenção das águas pluviais.

2.3.2 Monitoramento dos Recursos Hídricos do DF

➤ Qualidade Da Água

O monitoramento da qualidade das águas superficiais do Distrito Federal é feito desde 2009 e ocorre, com a periodicidade trimestral, em 57 estações localizadas em todas as Unidades Hidrográficas

(UH's). Além disso, também são monitorados todos os pontos localizados a montante e a jusante das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da Caesb. Em cada campanha de monitoramento são analisados 18 (dezoito) parâmetros qualitativos incluindo coliformes, fósforo, nitrogênio, DBO, dentre outros.

A partir de março de 2013 as águas subterrâneas também passaram a ser monitoradas, com periodicidade semestral, nos 84 (oitenta e quatro) poços que compõem a rede de monitoramento do DF. Em cada campanha foram analisados 11 (onze) parâmetros qualitativos incluindo cloretos, ferro, manganês, coliformes, dentre outros.

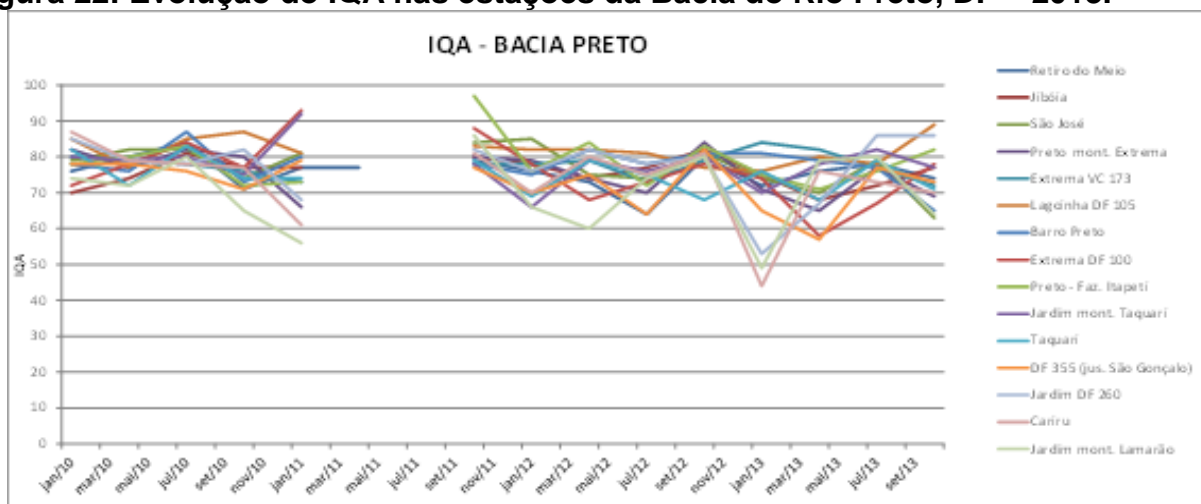
Figura 21: Poços de coleta de água da rede subterrânea, DF – 2013.



Fonte SRH/ADASA

Em todos os meses os resultados das análises foram compilados em planilhas *Excel* e para as amostras da rede de monitoramento superficial foi calculado o IQA (Índice de Qualidade da Água).

Figura 22: Evolução do IQA nas estações da Bacia do Rio Preto, DF – 2013.



Fonte SRH/ADASA

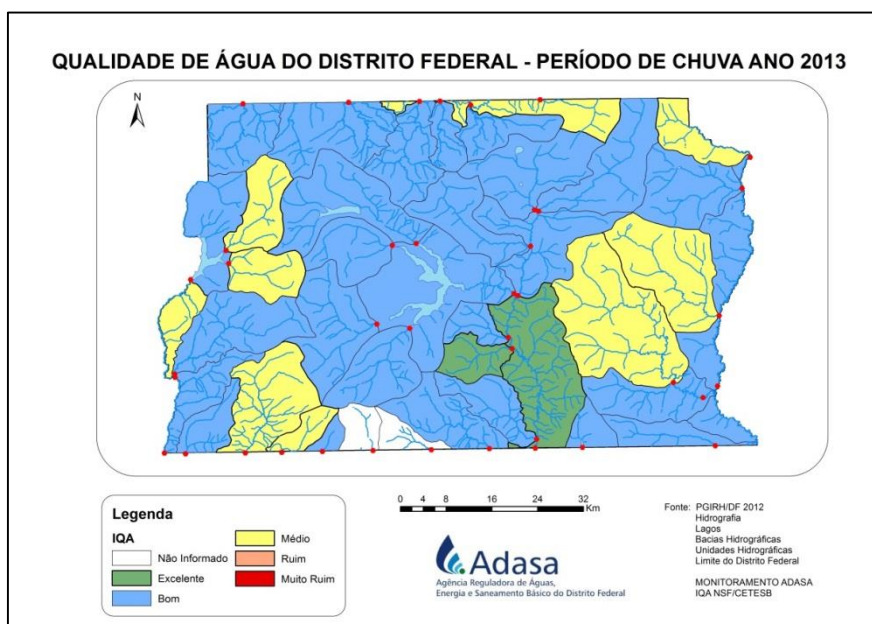
Com os valores de IQA obtidos ao longo do ano, foram produzidos dois mapas: um com a qualidade de água superficial, por UH, no período de seca, e outro no período de chuva, Mapas 7 e 8, abaixo.

Mapa 7: Qualidade de água do Distrito Federal no período de seca (abril a setembro), ano 2013.



Fonte SRH/ADASA

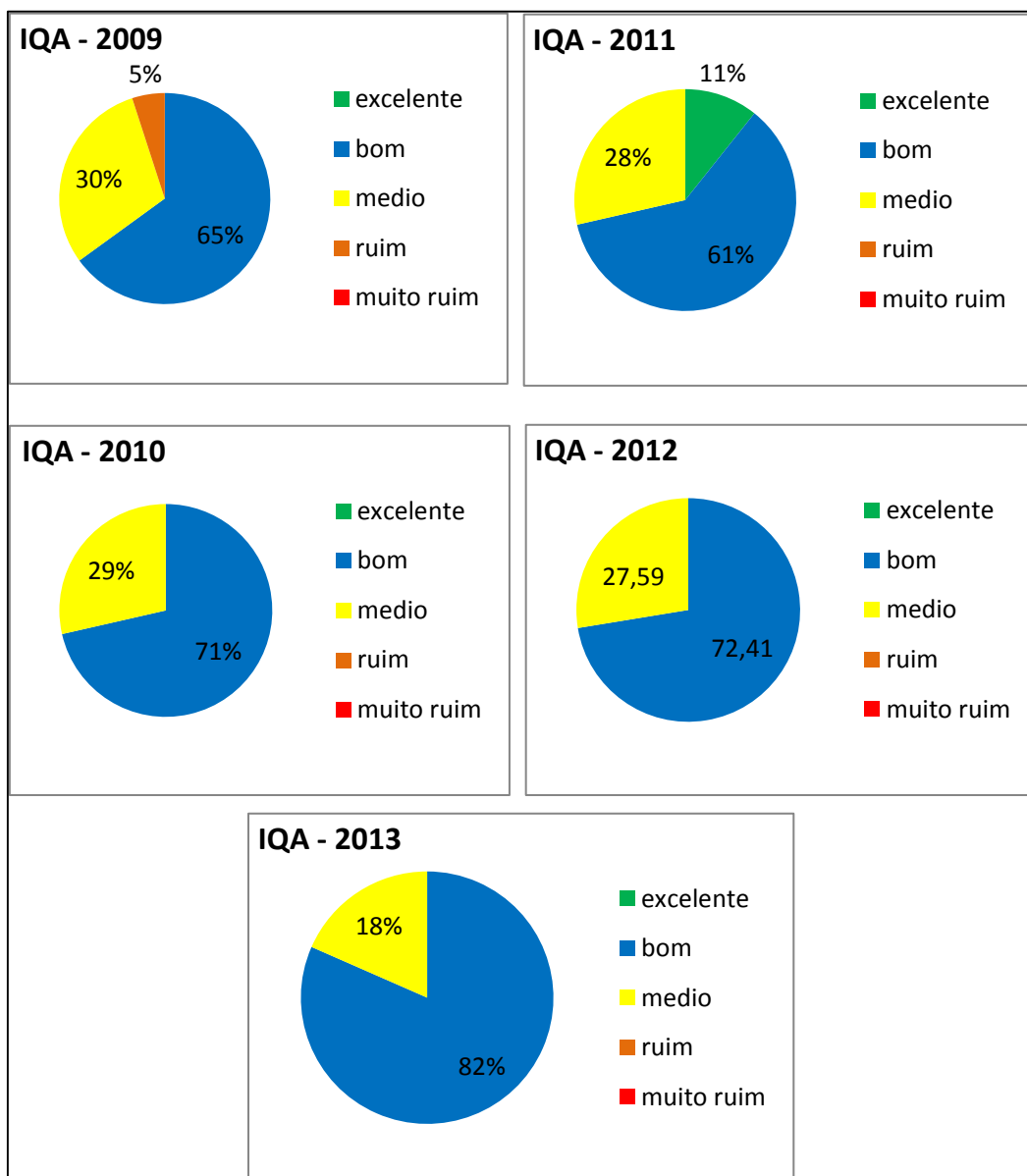
Mapa 8: Qualidade de água do Distrito Federal no período de chuva (outubro a março), ano 2013.



Fonte SRH/ADASA

Também foi feita uma avaliação da percentagem de UH's classificadas em cada faixa de IQA dos anos de 2009 a 2013, mostrando uma melhoria na qualidade das águas do DF, Figura 23, abaixo.

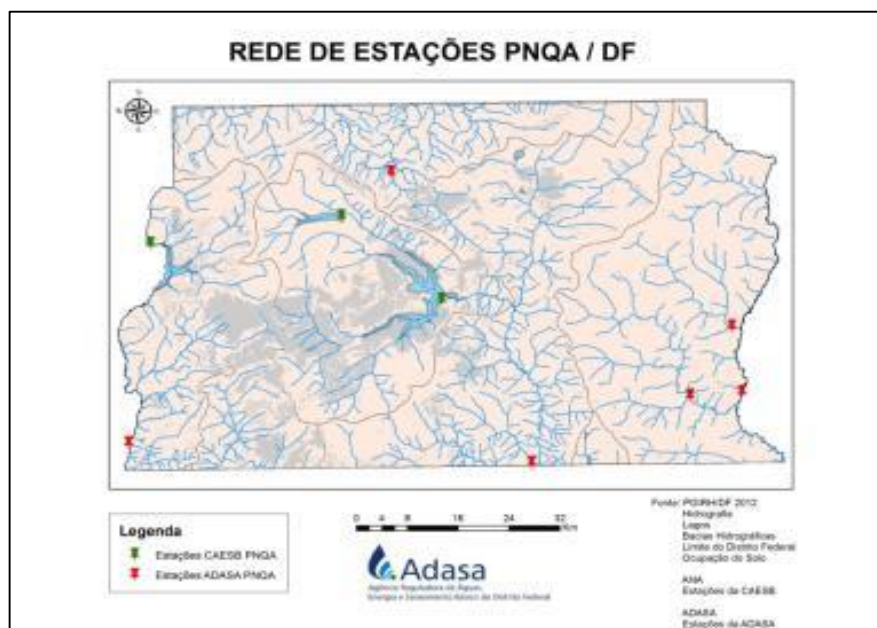
Figura 23: faixas de Índice de Qualidade de Água (IQA) encontrados no Distrito Federal de 2009 a 2013



Fonte SRH/ADASA

Em setembro de 2013, foi assinado entre a Agência Nacional de Águas - ANA e ADASA um Acordo de Cooperação Técnica para o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA). Irão compor a rede nacional de qualidade de água 6 (seis) estações de monitoramento superficial da ADASA, além de 3 (três) estações da CAESB (Figura 24). Os pontos escolhidos pela ANA são classificados em: estratégico, referência e impacto.

Figura 24: Localização das estações de monitoramento que irão compor o PNQA – DF, 2013.



Fonte; SRH/ADASA

No âmbito do Enquadramento de Recursos Hídricos do Distrito Federal, a proposta contida no Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal (PGIRH) foi apresentada pela ADASA aos três Comitês de Bacia Hidrográfica. Cada Comitê pôde fazer considerações a respeito da proposta apresentada para os rios localizados em sua área de atuação.

➤ **Rede de Monitoramento das Águas Superficiais**

O monitoramento das águas superficiais do Distrito Federal vem sendo realizado desde o ano de 2009, quando foi implantada a rede composta por 49 estações. A Tabela 16 demonstra o arranjo e caracterização das estações de monitoramento da ADASA:

Tabela 16 - Estações de monitoramento das águas superficiais do DF

Tipo de Estação	Quantidade
Vazão, Pluviosidade e Qualidade	42
Pluviosidade	2
Qualidade	15

Fonte; SRH/ADASA

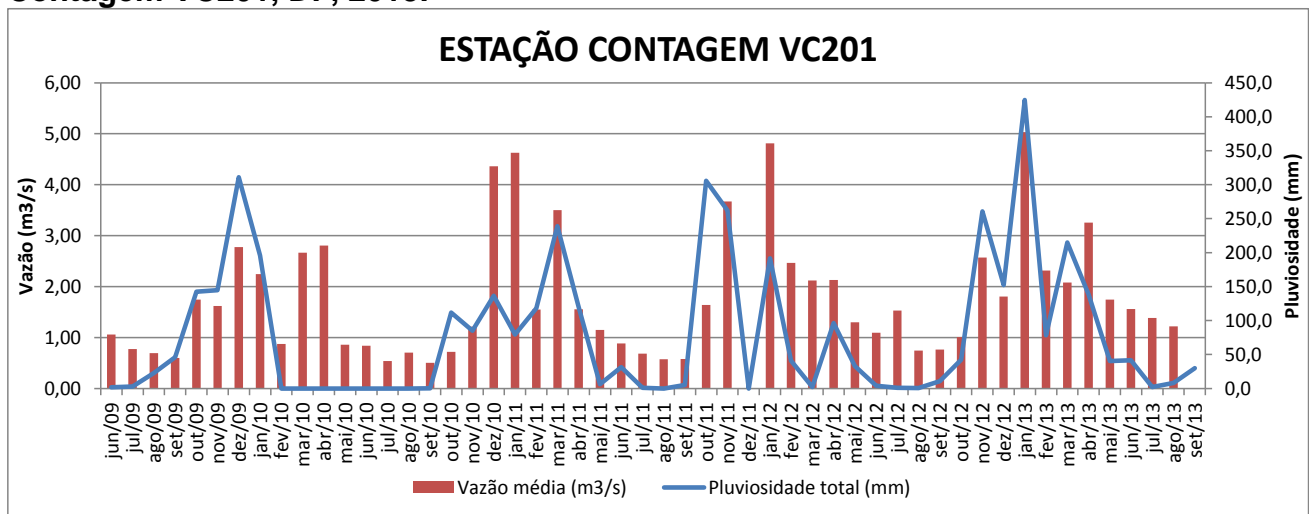
As estações de monitoramento estão distribuídas em todo o território do Distrito Federal abrangendo as 7 sub-bacias que compõem 3 grandes bacias nacionais (Tocantins-Araguaia, Paraná e São Francisco).

Dados de nível da água dos rios são obtidos por meio de um “observador” que realiza duas leituras diárias (7h e 17h) e/ou por meio de sensor de pressão com dados registrados de hora em hora em *datalogger*. Os valores de vazão são obtidos a partir da construção de uma curva-chave que conta com medições mensais de vazão *versus* nível. A pluviosidade é medida uma vez ao dia (7h) por um “observador”

e/ou de hora em hora por um pluviógrafo com dados armazenados também em *datalogger*. Os dados de nível, vazão e pluviosidade são disponibilizados mensalmente para a Adasa e são armazenados em planilha *Excel*.

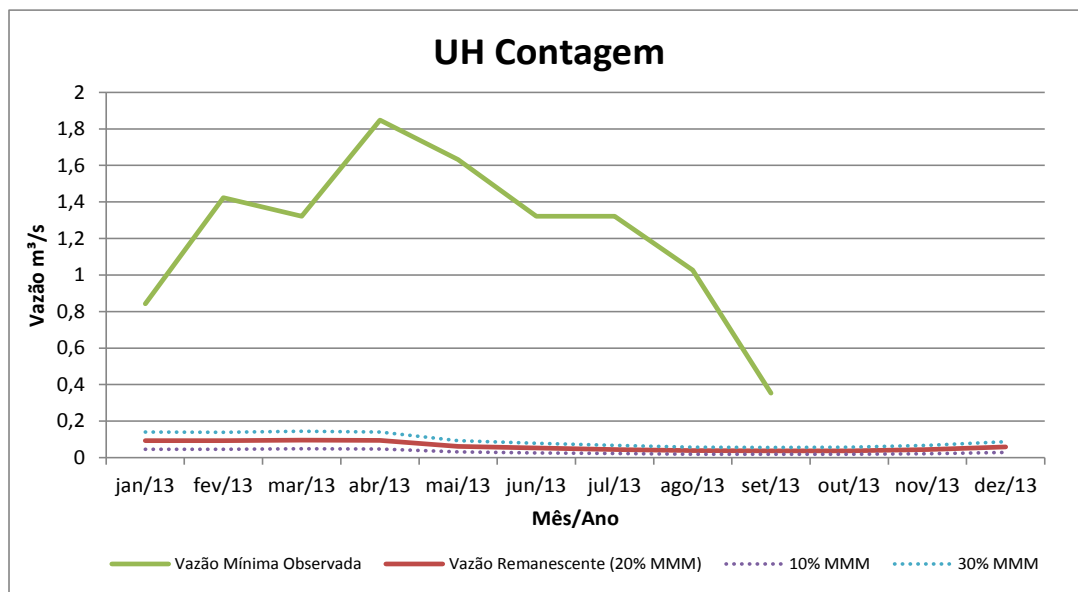
Em 2013, foram produzidos gráficos históricos de vazão e pluviosidade para todas as estações da ADASA. O Gráfico 11 abaixo foi elaborado levando-se em consideração a precipitação acumulada mensal e a vazão média mensal. Também foram construídos gráficos para avaliação da situação de cada Unidade Hidrográfica em relação à disponibilidade hídrica. O Gráfico 12 foi elaborado comparando-se a Média das Mínimas Mensais (MMM) sugerida pelo PGRH com as Mínimas Mensais Observadas pelas estações, e com a Vazão Remanescente.

Gráfico 11 - “vazão média mensal” x “pluviosidade acumulada mensal”, Estação Contagem VC201, DF, 2013.



Fonte; SRH/ADASA

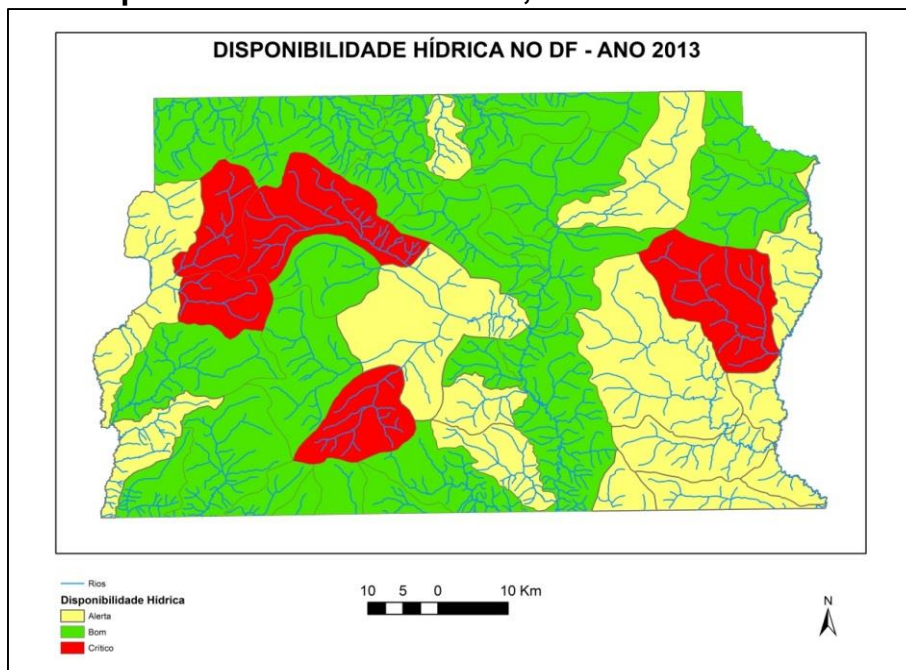
Gráfico 12 - “vazão mínima observada” e “vazão remanescente” UH Contagem, DF, 2013.



Fonte; SRH/ADASA

Com estes gráficos foi possível a elaboração do mapa de disponibilidade hídrica do DF, do Mapa 9, abaixo.

Mapa 9 - Disponibilidade hídrica do DF, 2013.



Fonte; SRH/ADASA

➤ Rede de Monitoramento das Águas Subterrâneas

A implantação da rede de monitoramento das águas subterrâneas foi concluída em novembro de 2012, com a entrega de 42 (quarenta e dois) pares de poços. O monitoramento quantitativo (nível estático) e qualitativo foi iniciado em março de 2013 por uma empresa especializada contratada, sob a supervisão de técnicos da Coordenação de Informações Hidrológicas da ADASA.

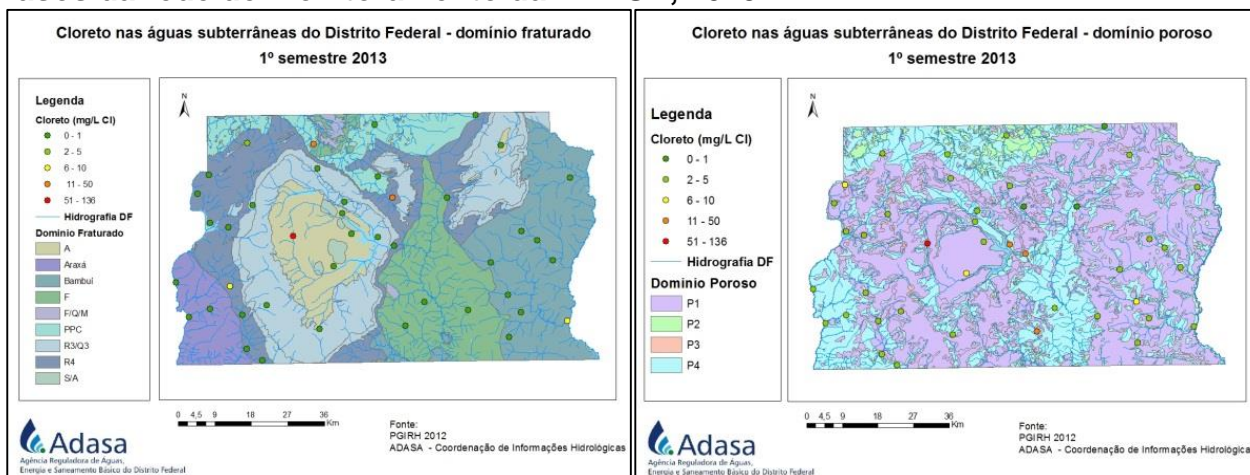
Figura 25 - Par de poços da rede de monitoramento das águas subterrâneas do DF



Fonte; SRH/ADASA

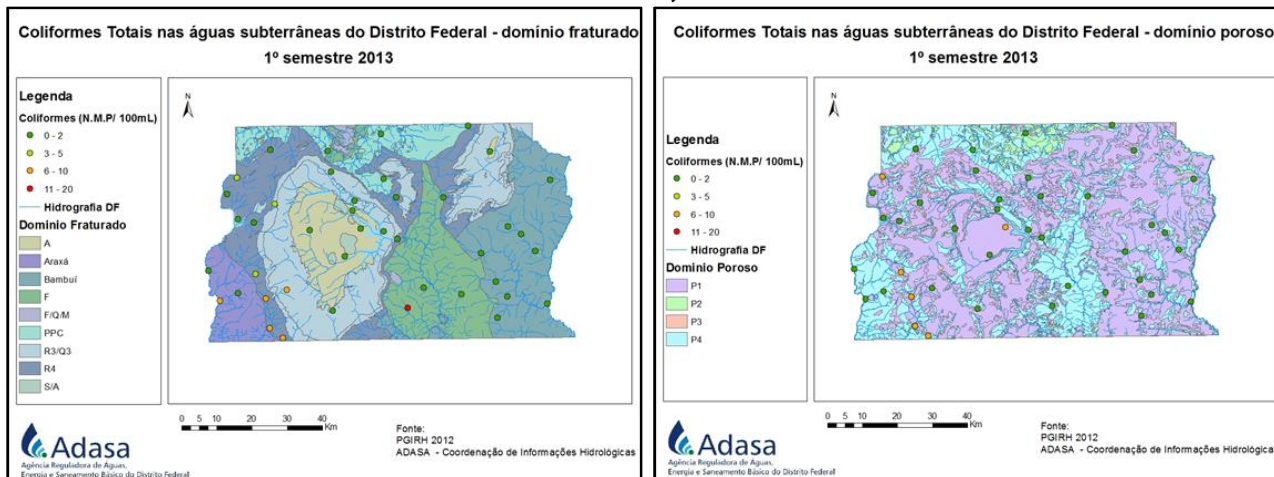
Os primeiros dados do monitoramento das águas subterrâneas foram compilados e com base neles foram gerados gráficos e mapas. Os dados apontam a necessidade de uma operação de limpeza nos poços, que deverá ser feita no próximo ano. Também é possível notar alterações de alguns parâmetros que indicam poluição na área do poço, como o caso dos altos índices de cloreto e condutividade encontrados nos poços raso e profundo localizados na Cidade Estrutural. Alguns mapas produzidos, com dados da rede subterrânea, podem ser visualizados nas Figuras 26 e 27.

Figura 26 - Faixas de valores de cloreto encontradas para os poços profundos e rasos da rede de monitoramento da ADASA, 2013.



Fonte; SRH/ADASA

Figura 27 - Faixas de valores de cloreto encontradas para os poços profundos e rasos da rede de monitoramento da ADASA, 2013.



Fonte; SRH/ADASA

➤ Centro de Operações das Águas (COA)

A Adasa está em fase de implantação de um Centro de Operações das Águas (COA). O COA consistirá em um núcleo de geração de informações para o público interno da ADASA e para toda sociedade. No COA, as informações geradas a partir do monitoramento, outorga, fiscalização e regulação de recursos hídricos serão compiladas, trabalhadas e visualizadas de maneira rápida e prática. Sistemas computacionais, associados a uma infra-estrutura de visualização e técnicos operadores irão compor um

ambiente interativo e dinâmico de disseminação de informações, que estarão disponíveis também via WEB. Também serão recebidos dados em tempo real da situação de rios e reservatórios estratégicos na gestão de recursos hídricos, por meio da instalação, recepção e armazenamento de dados de estações hidrometeorológicas telemétricas, com a finalidade de prevenção de eventos críticos e alerta à sociedade.

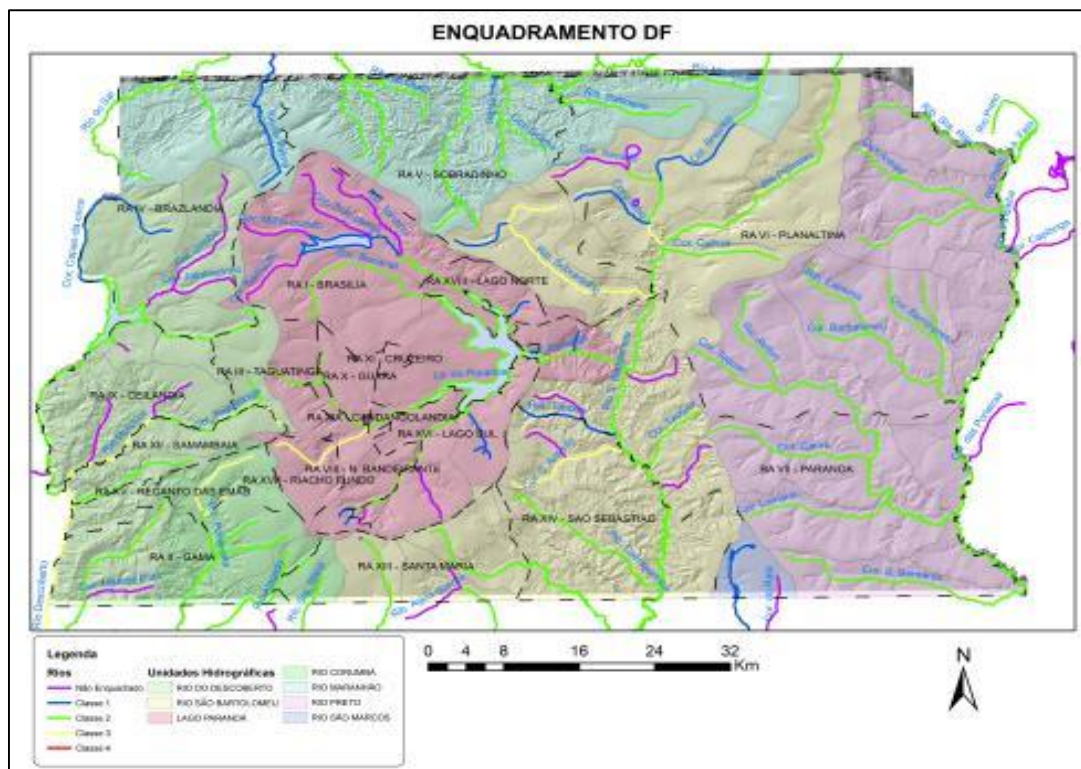
Utilizando as ferramentas que já estão disponíveis, a Superintendência de Recursos Hídricos produziu em dezembro de 2013 o primeiro relatório da Situação dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. Os mapas e gráficos apresentados acima foram extraídos de tal relatório, que apresenta de maneira completa todas as informações referentes ao monitoramento das águas superficiais e subterrâneas.

Além disso, também foi produzido em 2013, o primeiro folder informativo do monitoramento das águas do Distrito Federal, contendo informações sobre qualidade das águas superficiais e subterrâneas, disponibilidade hídrica superficial e metodologia de medições.

➤ Geoprocessamento

As atividades relacionadas ao geoprocessamento fazem parte da rotina da ADASA e são produtos de demandas internas e externas. Os cálculos de áreas de contribuição, a elaboração de mapas, a plotagem de pontos, a elaboração de *shapes*, etc, são imprescindíveis para as atividades corriqueiras da SRH e para a divulgação das informações produzidas. Com esta ferramenta é possível organizar os dados espacialmente e produzir mapas de fácil entendimento por qualquer pessoa. O *software* para Sistema de Informações Geográficas (SIG) utilizado pela ADASA é o ArcGis.

Mapa 10 - Enquadramento de corpos hídricos do DF contendo as contribuições dos Comitês de Bacias, DF – 2013.



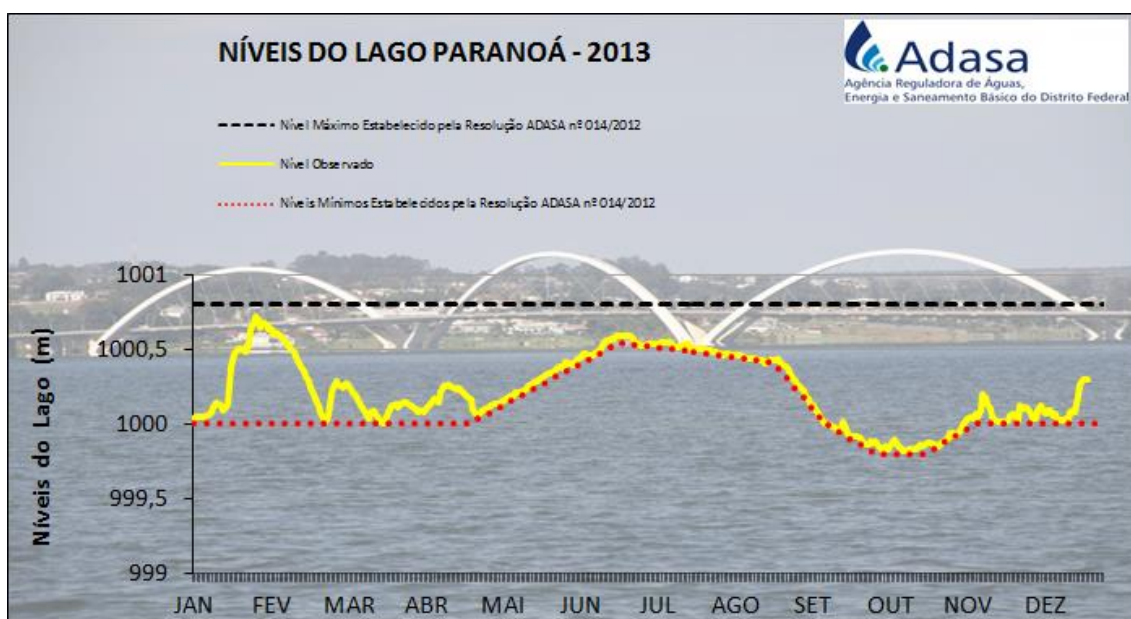
Fonte: SRH/ADASA

Mapas importantes foram gerados no ano de 2013, dentre eles pode-se citar o mapa resumo das propostas de enquadramento contendo as sugestões feitas pelos três Comitês de Bacias Hidrográficas, Mapa 10, acima. O mapa gerado servirá de base de comparação com o mapa apresentado pelo PGIRH e será motivo de Audiência Pública para determinação do enquadramento dos corpos hídricos do DF.

➤ **Cotas do Lago Paranoá**

As cotas do Lago Paranoá estabelecidas para o ano de 2013 (Resolução ADASA nº 14/2012) foram devidamente acompanhadas pelos técnicos da área de monitoramento hidrológico da Agência. Semanalmente os valores de nível enviados pela Companhia Energética de Brasília - CEB foram organizados e inseridos no Gráfico 13, abaixo que mostra o acompanhamento das cotas do lago. Não foi identificado, em 2013, nenhum evento de descumprimento da Resolução. As cotas mantiveram-se constantemente entre os valores mínimos e máximos propostos.

Gráfico 13 - Acompanhamento das cotas do lago Paranoá, por níveis mensais, DF-2013.



Fonte; SRH/ADASA

O Grupo de Acompanhamento dos Níveis Altimétricos das Águas do Lago Paranoá reuniu-se em novembro para definição das cotas do lago para o ano de 2014. A Resolução ADASA nº 16/2013 foi publicada e passa a valer a partir de 01/01/2014. Algumas modificações foram feitas em relação às cotas adotadas em 2013. No próximo ano as cotas atingirão o valor de 1000,00m mais tardiamente no mês de dezembro e, em dois finais de semana (12 de outubro e 02 de novembro) as cotas serão elevadas em função de campeonatos organizados pela Federação Náutica de Brasília.

➤ Sistema de Recursos Hídricos da ADASA

O Sistema de Recursos Hídricos (SISRH) foi entregue em setembro de 2012, homologado e colocado em produção em abril de 2013. O sistema auxiliou na padronização de processos de trabalho, assim como no armazenamento único de dados sobre os usuários de recursos hídricos, outorga, fiscalização e monitoramento.

2.3.3 Fiscalização de Recursos Hídricos

A ação de fiscalização de recursos hídricos retira seu fundamento legal da Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, e da Lei Distrital nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, que reestrutura a ADASA e dispõe sobre recursos hídricos e serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências.

As ações de fiscalização são orientadas pelos procedimentos previstos na Resolução ADASA nº 163, de 19 de maio de 2006, e primará por orientar os usuários, objetivando prevenir condutas ilícitas e indesejáveis, devendo primar pela observância da legislação que disciplina o uso de recursos hídricos, as outorgas do direito de uso de recursos hídricos, os acordos firmados, os padrões de segurança das atividades e o tratamento isonômico entre os usuários.

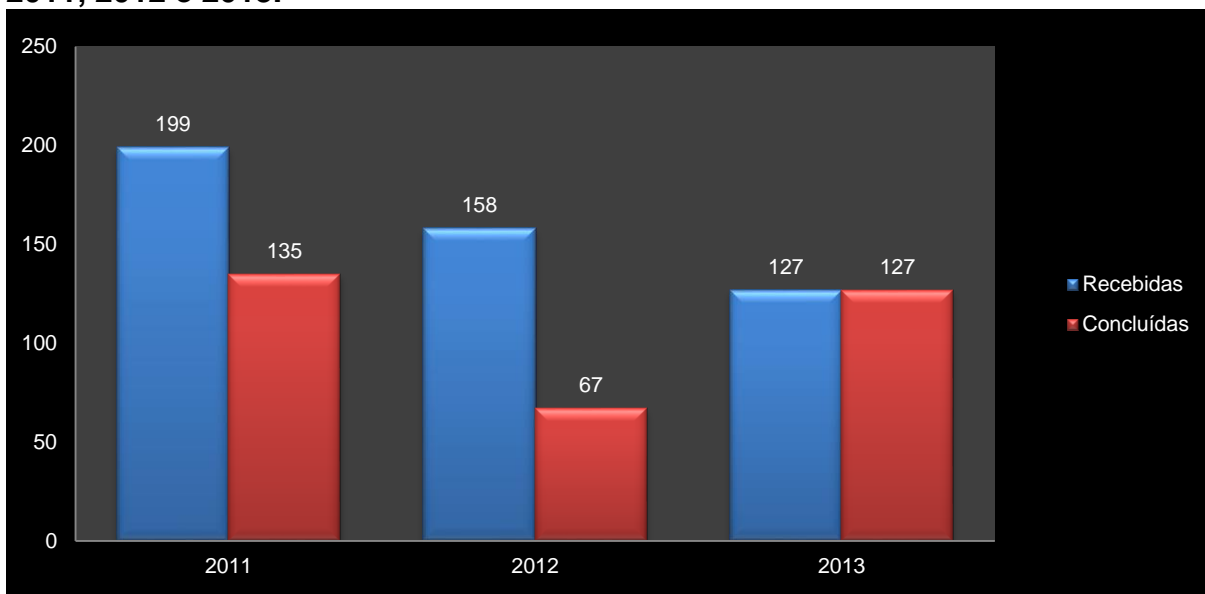
As utilizações de recursos hídricos a serem fiscalizadas são aquelas definidas na lei que institui a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, expostas a seguir:

- a) derivação ou captação de parcela d'água existente em um corpo d'água, para consumo final, inclusive abastecimento público, dessedentação animal, irrigação, indústria, comércio, mineração, navegação, obtenção de insumo de processo produtivo e outros usos;
- b) perfuração de poços rasos e profundos para captação de águas subterrâneas;
- c) construção de barragens, açudes e reservatórios;
- d) desvio de corpos d'água;
- e) implantação de estruturas de recreação às margens ou nos leitos;
- f) lançamento de efluentes em corpos d'água, tais como esgotamento sanitário, águas pluviais, águas servidas, residuárias e chorumes, provenientes de atividades domésticas, rurais, comerciais, industriais, e para outros lançamentos;
- g) integração e transposição de nível e de bacia hidrográfica;
- h) construção de estruturas rodoviárias, ferroviárias e outras travessias sobre corpos d'água;
- j) desassoreamento e limpeza de corpos d'água;
- l) outros usos que promoverem alteração quantitativa ou qualitativa do regime hídrico de um corpo d'água.

➤ Demandas recebidas/atendidas

Foram recebidas através do Serviço de Atendimento ao Usuário e Mediação de Conflitos – SAM, 127 (cento e vinte e sete) denúncias pertinentes à fiscalização de recursos hídricos. Analisando o Gráfico 14 a seguir é possível visualizar o quantitativo de demandas recebidas por meio SAM no ano corrente e nos dois anos anteriores.

Gráfico 14 - Comparação de atendimento de denúncias oriundas do SAM, ADASA - 2011, 2012 e 2013.



Fonte SRH/ADASA

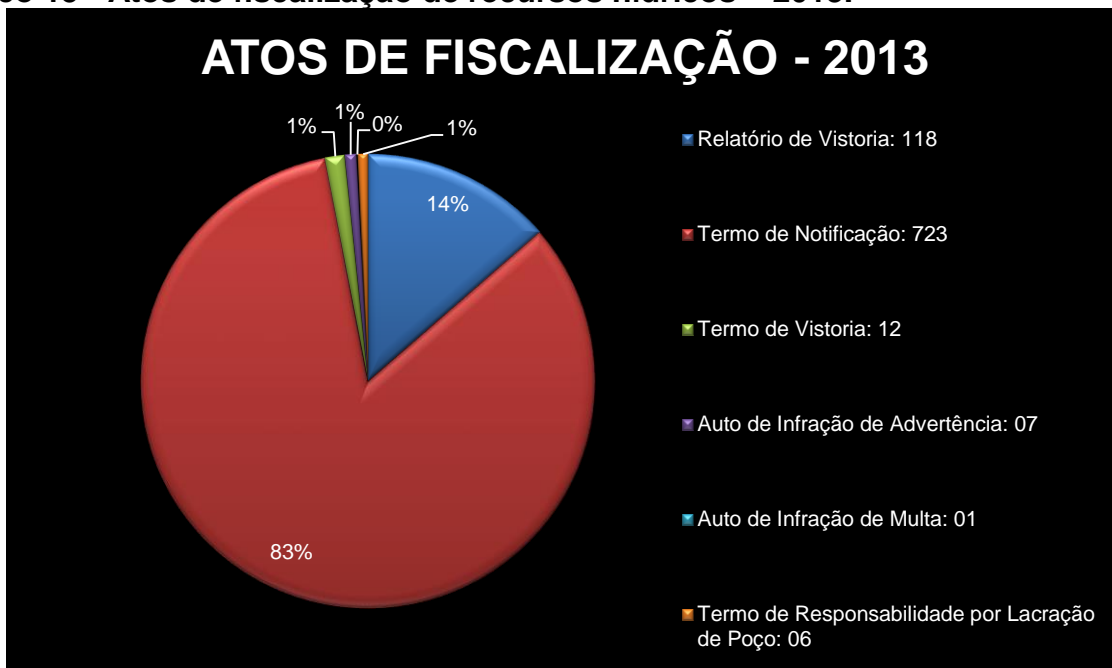
Importante ressaltar que em 2013 foi adotado o sistema de resposta prévia às demandas recebidas pelo SAM, assim essas demandas são respondidas com base nas informações do Sistema de Informações de Recursos Hídricos – SISRH, classificadas e atendidas de acordo com a programação das atividades da coordenação responsável. Desse modo, todas as denúncias recebidas pelo SAM foram respondidas.

➤ Fiscalizações por demandas internas e externas

Em 2013, foram emitidos 860 (oitocentos e sessenta) atos de fiscalização resultantes de atividades de atendimento a denúncias, solicitações de órgãos internos e externos divididos em: 117 Relatórios de Vistoria, 723 Termos de Notificação, 12 Termos de Vistoria, 07 Autos de Infração de Advertência, 01 Auto de Infração de Multa e 06 Termos de Responsabilidade por Lacração de Poços, representados no Gráfico 15 a seguir.

Analisando o histórico dos atos de fiscalização produzidos nos últimos 03 anos verifica-se que houve uma redução no quantitativo de fiscalizações, isso se deve em grande parte pelo término da vigência do TAC – Vicente Pires e da mudança do foco das atividades fiscalizatórias de uma atuação tradicional e direta no atendimento as denúncias para uma atuação focada na gestão de recursos hídricos.

Gráfico 15 - Atos de fiscalização de recursos hídricos – 2013.

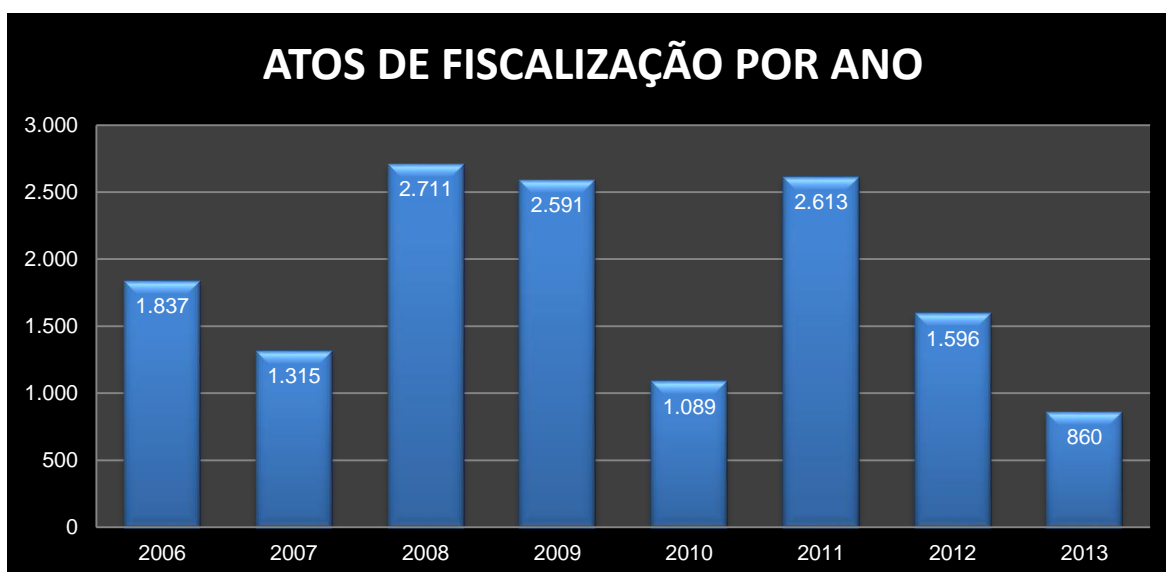


Fonte: SRH/ADASA

Importante ressaltar que a maior preocupação da Agência é atuar na gestão de recursos hídricos, estudando todo o sistema para posteriormente direcionar seus recursos para aquelas atividades que impactam diretamente na gestão. Assim, no ano de 2013, a ADASA preocupou-se em vistoriar in loco as condições quali-quantitativa dos recursos hídricos com foco nos exutórios das unidades hidrográficas e também vistoriar as principais interferências cadastradas no sistema de recursos hídricos.

Durante o ano de 2013, a ADASA vistoriou os exutórios das 40 unidades hidrográficas do DF e também os pontos de captação por meio de caminhões pipa. Esse trabalho possibilitou a realização de um diagnóstico da situação dos pontos e suas estruturas de captação.

Gráfico 16 - Histórico das fiscalizações de recursos hídricos, DF - 2006/2013.



Fonte: SRH/ADASA

➤ Canais de captação de água superficial

Os canais para captação de água superficial são amplamente utilizados nas zonas rurais do Distrito federal principalmente para irrigação de áreas destinadas para o plantio de subsistência e comercial. Durante o ano de 2013, foram realizadas várias ações no sentido de instruir os usuários desses canais de água e regularizar os mesmos, podendo evidenciar os trabalhos realizados com afincos em 05 (cinco) canais localizados nas regiões de Brazlândia, Ponte Alta do Gama e Planaltina. O principal ganho nesse tipo de trabalho é permitir que os usuários discutam seus problemas e cheguem a uma solução, possibilitando a autocomposição de conflitos, onde todos ganham no final do processo.

2.3.4 Atendimento aos Usuários de Recursos Hídricos

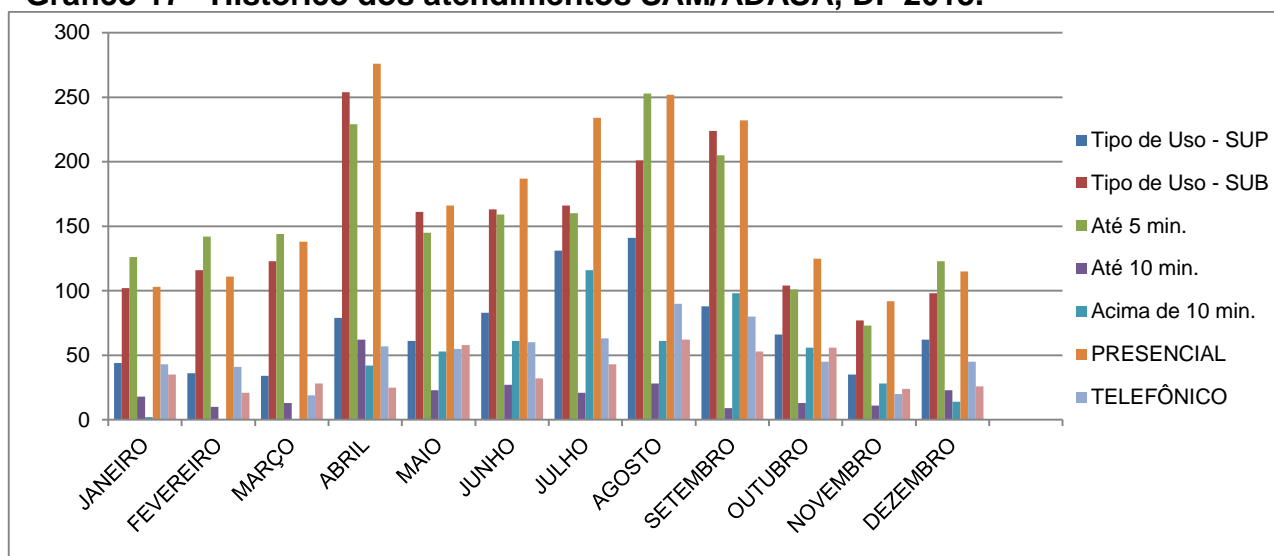
No período de janeiro a dezembro de 2013, foram feitos 2649 (dois mil seiscentos e quarenta e nove) atendimentos. Na Tabela 17 e Gráfico 17 abaixo são apresentados os dados referentes ao serviço de atendimento aos usuários da SRH:

Tabela 17: Número de atendimentos realizados por mês, SAM/ADASA, DF - 2013.

Atendimentos:	Tipo de Uso - Superficial	Tipo de Uso - Subterrâneo	Até 5 Min	Até 10 Min	Superior a 10 Min	Presencial	Telefônico	Outorgas Entregues	Totais
MÊS									
JANEIRO	44	102	126	18	02	103	43	35	146
FEVEREIRO	36	116	142	10	00	111	41	21	152
MARÇO	34	123	144	13	00	138	19	28	157
ABRIL	79	254	229	62	42	276	57	25	333
MAIO	60	161	145	23	53	166	55	58	221
JUNHO	84	163	159	27	61	187	60	32	247
JULHO	131	166	160	21	116	234	63	43	297
AGOSTO	141	201	253	28	61	252	90	62	342
SETEMBRO	88	224	205	09	98	232	80	53	312
OUTUBRO	66	104	101	13	56	125	45	56	170
NOVEMBRO	35	77	73	11	28	92	20	24	112
DEZEMBRO	62	98	123	23	14	115	45	26	160
TOTAIS	860	1789	1860	258	531	2031	618	463	2649

Fonte: SRH/ADASA

Gráfico 17 - Histórico dos atendimentos SAM/ADASA, DF 2013.



Fonte: SRH/ADASA

Estes atendimentos relativos a recursos hídricos englobam informações sobre andamento de processos, anexação de documentos ao processo, entregas de outorgas, entradas de outorga, informações sobre outorga e informações sobre fiscalização. Dos 2649 atendimentos realizados relativos à área de recursos hídricos 77% foram presenciais, diferentemente do atendimento relativo a outros serviços da Agência.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0007 - Promover a educação ambiental hídrica da população urbana e rural do DF, integrada aos sistemas alternativos de saneamento, com vistas à melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e do desenvolvimento humano sustentável.

Tabela 18 – Indicadores – Educação Ambiental Hídrica, ADASA – 2013.

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Apurado 2013	Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
Indicador de efetividade da capacitação para mobilização social-iecms	Unidade	-	-	Anual	-	33,33	66,66	100	-	ADASA
Indicador de eficácia da capacitação em metodologia alternativa de saneamento IECMAS	%	-	-	Anual	-	33,33	33,33	33,33	-	ADASA
Indicador da eficiência da capacitação- iec	%	-	-	Anual	-	20	40	60	-	ADASA
Indicador da eficácia de educação ambiental (IEEA)	%	7	31/12/2012	Anual	18,9	22,8	26,6	31,7	19,44	ADASA

Fonte: SRH/ADASA

Vinculam-se a esse objetivo as ações voltadas a Gestão do Projeto de Conservação Ambiental e as de Educação Ambiental.

As ações de Gestão do Projeto de Conservação relacionam-se ao desenvolvimento de Projetos específicos, todos voltados, com destaque, à manutenção quali-quantitativa dos recursos hídricos superficiais, no âmbito do Distrito Federal. São destaques as bacias hidrográficas do rio São Bartolomeu, sub-bacia do ribeirão Pípiripau e a bacia do rio Descoberto, região do lago formado pela barragem do Descoberto, que é o maior manancial de abastecimento para a população do Distrito Federal.

2.3.5 Projeto Descoberto Coberto

O Projeto Descoberto Coberto é uma iniciativa distrital baseada em um arranjo institucional que tem como objetivo promover a recuperação, a proteção e a consolidação de uma faixa de proteção de 125 metros do Lago Descoberto, bem como a reabilitação ambiental das propriedades rurais na orla do lago, a formação de agentes multiplicadores e o apoio à gestão dos recursos hídricos e florestais da bacia hidrográfica do rio Descoberto.

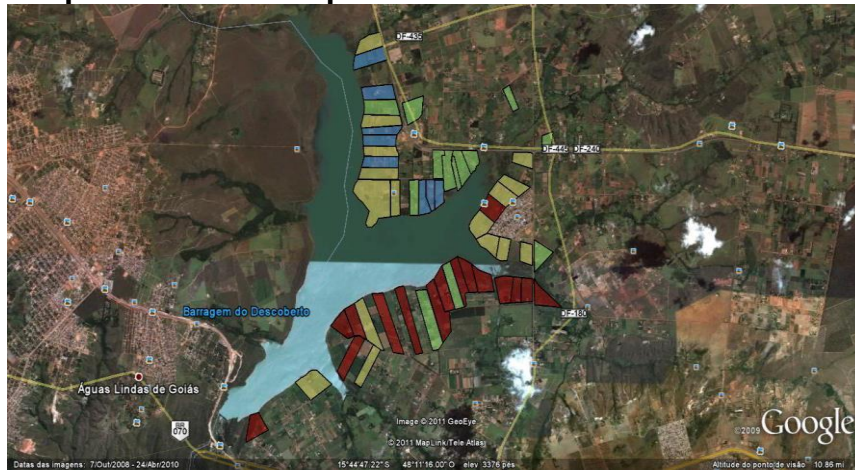
O grupo se baseia em parceria entre Governo Federal: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); e o Governo do Distrito Federal: Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA), Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF Brasília Ambiental (IBRAM), Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (CAESB).

Desde 2009, quando as ações foram iniciadas, até os dias atuais, foram plantadas cerca de 160.000 mudas de espécies nativas do Cerrado nas propriedades localizadas na orla do Lago Descoberto.

O plantio de mudas ocorre simultaneamente a ações de educação ambiental desenvolvidas nas escolas da região e junto aos produtores da bacia, com o intuito de conscientizar a comunidade local sobre a importância de reverter o desmatamento, controlar os processos erosivos e a sedimentação do Lago, considerado o principal manancial de abastecimento de água do Distrito Federal.

Dando continuidade às ações do Projeto a partir de 2014 o grupo será reestruturado de forma a implantar a metodologia de Pagamento por Serviços Ambientais na bacia do rio Descoberto. Para tal novos parceiros foram convidados de forma a se ter um grupo mais robusto em condições de assumir novas responsabilidades.

Mapa 11 – Áreas de plantios realizados



Fonte: Google

Figura 28 - Imagens dos plantios



Fonte: SRH/ADASA

2.3.6 Projeto Produtor de Água no Pípiripau

O Programa Produtor de Água, concebido pela Agência Nacional de Águas, e incorporado pela ADASA, tem como objetivo a revitalização ambiental de bacias hidrográficas.

De acordo com sua metodologia, o resultado das ações implantadas em uma bacia hidrográfica

pode ser verificado em seus cursos d'água através da melhoria na qualidade e quantidade de água.

As ações implementadas no âmbito do Programa incluem o reflorestamento de Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), adequação de estradas rurais e a conservação de solo e água em áreas produtivas por meio de práticas mecânicas em áreas de lavouras e pastagens. Essas ações visam, sobretudo, favorecer a infiltração de água e a consequente alimentação do lençol freático, evitando também que a água de chuva se transforme em escoamento superficial, maior causador de erosão e assoreamento de corpos d'água em ambientes rurais.

Uma das características que difere o “Produtor de Água” de outros programas de revitalização de bacias é que os Serviços Ambientais gerados por seus participantes são objeto de remuneração tendo como fundamento o princípio do Provedor-Recebedor. Este procedimento é comumente conhecido na literatura por PSA – Pagamento por Serviços Ambientais – política de gestão ambiental que tem como corolário a complementação de regras de comando e controle com incentivos, financeiros ou não.

A mera normatização visando minimizar o conflito existente entre a demanda e a oferta dos recursos hídricos da bacia, ainda que necessária, agrega pouco valor ao conjunto da questão e não resolve o problema em si.

Em 2011, foi instituída a Unidade de Gestão do Projeto – UGP Programa Produtor de Água no Pípiripau na qual a ADASA tem o papel de entidade coordenadora das diferentes ações.

A UGP canalizou todas as energias no sentido de coordenar esforços que viabilizassem o mais rapidamente possível a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre as entidades parceiras. Abaixo, seguem os parceiros do Projeto Produtor de água no Pípiripau.

Figura 29 - Entidades parceiras do Projeto

Parceiros:

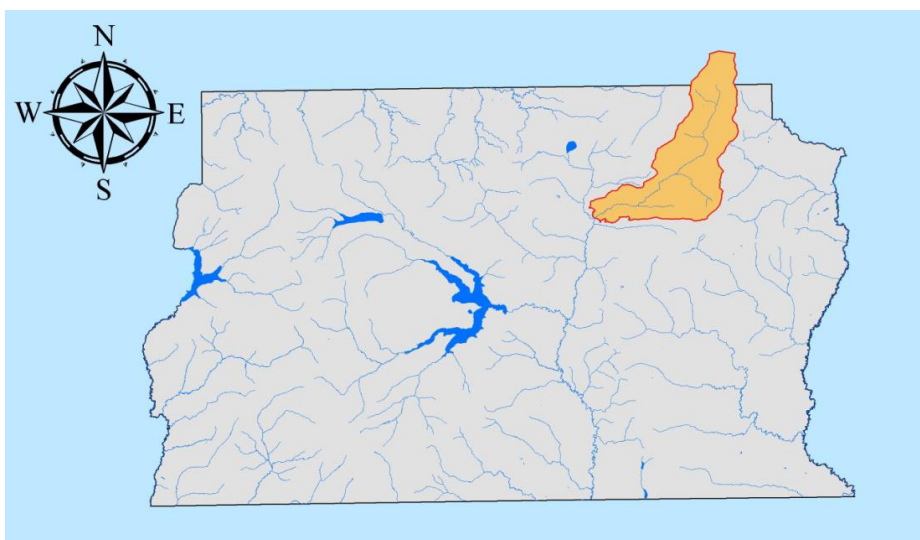


Fonte: SRH/ADASA

Por meio do Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 015/ANA/2011, assinado pelos representantes dos treze parceiros em 21/12/2011, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União – DOU de 13/01/2012, seção 3, págs. 150-151; foram formalizadas as diferentes funções, competências e obrigações dos partícipes junto ao objeto do ACT: “*integração de esforços entre as partes para o desenvolvimento de instrumentos e metodologia visando à implementação do Projeto Produtor de Água no Pípiripau, incluindo um modelo de incentivo financeiro aos proprietários rurais que aderirem ao Projeto, a fim de proteger os mananciais e promover a adequação ambiental das propriedades rurais*”.

A bacia hidrográfica do Ribeirão Pípiripau localiza-se no Distrito Federal e no Estado de Goiás, compreendendo uma área de drenagem de aproximadamente 235 km². A maior parte da área da bacia está inserida no Distrito Federal (90,3%), sendo que a região de nascentes da bacia está localizada em Goiás. É uma bacia reconhecidamente tida por estratégica pelas entidades gestoras de recursos hídricos (ANA e ADASA), onde a pressão urbana dos condomínios sobre as áreas tradicionalmente rurais da bacia acirra os problemas relacionados tanto à quantidade, quanto à qualidade da água da bacia. Constituída por um curso de água principal, de domínio da União (o próprio ribeirão Pípiripau) e por cursos de água de domínio do Distrito Federal (seus afluentes), a bacia é de fundamental importância para a população do Distrito Federal, pois nela existem diversas captações de água, predominando as captações para irrigação de pequenas e médias propriedades rurais que detêm, somadas, a autorização de captação (outorga de direito de uso) de aproximadamente 680 litros por segundo, e a captação da CAESB, que possui outorga de captação de 400 litros por segundo. A Captação da CAESB está relacionada ao atendimento da rede de abastecimento de água das Regiões Administrativas de Planaltina e Sobradinho.

Mapa 12 – Localização da bacia do Ribeirão Pípiripau em relação aos limites do DF



Fonte: SRH/ADASA

O diagnóstico sócio ambiental desenvolvido identificou que existem 424 propriedades na bacia hidrográfica do ribeirão Pípiripau, cabeceiras do rio São Bartolomeu, e que o tamanho médio da propriedade é de 48 ha. Dessas, 84% apresentam algum tipo de déficit relativo à APP ou RL. Identificou-se a necessidade de recuperar 305 ha de APP's e 1.327 ha de RL, totalizando 1.663 ha de áreas a serem recuperadas, com uma necessidade de 1.400.000 mudas.

Existem também 2.885 ha de florestas remanescente as quais são passíveis de recebimento de incentivos, por estarem prestando serviços ambientais. Em relação à conservação de solo identificou-se 8.500 hectares que já foram alvo de alguma prática conservacionista e necessitam nesse momento de algum tipo de recuperação e outros 6.500 ha que necessitam da execução de práticas de conservação de solo e água. Além disso, tem-se 876 km de estradas a serem readequadas.

A bacia hidrográfica do ribeirão Pipiripau apresenta-se como uma grande oportunidade para a implementação de um projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA com grandes possibilidades de sucesso. Suas características são ideais para a revitalização ambiental: o tamanho é adequado, possui características rurais, consistente monitoramento hidrológico (série histórica de mais de 40 anos), alto grau de degradação ambiental, captação de água para abastecimento público e conflito pelo uso da água.

O arranjo institucional proposto para o desenvolvimento do Programa Produtor de Água na bacia do Ribeirão Pipiripau – Projeto Pipiripau assinala uma função importante da ADASA dentro da Unidade de Gestão do Projeto (UGP), pois além de formalizar contratos com os produtores, a Agência sinalizaria o devido pagamento por serviços ambientais (PSA) por meio de nota técnica atestando a execução das ações previstas no contrato com os produtores. Os ganhos socioambientais atrelados à natural visibilidade que a Agência terá perante os usuários de recursos hídricos, diretamente beneficiados, e a sociedade como um todo, representam uma oportunidade e um compromisso que a ADASA assumirá no contexto do Projeto Pipiripau.

O Acordo de Cooperação Técnica nº 015/ANA/2011 prevê em sua CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES, inciso II, alínea “d” que compete à ADASA: “celebrar convênio/contrato com a CAESB para recebimento de recursos disponibilizados por aquela Companhia para pagamento aos agricultores participantes do Programa Produtor de Água”. Estes recursos são de dois milhões de reais ao longo de cinco anos, sendo quatrocentos mil reais por ano. O Acordo de Repasse foi assinado pelos presidentes da ADASA/CAESB em 2012, no dia 22 de março, dia mundial da água, na sede da ADASA. Além do Núcleo Rural Taquara, o Núcleo Rural Pipiripau será local onde se iniciarão as ações na bacia do ribeirão Pipiripau.

A primeira leva de projetos de propriedade analisados pela Comissão Julgadora da Unidade de Gestão do Projeto – UGP compôs-se de apenas dois projetos. Ambos foram aprovados e no dia 17 de outubro de 2012, na sede da ADASA, foi assinado o contrato para pagamento por serviços ambientais, com a presença de várias autoridades dos órgãos/entidades que são parceiras no Projeto Produtor de Água no Pipiripau, entre as quais: ANA, SEAGRI-DF, IBRAM, EMATER-DF, TNC, BB e SESI.

O Pagamento por Serviços Ambientais – PSA é um dos pilares do Projeto Produtor de Água no Pipiripau. Ainda que os benefícios indiretos trazidos pelo Projeto às propriedades sejam muito superiores aos benefícios diretos, estes constituem um incentivo à adesão voluntária, que é uma característica precípua do Projeto.

Os dois primeiros Pagamentos por Serviços Ambientais– PSA na bacia do ribeirão Pipiripau, e também no DF, ocorreram em dezembro de 2013 e são referentes aos dois primeiros contratos celebrados entre a ADASA e os produtores rurais no âmbito do projeto produtor de água. O total de valores assinalados para cobrir os atuais 17 contratos de Pagamento por Serviços Ambientais diretamente aos produtores é de R\$ 167.053,63 ao longo dos 5 anos.

Além das ações referentes à conservação de solo (terraceamento, curvas de nível e outros) e

de estradas, a recomposição florestal das áreas de APP e reserva legal, são das ações que mais alterações trazem à paisagem da bacia. Abaixo (figura 30), seguem duas imagens referentes aos primeiros plantios executados, um ano após a assinatura do contrato como produtor de água.

Figura 30 – Primeiras mudas no Projeto Produtor de Água – chácara nº 86, N.R.Pipiripau.



Fonte: SRH/ADASA

A título de divulgação dos resultados iniciais do Projeto Produtor de Água no Pipiripau, foi confeccionado um vídeo institucional da ADASA, referente ao Projeto. Este foi apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Regulação (ABAR – Associação Brasileira de Agências Reguladoras), em Fortaleza – CE, agosto/2013.

2.3.7 Projeto ADASA na Escola

Vinculada também ao Objetivo Específico 7, está a ação de Educação Ambiental, que direciona seu foco ao processo de educar alunos da rede de ensino do DF a desenvolverem hábitos de redução, reaproveitamento e reciclagem na produção de resíduos e quanto a importância do uso racional dos recursos hídricos.

Destaque ao ADASA na Escola por se tratar de um programa permanente de formação de agentes multiplicadores, criado em 2010 e que tem como principal objetivo, dar conhecimento à comunidade, em caráter permanente, sobre a necessidade de conscientização e medidas educativas sobre a importância do uso racional da água, sua preservação e garantia às futuras gerações no acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Com esse programa surgiu a oportunidade de promover e implantar uma educação ambiental sobre recursos hídricos para chamar atenção da população para a necessidade de conservação desse bem natural indispensável para a humanidade – ÁGUA. Esse esforço iniciou-se, junto à rede pública e privada do Ensino Fundamental I (4ª e 5ª ano) do Distrito Federal, fortalecendo a missão institucional da ADASA de regular os usos das águas e dos serviços públicos do Distrito Federal.

Dentre os objetivos do programa ADASA na Escola, destacam-se: Conscientizar os alunos quanto à importância de práticas ambientalmente sustentáveis com relação aos múltiplos usos dos recursos hídricos, tornando-os agentes multiplicadores dessa visão; executar objetivos estratégicos da ADASA de

ampliar ações educativas e orientadoras sobre gestão de recursos hídricos e serviços públicos regulados; estruturar e fortalecer o Programa de Educação Ambiental no âmbito da ADASA de modo a promover uma sinergia necessária entre a população e a agência para encontrar soluções adequadas e eficientes às questões de sustentabilidade do uso dos recursos hídricos do DF.

A metodologia utilizada é com a realização de palestras, por servidores da ADASA, utilizando como material de apoio: cartilha – Guardião da Água, CD's educativos (Lagoas e Cachoeiras) e brindes diversos. Assim, é levado à população do DF tanto a necessidade de se combater o desperdício como o incentivo ao uso inteligente e racional da água.

Em função do calendário escolar, as atividades foram realizadas de março a junho, no primeiro semestre e de setembro a novembro no segundo. As atividades do Projeto ADASA na Escola são apresentadas por semestre, Tabelas 19 e 20, a seguir que demonstram o quantitativo de alunos, escolas, número de palestras e turmas alcançadas.

Tabela 19 - Escolas visitadas de março a junho, DF – 2013.

Data	CRE	Escola	Total Alunos	Atividades
04/03/2013	PP/Cruzeiro	EC 415 norte	50	Concurso
05/03/2013	Sobradinho	EC Brochado da Rocha	10	Concurso
06/03/2013	Ceilândia	EC 16	180	Concurso
08/03/2013	Ceilândia	EC 16	90	Concurso
11/03/2013	Taguatinga	EC 39	43	Concurso
11/03/2013	Guará	CEF 01 – Estrutural	500	Concurso
12/03/2013	Paranoá	EC 02	30	Concurso
12/03/2013	Recanto das Emas	CEF 206	120	Concurso
13/03/2013	Planaltina	CAIC – Assis Chateaubriand	300	Concurso
19/03/2013	Ceilândia	EC 47	320	Adasa Na Escola
02/04/2013	Planaltina	Escola Santos Dumont	150	Adasa Na Escola
19/04/2013	Lago Sul	Escola das Nações	70	Adasa Na Escola
23/04/2013	Ceilândia	EC 47	180	Adasa Na Escola
24/04/2013	Plano Piloto	CELAN – Lago Norte	100	Adasa Na Escola
25/04/2013	Guara	EC 02 Estrutural Setor Central Area Especial 06	300	Adasa Na Escola
07/05/2013	São Sebastião	EC 303	420	Adasa na Escola
13/05/2013	Ceilândia	EC 03-EQNM 18/20 Área Especial – Ceilândia Norte	165	Adasa na Escola
14/05/2013	Recanto das Emas	EC 510	910	Adasa na Escola
11/06/2013	Taguatinga	EC 03	300	Adasa na Escola
11/06/2013	Samambaia	EC 325	325	Adasa na Escola
12/06/2013	Taguatinga	EC 42	50	Adasa na Escola
12/06/2013	Taguatinga	Educandário de Maria	220	Adasa na Escola
13/06/2013	Taguatinga	EC 06	558	Adasa na Escola
13/06/2013	Taguatinga	EC 39	400	Adasa na Escola
14/06/2013	Taguatinga	EDUSESC	240	Adasa Na Escola
Total			6031	

Fonte: SRH/ADASA

Tabela 20 - Escolas visitadas de setembro a novembro, DF – 2013.

	ESCOLA	TURMAS	DATA	PALESTRANTE	PALESTRAS
11/09/2013	CEF IRMÃ REGINA (RURAL)	11	277	FABIANA E CASSIA	2
11/09/2013	CEF 02 de BRAZLANDIA	8	250	FABIANA E CASSIA	3
12/09/2013	CED 04 BRAZLANDIA	9	157	FABIANA E CASSIA	2
16/09/2013	CEF VENDINHA (RURAL)	22	570	MIGUEL E CASSIA	4
18/09/2013	COSE RIACHO FUNDO	2	49	CASSIA	2
20/09/2013	EC 08 BRAZLANDIA	22	420	CASSIA	2
23/09/2013	CEF INCRA 08 (RURAL)	36	1000	FABIANA E CASSIA	6
28/09/2013	GRUPO DE ESCOTEIRO HOKMA 35º DF	1	20	MIGUEL	1
02/10/2013	EC CHAPADINHA (RURAL)	10	162	CASSIA	4
03/10/2013	EC 01 INCRA 08	20	570	MIGUEL E CASSIA	4
04/10/2013	EC BUCANHÃO (RURAL)	5	35	FABIANA	1
09/10/2013	EC 5 DE BRAZLANDIA	22	520	MIGUEL	4
11/10/2013	EC INCRA 07 (RURAL)	8	98	FABIANA	1
18/10/2013	CENTRO OLÍMPICO RIACHO FUNDO	11	361	FABIANA	5
23/10/2013	EC INCRA 08 (RURAL)	21	610	FABIANA	4
24/10/2013	EC INCRA 06 (RURAL)	21	560	MIGUEL	4
25/10/2013	CED 02 BRAZLANDIA	33	1350	CASSIA	6
06/11/2013	CEF PIPIRIPAU 2	15	326	CASSIA E FABIANA	2
07/11/2013	CE VICENTE PIRES	8	120	MIGUEL	2
13/11/2013	EC 1 DE PLANALTINA	22	485	CASSIA	5
14/11/2013	EC 2 DO GUARÁ	16	360	MIGUEL	4
25/11/2013	COLÉGIO BATISTA DE BRASÍLIA	20	388	CASSIA E FABIANA	4
	TOTAL	343	8688		72

Fonte: SRH/ADASA

O Projeto ADASA na Escola em 2013 alcançou 14.719 alunos em 48 escolas de ensino fundamental e educação infantil do Distrito Federal. No segundo semestre, 900 professores também foram contemplados com material de apoio sobre educação ambiental hídrica.

Figura 31 – Imagens Projeto ADASA na Escola

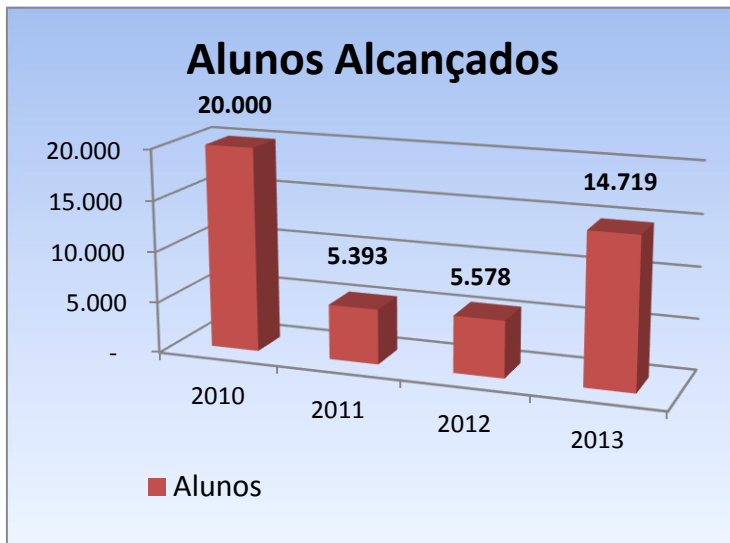


Fonte: SRH/ADASA

Para o ano de 2014, o Projeto prevê a realização de palestras em, no mínimo, 50 escolas, contribuindo para a formação de 20 mil agentes multiplicadores de práticas sustentáveis, relacionadas ao uso racional da água e a destinação correta dos resíduos sólidos. Um material exclusivo para professores e um caderno de exercícios para alunos - sobre o tema água- foram preparados por técnicos da ADASA e

serão distribuídos nas escolas, a fim de colaborar para a difusão do conhecimento ambiental hídrico na sociedade.

Gráfico 18 - Histórico de alunos alcançados DF até 2013.



Fonte: SRH/ADASA

Gráfico 19 - Histórico de escolas visitadas DF até 2013.



Fonte: SRH/ADASA

3 Outras Realizações

3.1 PROGRAMA 6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE

Tabela 21 - Execução Orçamentária e Financeira Programa de Gestão e Manutenção – ADASA, 2013.

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE	37.088.972	36.817.624	24.204.606,17	23.427.225,24
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	540.000	540.000	123.138,10	108.055,20
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS- PLANO PILOTO	540.000	540.000	123.138,10	108.055,20
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	700.000	700.000	0	0
9748 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADASA DF- PLANO PILOTO	700.000	700.000	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	230.000	230.000	191.504,45	191.504,45
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ADASA DF- PLANO PILOTO	230.000	230.000	191.504,45	191.504,45
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	733.000	733.000	296.002,38	296.002,38
2606 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI-ADASA- PLANO PILOTO	733.000	733.000	296.002,38	296.002,38
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500.000	2.000.000	50.000	0
9673 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SEDE DA ADASA-DISTRITO FEDERAL	500.000	2.000.000	50.000	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	390.000	390.000	91.223,66	90.423,66
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADASA DF- PLANO PILOTO	390.000	390.000	91.223,66	90.423,66
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	14.235.903	15.735.903	15.058.743,93	15.036.722,61
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	14.235.903	15.735.903	15.058.743,93	15.036.722,61
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.930.000	1.430.000	979.121,65	979.121,65
9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.930.000	1.430.000	979.121,65	979.121,65
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.040.000	3.040.000	2.800.000	2.381.322,09
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.720.000	1.720.000	1.500.000	1.090.018,43
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.320.000	1.320.000	1.300.000	1.291.303,66
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	14.790.069	12.018.721	4.614.872	4.344.073,20
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA DF- PLANO PILOTO	14.790.069	12.018.721	4.614.872	4.344.073,20

Fonte: SIGGO

A Lei Orçamentária Anual, exercício de 2013, fixou dotação inicial no valor de R\$ 37.088.972,00, destinada ao Programa 6006 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Meio Ambiente. Este Programa engloba diversas atividades orçamentárias voltadas ao apoio, à gestão e à manutenção da Unidade, no âmbito das competências atribuídas a ADASA. Foram contempladas neste Programa 10 (dez) ações, das quais 09 (nove) tiveram execução em 2013.

• Bolsa Estágio

Dentre as realizações do Programa está a concessão de bolsa estágio. No exercício de 2013, a concessão de bolsa estágio, por meio do Contrato nº 08/2011-ADASA, disponibilizou 40 (quarenta) bolsas de complementação Educacional, sendo 22 (vinte e duas) para estágio de nível superior e 18 (dezoito) de

nível médio. Deste total foram ocupadas, no decorrer do exercício de 2013, 28 (vinte e oito) vagas, sendo que atualmente dispomos de 23 (vinte e três) estagiários, sendo 17 (dezesete) de nível superior e 06 (seis) de nível médio, atuando nas diversas áreas da ADASA.

• Capacitação de Servidores

A programação de Capacitação dos Servidores da ADASA, no exercício de 2013, foi fundamentada em quatro eixos de conhecimento que direcionaram a ação:

- ✓Capacitação Corporativa;
- ✓Capacitação Gerencial;
- ✓Capacitação Técnico-Operacional; e
- ✓Capacitação Geral, Seminários e Congressos.

A Capacitação Corporativa corresponde a treinamentos dirigidos para a formação de conhecimentos em grandes especialidades, propiciados pelos cursos de média e longa duração, tais como especialização, MBA, pós-graduação e mestrado.

A Capacitação Gerencial é orientada para a reciclagem, formação e especialização de gerentes e futuros substitutos nas atividades administrativas da gestão da Agência. Geralmente são cursos de curta e média duração.

A Capacitação Técnico-Operacional é orientada para a melhoria do “saber e do fazer”, de forma a aprimorar os processos de trabalho no que tange sua eficácia e eficiência. Assim como a Capacitação Gerencial, eles são de curta e média duração.

A Capacitação Geral é orientada para atender as necessidades complementares para permitir a sua empregabilidade interna e a representatividade da Agência no ambiente externo. É, normalmente, de média e longa duração.

Cada um desses eixos indica em que área de conhecimento o curso se classifica, tornando os processos de análise e escolha mais práticos.

No exercício, os servidores capacitados participaram de eventos, tais como, cursos, fóruns, seminários, congressos e simpósios, subdivididos em eventos “com” e “sem” ônus, nas áreas meio e fim, fundamentando-se pela necessidade da Agência em contar com pessoal qualificado em seu quadro funcional, de forma a dar suporte ao cumprimento da sua missão institucional, como segue:

Tabela 22: Participação de servidores em eventos de capacitação

Evento (por eixo)	Com ônus	Sem ônus	Total
Capacitação Corporativa	07	-	07
Capacitação Gerencial	11	-	11
Capacitação Técnico-Operacional	27	-	27
Capacitação Geral, Seminários e Congressos	64	-	64
Totais	109	-	109

Fonte: SAF

Com relação à Capacitação Corporativa, vale ressaltar, que 06 (seis) servidores concluíram a participação no Mestrado Profissional em “Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneamento Básico”. O curso teve como objetivo apresentar o aparato jurídico institucional que rege a gestão de serviços públicos no Brasil a partir de 1988, com ênfase em saneamento básico. Discutiu os principais instrumentos de gestão pública e de implementação de políticas públicas para este setor. Apresentou as

diferentes metodologias de avaliação dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, rede de drenagem e manejo de resíduos sólidos com ênfase na qualidade da prestação de serviços e principais impactos gerados pela ação do Estado nas esferas estaduais e municipais.

• Administração de Pessoas

A despesa estimada com pessoal para exercício de 2013 visou atender ao pagamento de vencimentos e encargos relativos a 104 (cento e quatro) servidores, dos quais 62 (sessenta e dois) são servidores de cargos efetivos e 29 (vinte e nove) são servidores comissionados, 05 (cinco) são diretores com mandato fixo e 8 (oito) são servidores requisitados.

A realização da despesa foi de R\$ 15.192.296,00 em relação à despesa autorizada de R\$ 15.735.903,00, representando 96,5% de realização da meta financeira.

Foram concedidos os benefícios de auxílio-creche, auxílio-natalidade, auxílio-transporte e auxílio-saúde aos servidores, além do vale-alimentação/refeição, na forma demonstrada na tabela 23 abaixo:

Tabela 23: Concessão de benefícios por tipo, ADASA - 2013

BENEFÍCIO	QUANTIDADE DE BENEFICIADOS
Auxílio-Creche	14
Auxílio-Natalidade	1
Auxílio-Transporte	1
Auxílio-Saúde	99
Vale Alimentação/Refeição	102

Fonte: SAF

Houve uma realização de R\$ 979.121,00, representando 68,4% da despesa autorizada para concessão de benefícios.

• Manutenção dos Serviços

Em relação à manutenção do órgão, a ADASA executou R\$ 3.902.158,00, representando 49,4% da meta financeira estabelecida. Foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, passagens aéreas, locação de veículos, telefonia móvel, serviços de postagem, serviços técnicos de apoio administrativo e de saúde, confecção de crachás, carimbos, serviços de acesso à rede GDFNET, manutenção das instalações prediais, manutenção de elevadores, serviços de moto-mensageiro, dentre outros, além da aquisição de material de consumo e permanente, necessários ao funcionamento da Agência.

Foram investidos R\$ 8.249,00, com material permanente.

• Reforma do Edifício sede da ADASA

Em razão de uma série de problemas ocorridos durante o processo licitatório, somente no mês de dezembro foi homologada a Concorrência nº 003/2013-ADASA, com o objetivo de realizar a obra de reforma da ala norte térreo do Terminal Ferroviário de Brasília, para ampliação das instalações da ADASA,

com prazo de execução estimado em 270 (duzentos e setenta dias). Com isso, houve uma execução no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representando apenas 2,5% da despesa autorizada.

• Atendimento ao Usuário e Mediação de Conflitos

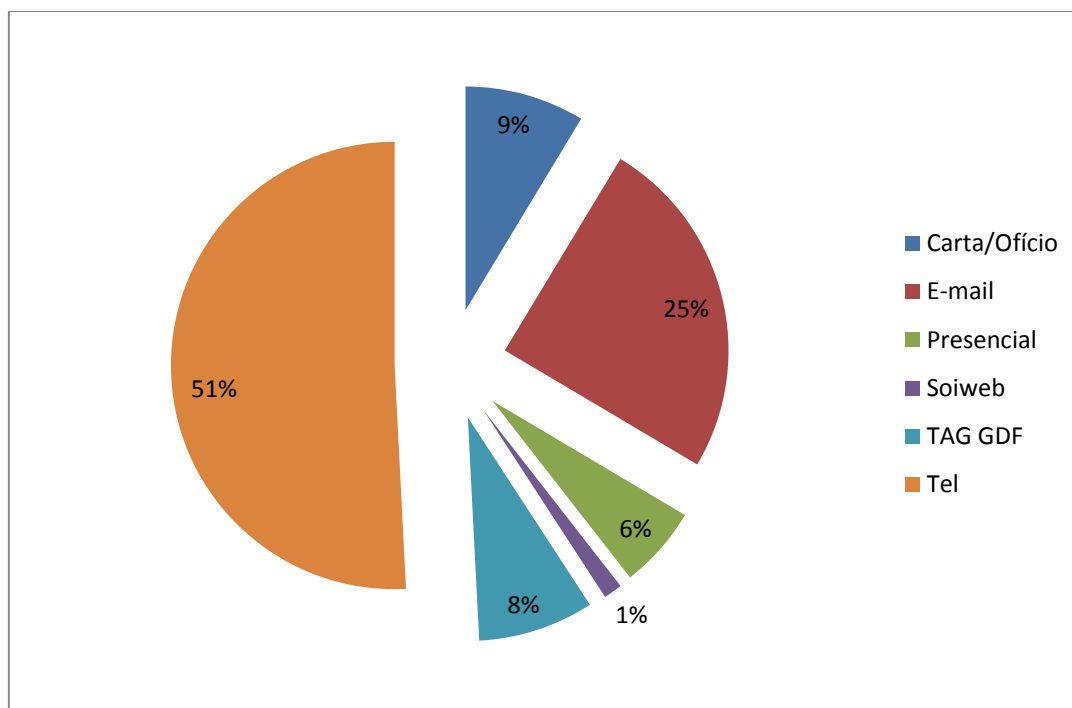
➤ Atendimento ao Usuário

Considerando que os usuários devem ter todas as facilidades possíveis para contato com o órgão regulador, o Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação – SAM oferece diversos meios de acesso para o atendimento às demandas, tais como: telefone, internet, carta, fax, presencial e sistema de ouvidoria do GDF – TAG.

Em 2013 foram recebidas 370 manifestações, sendo que 51% delas foram por meio do telefone 3961- 4900, que foi o canal de acesso que concentrou a maioria dos contatos dos usuários, seguido do e-mail Ouvidoria da ADASA, com 25%. A preferência pelo canal telefone também pode ser observada em anos anteriores, conforme é demonstrado na tabela a seguir.

O canal carta/ofício veio em terceiro lugar, seguido do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG, que substituiu em 2013 o antigo Sistema de Ouvidoria do GDF, Soiweb. O TAG tem como objetivo consolidar o serviço de ouvidoria do Governo do Distrito Federal como uma ferramenta de gestão pública e canal de interlocução com os cidadãos em conjunto com as Ouvidorias Especializadas, das quais a ADASA é parte integrante.

Gráfico 20 - atendimentos por canal, em percentual, ADASA – 2013.



Fonte: SAM/ADASA

Tabela 24 - Quantitativo por forma de atendimento

TIPO	ANO								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Carta/Ofício	6	85	88	76	171	158	80	6	32
E-mail	6	4	2	67	207	127	132	61	92
Presencial						2	6	16	22
SOIWEB					19	33	46	42	5
TAG GDF									31
Telefone	11	32	66	226	976	696	303	168	188
TOTAL	23	121	156	369	1373	1016	567	293	370

Fonte: SAM/ADASA

As atividades deste serviço promovem a aproximação entre o público externo e os técnicos da Agência, estes, normalmente, mais centrados no âmbito interno. Ao conhecer os principais problemas apontados pela sociedade, no que se refere às atividades por ela reguladas, a ADASA adquire uma riqueza de informações capaz de indicar aos seus gestores a percepção de todos os agentes do setor, o que pode subsidiar os processos decisórios da Agência.

O Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação – SAM é a área responsável por atender, em primeira instância, as demandas relativas às reclamações, denúncias, solicitações, críticas e elogios, gerando informações para a melhoria dos processos de trabalho, pois dessa forma é possível identificar lacunas na regulação, subsidiar ações de fiscalização, melhorar o relacionamento usuário/prestadora de serviço público e aprimorar a prestação de serviços das concessionárias.

No ano de 2013 das 370 demandas recebidas, 66% foram reclamações, 33% denúncias e 1% pedidos de informações. Das reclamações recebidas, 88% foram contra a prestadora de serviços públicos por descumprimento de prazos e não atendimento as solicitações.

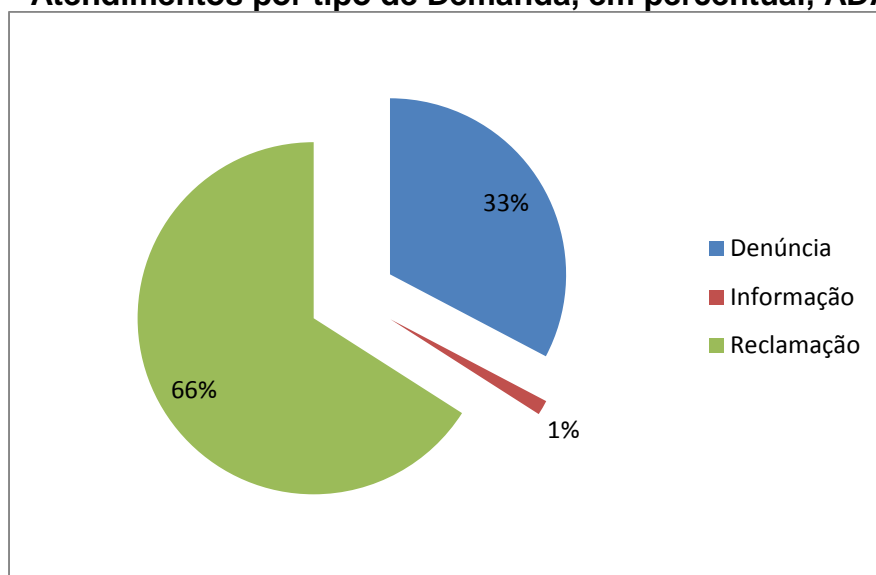
Comparado aos anos anteriores os tipos de manifestações com maior registro são sempre reclamações e denúncias. É importante ressaltar que essas manifestações, independente de sua natureza, sempre carregam sinais de alerta, desafios e muitas reflexões. A ADASA tem transformado essas pautas em possibilidades de aperfeiçoamento institucional, tanto nos conceitos técnicos como ético-profissionais. Apesar de algumas reclamações e denúncias serem improcedentes, a sua grande maioria toca em problemas que ainda persistem como a ineficiência dos serviços prestados pelas concessionárias e a falta de transparência em algumas ações com os usuários.

Tabela 25 - Quantitativo tipo de demanda

Tipo	ANO								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Denúncia	5	33	68	122	223	235	230	168	121
Informação	2	8	12	111	138	22	54	18	5
Reclamação	16	80	72	137	1010	756	280	104	244
Sugestão/Elogio					2	3	3	3	0
TOTAL	23	121	152	370	1373	1016	567	293	370

Fonte: SAM/ADASA

Gráfico 21 - atendimentos por tipo de Demanda, em percentual, ADASA – 2013.



Fonte: SAM/ADASA

➤ **Audiência Pública**

Tabela 26 - Dados de participações por Audiência Pública, ADASA - 2013

NÚMERO	ÁREA	DATA	OBJETO	DIVULGAÇÃO – PUB. DO AVISO NO DODF E JORNAIS	LOCAL	PARTICIPAÇÃO	ATA	ATO
Audiência Pública nº 001/2013	SEF	21/01/2013	Obter contribuições à proposta de resolução referente ao reposicionamento tarifário dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal prestado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, relativo ao ano de 2013.	DODF: 1ª Nº 03 de 04/01/2013 2ª Nº 09 de 11/01/2013 3ª Nº 12 de 16/01/2013 Correio Braziliense: em 04/01/2013 Jornal de Brasília: em 04/01/2013	Auditório – ADASA	Contribuições: 10 Participantes: 46	Publicada no DODF	Resolução nº 01 de 28/01/2013 Publicada no DODF nº 23 de 29/01/2013
Audiência Pública nº 002/2013	SRH	18/12/2013	Obter contribuições à proposta de resolução que estabelece as diretrizes e critérios para requerimento e obtenção de outorga do direito de uso dos recursos hídricos superficiais, para fins de captação por meio de caminhão-pipa em corpos de água de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União e Estados.	DODF: 1ª Nº 249 de 27/11/2013 2ª Nº 256 de 04/12/2013 3ª Nº 263 de 11/12/2013 Correio Braziliense: 1ª em 28/11/2013 2ª em 11/12/2013	Auditório – ADASA	Contribuições: 02 Participantes: 47	Publicada no DODF	Ainda não publicado*

Fonte SAM/ADASA - *Até a presente data não foram publicados atos referente à AP 002/2013

As audiências públicas seguiram o rito de acordo com art. 28 da Lei nº 4.285/2008, convocadas por meio de ato específico, aviso publicado onde foi definida a matéria discutida de cada audiência, os meios de acesso aos estudos técnicos que subsidiaram as propostas em debate, a especificação do público convocado, data, local e hora de sua realização.

➤ **Mediação**

A Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008 ao discriminar o que é regulação para fins de atuação da agência, inclui as atividades de: outorga, no caso de usos de recursos hídricos, regulamentação, fiscalização, ouvidoria, dirimção de conflitos e sanção administrativa, nos demais casos, a serem empreendidas pela ADASA perante os prestadores de serviços e os usuários ou consumidores.

Após a última alteração do Regimento Interno da ADASA em 2012, foi criado o Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação - SAM, ao qual compete atender aos usuários de recursos hídricos, gás e energia, saneamento básico e aos concessionários, agendando com as unidades administrativas os atendimentos técnicos necessários, além de mediar os litígios entre usuários de recursos hídricos e entre os usuários e prestadores dos serviços públicos regulados.

Existem dois tipos de conflitos que podem ser mediados pela ADASA: conflitos sobre recursos hídricos (conflitos ambientais), que versam sobre um bem ambiental em constante mudança e conflitos entre usuários e prestadores de serviços públicos regulados.

As disputas entre usuários e prestadores de serviços públicos diferem muito das disputas entre usuários de recursos hídricos, pois as primeiras são caracterizadas como disputas individuais, que se assemelham às disputas de consumidores e de fornecedores de serviços, enquanto as segundas se caracterizam por disputas comunitárias.

Em 2013 foram analisadas 32 demandas para a realização de processo de mediação. Também houve participação de 3 (três) reuniões de Comitês de Bacia Hidrográfica com o objetivo de assessorar a análise de situações críticas.

As demandas praticamente triplicaram em relação ao ano de 2012. Nos casos de conflitos entre usuário e prestadora de serviço, está se dando o melhor encaminhamento possível. Em sua maioria é possível a mediação de conflitos, que, por ora, ainda não é realizada, devido ausência de normas internas procedimentais e às resistências interna e externa, que precisam ser trabalhadas.

• **Publicidade e Propaganda**

A ADASA realizou, durante o ano de 2013, campanhas educativas e de cunho institucional com o objetivo de levar à sociedade informações sobre os serviços por ela regulados e fiscalizados. Para essa divulgação, foram utilizados meios de comunicação, tais como: notícias, informes, editais, cartilhas e folders diversos. A Agência executou o Plano Anual de Publicidade, cujas destinações do orçamento foram como segue:

(i) Produção – criação e elaboração de peças publicitárias (filmes, documentários, material para a internet, spots para rádio, painel, anúncios, banner, faixas, cartazes, folhetos, folders, etc.) para serem utilizados nas campanhas institucionais e de utilidade pública. Despesa estimada: 40%

(ii) Veiculação – televisão, rádio, jornais para as campanhas institucionais e de utilidade pública, além da publicidade legal. Despesa estimada: 40%.

(iii) Serviços de Terceiros – brindes, distribuição de peças, ilustrações, expedição de mala direta, desenvolvimento de pesquisa de mercado (produtos, serviços e de opinião), projetos especiais, apoio a eventos, decoração de fachadas, sinalização interna, montagem de estandes, cenários, palcos, arquibancadas, traduções para outros idiomas, e demais serviços. Despesa estimada: 20%.

De janeiro a dezembro 2013, parte dos recursos de publicidade foi aplicada na realização de eventos significativos como Semana da Água (março 2013), Semana Lago Limpo (setembro 2013), e de outros relativos a projetos específicos, tais como: Descoberto Coberto, Produtor de Água e ADASA na Escola.

Nessas campanhas publicitárias, o foco da abordagem foi reforçar a imagem da ADASA no seu papel de agente regulador e fiscalizador dos serviços públicos relacionados a saneamento básico e energia, bem como nas divulgações orientadas para o uso racional dos recursos hídricos, Comitês de Bacias, além de Educação Sanitária e Ambiental.

Em relação aos principais eventos, sob a coordenação direta da ADASA, foram destaques:

• **Semana Mundial da Água 2013**

Na semana em que se comemora o Dia Mundial da Água (22 de março), a ADASA realizou palestras em diversos locais, com a presença de técnicos para orientação ao público, além da divulgação na mídia televisiva, falada e escrita, visando divulgar a importância da preservação dos recursos hídricos. O Dia Mundial da Água foi criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) no dia 22 de março de 1992 e é destinado, a cada ano, à discussão sobre os diversos temas relacionados a este importante bem natural. Em todos os eventos foram utilizados vídeos, banners, folders e ADASA Móvel. Dentre as palestras, destacam-se as proferidas no Supremo Tribunal de Justiça, Câmara dos Deputados, SERPRO, Tribunal de Justiça do DF no Fórum de Brasília, Fórum de Ceilândia, Fórum de Samambaia e na empresa RTE – Rodonaves Transporte Ltda, no SIA.

Figura 32 - Semana Mundial da Água - 2013



Fonte: ADASA

• Semana Lago Limpo – 2013

O projeto “Semana Lago Limpo”, cuja finalidade é divulgar a importância da conservação e sustentabilidade do lago Paranoá, foi realizado no período de 19 a 21 de setembro de 2013. Neste evento foram distribuídos kit’s com boné, camiseta, squeeze e material educativo com orientações diversas e filmes na sua unidade móvel – ADASA Móvel.

Figura 33 - Semana Lago Limpo – 2013



Fonte: ADASA

Neste evento é importante a parceria com a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, com 80 voluntários que auxiliaram na limpeza das margens do lago em 04 (quatro) pontos: Ponte das Garças nas duas margens, Ponte Costa e Silva no Bosque do IBRAM e Ponte JK na margem do Lago Sul.

Figura 34 - Semana Lago Limpo – 2013



Fonte: ADASA

Como resultado foram encontrados e retirados diversos tipos de lixo, tais como: garrafas pet (maioria), latas de bebidas, além de carrinhos de supermercado, monitores de vídeo, cones de trânsito,

sapatos, cadeiras e restos de obras, etc. Foram retiradas 9.6 toneladas de lixo em 2013 e 8.4 toneladas em 2012.

Figura 35 - Semana Lago Limpo – 2013



Fonte: ADASA

• ADASA na Escola

O projeto ADASA na Escola tem como objetivo conscientizar os alunos quanto à importância de práticas ambientalmente sustentáveis com relação aos múltiplos usos dos recursos hídricos, tornando-os agentes multiplicadores dessa visão. Essas ações foram direcionadas para mais 14.700 crianças do ensino fundamental e professores de 48 escolas visitadas, fortalecendo o papel da ADASA no futuro do Distrito Federal. Esse programa de Educação Ambiental contribui para a promoção da sinergia necessária entre a população e a Agência, visando educar as futuras gerações na adoção de soluções adequadas e eficientes em relação às questões de sustentabilidade no uso dos recursos hídricos do DF. Nas visitas às escolas foram proferidas palestras e distribuídas cartilhas do “Guardião da Água” e kits para professores e alunos.

Figura 36 - ADASA na Escola – Materiais Publicitários ADASA – 2013



Fonte: ADASA

• Projeto Descoberto Coberto

O projeto Descoberto Coberto é um programa integrado de sensibilização e educação da comunidade do das margens do Lago Descoberto, integrando-a aos esforços de outros parceiros visando à proteção e conservação dos recursos hídricos. O esforço governamental viabiliza esta ação que envolve o plantio de mudas nativas da região, aliado a um programa robusto de educação ambiental, capacitação e de comunicação promovido através de vídeos e folders. O Projeto abrange a faixa de proteção de 125 metros em 73 propriedades rurais, com o plantio de cerca de 250.000 mudas em uma área estimada de 1.317,98 hectares, situadas na orla do Lago Descoberto. Entre 2009 e 2013 foram plantadas cerca de 170.000 mudas, paralelamente, ocorre a distribuição de cartazes e folders sobre a importância da preservação das margens do Lago.

Figura 37 - Projeto Descoberto Coberto – Materiais Publicitários ADASA – 2013



Fonte: ADASA

• Projeto Produtor de Água

O Programa Produtor de Água tem como objetivo a revitalização ambiental nas bacias hidrográficas a partir do Pagamento por Serviços Ambientais - PSA. As ações implementadas no âmbito do Programa incluem o reflorestamento de Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), adequação de estradas rurais e a conservação de solo e água em áreas produtivas por meio de práticas mecânicas em lavouras e pastagens. Essas ações foram divulgadas através de vídeos e distribuição de folders aos produtores da região.

Figura 38 - Projeto Produtor de Água – Materiais Publicitários ADASA – 2013



Fonte: ADASA

Em termos de publicidade, foi criado um modelo de premiação para os produtores de água, por meio de um cheque simbólico em reconhecimento ao esforço desenvolvido para a garantia qualitativa e quantitativa da água.

Figura 39 - Projeto Produtor de Água – Materiais Publicitários ADASA – 2013



Fonte: ADASA

Outro importante papel da ADASA compreende sua participação em congressos e eventos abertos ao público, visando sua imagem de instituição reguladora e à divulgação de serviços à sociedade brasileira.

As principais participações em eventos externos foram as seguintes:

- **VIII – Congresso Brasileiro de Regulação – ABAR**

A participação da ADASA no VIII – Congresso Brasileiro de Regulação, promovido pela Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR no período de 19 a 23 de agosto 2013 na cidade de Fortaleza – CE, teve como objetivo destacar e divulgar os serviços da ADASA e sua importância para a sociedade do Distrito Federal, bem como reforçar a imagem da Agência no ambiente das agências reguladoras do país. A ADASA participou no congresso com um stand no qual foram distribuídos kits com

diversos folders de cunho educativo acerca do uso da água, além de divulgados os vídeos “Momento ADASA”, sobre os temas do evento.

Figura 40 - VIII – Congresso Brasileiro de Regulação – ABAR – 2013



Fonte: ADASA

- **XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos 2013**

O XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos 2013, realizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, no período de 17 a 22 de novembro 2013, na cidade de Bento Gonçalves, foi um palco ideal para divulgação dos trabalhos realizados, mas também para lançamento de projetos e apresentação da visão estratégica a ADASA. Neste evento foram distribuídos livros de regulação com toda a legislação de recursos hídricos, afeta ao Distrito Federal e kits com diversos materiais educativos, explicitando ao público presente o impacto das ações sobre a qualidade de vida e o futuro das gerações.

Figura 41 - XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos – 2013



Fonte: ADASA

3.2 PROGRAMA TEMÁTICO: 6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Tabela 27 - Execução Orçamentária e Financeira, Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	70.000	70.000	44.650,36	38.561,66
2426 - REINTEGRA CIDADÃO	70.000	70.000	44.650,36	38.561,66
8394 - REINTEGRA CIDADÃO-ADASA DF- PLANO PILOTO	70.000	70.000	44.650,36	38.561,66

Fonte: SIGGO

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, este Programa contempla a execução do Contrato celebrado por esta Agência com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF, visando à contratação de detentos para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia e outras. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a re-socialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 12/2013-FUNAP/ADASA prevê a contratação de 06 (seis) detentos, porém, atualmente contamos com 04 (quatro) detentos, exercendo as atividades de auxiliar de copeiragem, auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativo. O valor executado em 2013 foi de R\$ 44.650,00, representando 63.7% da despesa autorizada.

3.3 PROGRAMA TEMÁTICO: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

Tabela 28 - Execução Orçamentária e Financeira, Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.240.000	1.590.000	1.180.602,01	1.138.165,63
9033 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	500.000	500.000	310.000	267.563,62
9549 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-ADASA DF	500.000	500.000	310.000	267.563,62
9050 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	740.000	1.090.000	870.602,01	870.602,01
7034 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADASA	740.000	1.090.000	870.602,01	870.602,01

Fonte: SIGGO

O PASEP foi criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/70 e tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições ao todo. Como a ADASA recebeu aproximadamente R\$ 33.082.292,54 de recursos financeiros deverá recolher 1% deste montante ao fundo do PASEP. Em 2013 a despesa autorizada foi de R\$ 500.000,00, tendo sido empenhado o valor de R\$ 310.000,00 até dezembro de 2013, representando 62% de execução.

Quanto às despesas com ressarcimentos, atualmente a ADASA dispõe de 08 (oito) servidores requisitados de órgãos do GDF e da União, dos quais 04 (quatro) com ônus para esta Unidade. Além disso, são ressarcidas despesas de custeio, como ressarcimento de táxi e outros. Até o mês de dezembro de 2013 foi empenhado o montante de R\$ 859.085,00 para despesas com ressarcimento salarial de servidores requisitados, e R\$ 11.516,00 para despesas com outros ressarcimentos, representando 79,8% de execução da meta financeira. Sobre a realização física, verifica-se, conforme Tabela 29, abaixo, que a ADASA possui 08 (oito) servidores requisitados, no entanto existe a obrigatoriedade de ressarcimento apenas de 04 (quatro) requisitados.

Tabela 29: Realização Física – ADASA, 2013.

REQUISITADOS	GDF	UNIÃO	TOTAL
	nº físico		
2013	07	01	08

Fonte: SAF

4 Informações complementares

4.1 Revisão do Planejamento Estratégico da ADASA

O Planejamento Estratégico têm a função precípua de estabelecer o direcionamento da organização, promovendo, para isso, o alinhamento dos recursos e esforços da organização. O planejamento e sua respectiva gestão procuram garantir para a organização o desenvolvimento de uma cultura que a leve a fazer a coisa certa no momento certo, e que lhe permita solucionar as duas equações sempre presentes nas decisões organizacionais: a importância e a urgência.

Assim, o foco principal do Planejamento Estratégico da ADASA concentra-se nos principais desafios, os quais devem ser identificados, reconhecidos e trabalhados ao longo do horizonte temporal de planejamento estabelecido (2012-2020) com vistas ao atingimento da visão institucional e em última instância no cumprimento de sua missão.

Sem contar o fato de que, em 2011, o Governo do Distrito Federal elaborou o seu Plano Estratégico com o objetivo de oferecer à sociedade distrital uma gestão governamental comprometida, eficiente, transparente, participativa e ética. Foram traçadas sete macroprioridades para sua atuação:

Figura 42 – Macroprioridades estabelecidas pelo GDF



Fonte: ADASA/DF

Alinhada a esta proposta a ADASA – inserida nas macroprioridades: “Combate à extrema pobreza” e “Qualidade de Vida” - e, considerando a reestruturação contemplada na Resolução nº 05, de 16 de agosto de 2012 e a definição dos modelos de negócio da Agência, iniciou a atualização do seu Planejamento Estratégico para o período de 2012-2020 - PEA 2012-2020 - a fim de rever e validar, a missão, visão, proposta de valor, além de estabelecer objetivos estratégicos, mapa estratégico, indicadores, metas e iniciativas (ou projetos) estratégicos.

Em 2010, a ADASA tomou a importante decisão de elaborar seu planejamento estratégico. Após várias iniciativas que foram amadurecidas, finalmente em 2012, a Agência conseguiu elaborar uma primeira versão do seu planejamento estratégico e em 2013, foi feita a revisão com apoio de uma consultoria técnica especializada que conduziu a reformulação e propôs maior qualidade técnica ao trabalho que culminou com seu aperfeiçoamento.

Para a referida revisão, foi utilizada a mesma metodologia de construção inicial da estratégia da Agência – O *Balanced Scorecard (BSC)* - uma metodologia de medição e gestão de desempenho, desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School*, *Robert Kaplan* e *David Norton*, em 1992. O BSC foi definido, inicialmente, como um sistema de mensuração do desempenho e, posteriormente, como um instrumento de gestão estratégica.

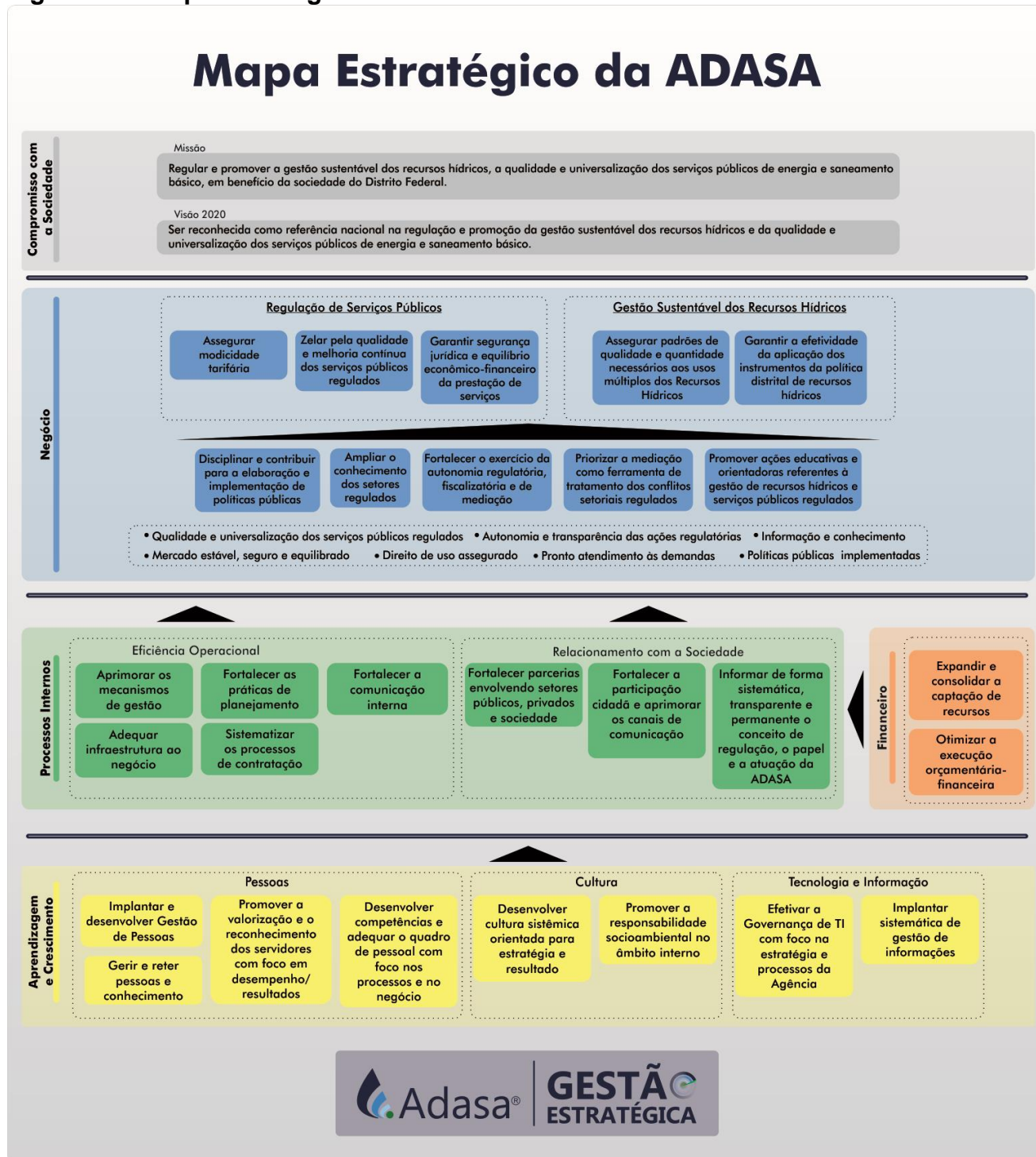
Desde que foi criado, o BSC vem sendo utilizado por centenas de organizações do setor privado, público e em ONG's no mundo inteiro e foi escolhido pela renomada revista *Harvard Business Review* como uma das práticas de gestão mais importantes e revolucionárias dos últimos 75 anos.

Para condução dos trabalhos foi adotada a premissa de que o planejamento estratégico é um processo sinérgico que proporciona uma visão sistêmica da entidade e fortalece a instituição, especialmente, no que tange ao enfrentamento das mudanças, inerentes ao ambiente interno e externo.

A partir dessa definição e por meio de reuniões com o Grupo de Trabalho composto por representantes de todas as unidades da Agência, formularam-se propostas para a atualização do PEA 2012-2020, mediante processo de moderação. A partir destes trabalhos, foi possível a edição de um novo

Mapa Estratégico para a ADASA, o qual reflete melhor a realidade vivida hoje, não só pela Agência, mas também pelo DF. A Figura 43, abaixo mostra este importante documento.

Figura 43 – Mapa Estratégico da ADASA – Atualizado – 2013



Fonte: ADASA

O Mapa Estratégico descreve a estratégia da entidade através de objetivos relacionados entre si e distribuídos nas quatro dimensões (perspectivas). A partir do alcance destes objetivos a ADASA pretende elevar ainda mais seu nível, produzindo, com cada vez mais excelência, os resultados dela esperados.

5 Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A ADASA mantém seu compromisso de zelar pelo avanço da gestão dos recursos hídricos, e regulação dos serviços públicos de saneamento básico e setores de energia elétrica e de derivados de petróleo, incluindo gás veicular e lubrificante, concentrando esforços na estratégia de atuação, o que exige ação proativa de sua força de trabalho na construção de alianças que ampliem seus resultados e insiram o tema uso sustentável de recursos hídricos na agenda de prioridades do DF.

A Agência, ao longo do ano de 2013, deu passos importantes no sentido de aperfeiçoar o seu desempenho na execução das ações sob sua responsabilidade. A análise dos dados e informações apresentados neste Relatório permite visualizar o crescente alinhamento das ações da Organização frente aos desafios postos pela Legislação afeta, ao mesmo tempo em que visa manter o equilíbrio no triângulo da regulação que envolve os anseios da sociedade, do governo e dos prestadores dos serviços.

Nessa linha de atuação, as realizações focadas no desempenho da Agência, por Programa Temático, são tratadas nos respectivos desdobramentos constantes dos itens — 2 e 3 – Realizações. No mesmo item são apresentados os principais resultados, onde são destacadas as principais realizações que demonstram os relevantes avanços em prol do alcance dos resultados esperados. Estes objetivos foram traçados a partir dos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA) e estão também refletidos no Planejamento Estratégico da ADASA com seu direcionamento focado num horizonte até 2020.

5.1 Perspectivas

Neste contexto, para o exercício de 2014 ressalta-se que serão realizadas muitas ações importantes e relevantes, entre as quais se destacam: i) Implementação total do Planejamento Estratégico da ADASA, já validado e que projeta a instituição para um horizonte até 2020; ii) Realização da 2ª Revisão Tarifária periódica dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário; iii) Padronização dos procedimentos de edição de normas regulatórias; iv) Aperfeiçoamento do processo de fiscalização dos serviços públicos regulados; v) Celebração de contrato de concessão de Drenagem Urbana com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP; vi) Celebração de Contrato de Gestão e Desempenho com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU, responsável pela gestão e operação da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal; vii) Elaboração do Manual de Contabilidade Regulatória da prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário; viii) Aprimoramento da sistemática de atendimento ao usuário; ix) Programa de Apoio ao Convênio ADASA / Hidroex; x) Educação Ambiental Hídrica - Projeto ADASA na Escola.

5.2 Desafios

Os principais desafios encontrados pela ADASA estão diretamente ligados aos desafios comuns aos órgãos e entidades de regulação do país, podendo se destacar os seguintes:

- ✓ Diversidade e heterogeneidade do marco legal;
- ✓ Riscos de captura pelos agentes do mercado;

- ✓ Insuficiente nível de entendimento da função regulatória no Governo;
- ✓ Absorção das atividades de formulação de políticas públicas por omissão das Secretarias de Estado;
- ✓ Exercício de poder concedente;
- ✓ Estrutura incompleta;
- ✓ Inadequação dos quadros de pessoal;
- ✓ Falta de cooperação entre órgãos dos Sistemas afetos;
- ✓ Insuficiência de instrumentos de controle social e de gestão;

Restrições quanto aos usos de receitas destinadas a manutenção da Agência por decisões dos órgãos de controle;

Entretanto, a Agência está se capacitando ano após ano para enfrentar e vencer todos os desafios com os quais se depara.

5.3 Conclusão

Em face de todo o exposto, conclui-se que, no cumprimento das metas fixadas para o ano de 2013, a ADASA alcançou o índice de desempenho médio global de 78% de execução física e 56% de execução financeira, quando não se considera os resultados do Programa Brasília Sustentável II, uma vez que o mesmo ficou prejudicado por atrasos na concessão do empréstimo internacional junto ao órgão financiador – BID. Olhando para cada programa: Brasília Sustentável II 16% de execução física e 3% financeira, porém executado com recursos do GDF e apenas na fase de preparação do Programa; Aperfeiçoamento Institucional do Estado, 50% de execução física e 5% financeira; Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 100% de execução física e 30% financeira; Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Programas de Gestão, 93% de execução física e 66% financeira o que é considerado um índice de desempenho institucional “Satisfatório”, de acordo com a metodologia de avaliação adotada.

6 Identificação dos Responsáveis

6.1 Ordenadores de despesa da ADASA:

Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides
Diretor Presidente - Titular

Assinatura: _____
Telefone: 3961 - 4956

Leosmar Litran dos Santos
Superintendente de Administração e Finanças

Assinatura: _____
Telefone: 3961 - 4918

6.2 Responsáveis pela Elaboração:

- Claudia Maria Holanda da Silva – Agente de Planeamento

Assinatura: _____ Telefone: 3961- 4925

- José Bento da Rocha – Agente de Planeamento

Assinatura: _____ Telefone: 3961- 4939

- Lucivane Madureira Sampaio Camargo – Agente de Planeamento

Assinatura: _____ Telefone: 3961- 4915